



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS -  
PPGEL**

**GABRIELA LACERDA MONTEIRO**

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS  
UTILIZADAS EM REPORTAGENS AMBIENTAIS DO  
JORNAL NACIONAL**

**SALVADOR  
2011**

**GABRIELA LACERDA MONTEIRO**

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS  
UTILIZADAS EM REPORTAGENS AMBIENTAIS DO  
JORNAL NACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira.

SALVADOR  
2011

FICHA CATALOGRÁFICA – Sistema de Bibliotecas da UNEB

Monteiro, Gabriela Lacerda

O discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável : as estratégias argumentativas utilizadas EM reportagens ambientais do jornal nacional / Gabriela Lacerda Monteiro . – Salvador, 2011.

170f.

Orientadora: Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Campus I. 2011.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Jornalismo. 2. Retórica. 3. Jornal Nacional (Programa de televisão). 4. Comunicação. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Oliveira, Jaciara Ornélia Nogueira. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas.

CDD: 070.10

**GABRIELA LACERDA MONTEIRO**

**O DISCURSO JORNALÍSTICO DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL: AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS  
UTILIZADAS EM REPORTAGENS AMBIENTAIS DO JORNAL  
NACIONAL**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação para a obtenção do título de Mestre em Estudo de Linguagens, do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 29 de março de 2011, e aprovada em sua forma final pela seguinte Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Gilberto Nazareno Telles Sobral - UNEB  
Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

---

Prof. Dr. Marcus Antonio Assis Lima - UESB  
Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais

---

Profa. Dra. Jaciara Ornélia Nogueira de Oliveira – Orientadora  
Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

SALVADOR  
2011

A Deus, razão suprema da minha existência. Aos meus pais, Celso e Ivete, meu irmão, Marcelo, e meu esposo, Thiago, cujo amor incondicional e apoio me inspiram a vencer desafios, realizar sonhos e ser feliz.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por estar sempre ao meu lado e por ter me permitido realizar mais esse sonho;

A meu pai Celso por tanto amor, pela minha vida, por investir em meus estudos, pela confiança, pelas palavras de incentivo, por ter me inspirado a seguir a carreira acadêmica e, acima de tudo, pelo companheirismo, proteção e amizade;

A minha mãe Ivete por tanto amor, pela minha vida, por investir em meus estudos, pela confiança, pelas palavras de incentivo, por ter me inspirado a seguir a carreira acadêmica e, acima de tudo, pela força, otimismo e autoestima;

Ao meu esposo Thiago por tanto amor, carinho, dedicação, companheirismo, parceria, amizade, pelas noites em que ficou acordado enquanto escrevia a dissertação e pela ajuda irrestrita durante a realização desse estudo;

A minha orientadora Jaciara por compartilhar o seu saber, por me acalmar nos momentos de incertezas e por me acompanhar nessa trajetória com tanto empenho, dedicação, confiança e carinho;

Ao professor Gilberto Sobral por ter me apresentado à Retórica e me acolhido como co-orientanda no primeiro ano do mestrado, além das palavras de incentivo, confiança e carinho;

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB) na gestão de Márcia Rios por ter me concedido a bolsa PICIN (Programa de Iniciação Científica), fundamental para a realização deste trabalho;

A todos os professores e colegas pelas vivências e aprendizados compartilhados durante o mestrado e aos funcionários do PPGEL, Camila e Danilo, pela atenção, carinho e agilidade;

Aos meus familiares, amigos e todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para que chegasse até aqui. Muito obrigada.

*Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.  
(Cora Coralina)*

## RESUMO

O discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável preconiza a importância de cuidar do meio ambiente. Além de divulgar a necessidade de preservar a natureza, os jornalistas ambientais buscam persuadir o público a agir de forma ecologicamente correta. Partindo desse pressuposto, foram investigados no presente estudo os recursos argumentativos utilizados nas reportagens ambientais do Jornal Nacional (JN), nas perspectivas da Retórica de Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005), da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), dos trabalhos sobre o *ethos* de Maingueneau (2008) e dos estudos sobre *páthos* de Santana Neto (2005; 2008). O pensamento aristotélico contribuiu a partir da tríade retórica *ethos* (credibilidade do orador), *páthos* (emoção que o orador consegue promover nos seus ouvintes) e *lógos* (o discurso argumentativo). A teoria perelmaniana colaborou com os acordos estabelecidos para a adesão do auditório e os tipos de argumentos usados pelo orador durante o ato discursivo. Para tanto, foram analisados os movimentos argumentativos empregados na linguagem verbal (escrita e falada) da série de reportagens **A Nossa Mata**, exibida entre os dias 24 e 28 de maio de 2004, no telejornal de maior audiência da televisão brasileira. Concluiu-se que as principais estratégias persuasivas se ancoram na imagem honesta e séria do repórter José Raimundo (*ethos*), nas emoções despertadas no auditório para que conservem as florestas, entre elas, indignação, culpa, compaixão, piedade e esperança (*páthos*), além dos argumentos de autoridade da ciência e do campo jurídico, exemplo, ilustração, modelo, antimodelo, propagação etc (*lógos*). O estudo permitiu, ainda, estabelecer uma relação direta entre a Retórica e a prática do jornalismo ambiental, possibilitando afirmar que o discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável é um discurso persuasivo por excelência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Retórica; Argumentação; Jornalismo ambiental; Telejornalismo e Séries jornalísticas.

## ABSTRACT

The journalistic speech of sustainable development advocates the importance of taking care of the environment. Beyond publicizing the necessity of preserving the nature, environmental journalists try to persuade the public to act ecologically correct. Deriving from this, a research will be done on this work, to investigate argumentative resources used on environmental reports showed at Jornal Nacional, under prospects over Aristotle's "Retorica" ([sec.IV BC], 2005), from "NEW Retorica" of Perelman and Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), from works about *ethos* of Maingueneau (2008) and of the *pathos* studies by Santana Neto (2005; 2008). Aristotle's thoughts contributed since the trilogy "Retorica" *ethos* (speaker credibility), *pathos* (emotions that the speaker promotes on his audience) and *logos* (persuasive speaking). The perelmaniana theory collaborated with the established agreements for audience adhesion and the types of arguments used by the speaker during his speech. So, the arguments used in verbal and written usage of the report series **A Nossa Mata**, aired between the 24<sup>th</sup> and 28<sup>th</sup> of May 2004, were analyzed. It was concluded that the main persuasive strategies are anchored on the honest image of the serious reporter Jose Raimundo (*ethos*), on the emotions going around the auditorium (*pathos*), so that forests will be preserved, among them, outrage, guilt, compassion, pity and hope, besides arguments of science authority and legal field, example, illustrations, models, anti-model, propagations, etc. The case study permitted a direct relation between Retorica and the practice of environmental journalism, making it possible to state that the journalistic speech about sustainable development is in fact persuasive for excellence.

**KEY WORDS:** Retorica; Argument; Environmental Journalism; Reports.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Arte Mapa Reportagem B .....	78
<b>Figura 2</b> – Arte Mapa Reportagem E .....	78
<b>Figura 3</b> – Arte Mapa Reportagem D .....	78
<b>Figura 4</b> - William Bonner Reportagem B .....	90
<b>Figura 5</b> - Fátima Bernardes Reportagem B .....	90
<b>Figura 6</b> - Depósito da carvoaria Reportagem A .....	91
<b>Figura 7</b> - Embalagem do crime Reportagem A .....	91
<b>Figura 8</b> - Madeira no forno Reportagem A .....	92
<b>Figura 9</b> - Jequitibá virou pé de mesa Reportagem C .....	92
<b>Figura 10</b> - Peroba chão da sala Reportagem C .....	92
<b>Gráfico 1:</b> <i>Ethos</i> .....	103
<b>Figura 11</b> - José Raimundo Reportagem A .....	106
<b>Figura 12</b> - José Raimundo Reportagem B.....	106
<b>Figura 13</b> - José Raimundo Reportagem E .....	107
<b>Figura 14</b> – Encerramento da série A Nossa Mata .....	112
<b>Gráfico 2:</b> Estatística dos argumentos da série A Nossa Mata .....	115

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PAUTA</b> .....	22
2.1 AFINAL, O QUE É SUSTENTABILIDADE? .....	24
<b>2.1.1 Principais obstáculos</b> .....	28
<b>2.1.2 Consumo versus desenvolvimento sustentável</b> .....	32
2.2 A SUSTENTABILIDADE NA ÓPTICA DO JORNALISMO AMBIENTAL ....	41
<b>3. O DISCURSO AMBIENTAL NO ESPAÇO TELEVISIVO</b> .....	54
3.1 JORNALISMO AMBIENTAL NA TELEVISÃO.....	59
<b>3.1.1 Critérios para pautar o meio ambiente</b> .....	64
<b>3.1.2 A produção das reportagens ambientais televisivas</b> .....	68
3.1.2.1 Peculiaridades do texto telejornalístico .....	71
3.1.2.2 O casamento da palavra com a imagem .....	74
3.1.2.3 Estrutura das reportagens no ambiente televisivo .....	76
3.2 SÉRIE DE REPORTAGENS: UM NOVO FORMATO PARA A DIVULGAÇÃO AMBIENTAL NA TELEVISÃO .....	79
<b>3.2.1 As séries ambientais do Jornal Nacional</b> .....	83
<b>4. JORNALISMO AMBIENTAL E A ARTE DE PERSUADIR</b> .....	85
4.1 O GRANDE ENCONTRO: RETÓRICA E JORNALISMO AMBIENTAL .....	88
<b>4.1.1 Condições para argumentação</b> .....	93
<b>4.1.2 O auditório</b> .....	95
<b>4.1.3 O acordo</b> .....	97
4.1.3.1 Série A Nossa Mata e o telespectador: acordo firmado? .....	98
4.2 A TRÍADE RETÓRICA: <i>ETHOS, PÁTHOS E LÓGOS</i> .....	101
<b>4.2.1 Ethos: a imagem do orador</b> .....	102
<b>4.2.2 Páthos: paixão despertada no auditório</b> .....	108
<b>4.2.3 Lógos: o discurso propriamente dito</b> .....	113
4.3 OS ARGUMENTOS NA SÉRIE A NOSSA MATA .....	114
<b>4.3.1 Argumento de Autoridade</b> .....	116
<b>4.3.2 Exemplo e Ilustração</b> .....	119
<b>4.3.3 Modelo e Antimodelo</b> .....	122
<b>4.3.4 Outros argumentos</b> .....	125

<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	128
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	132
<b>APÊNDICES</b> .....	143
<b>ANEXOS</b> .....	164

## 1. INTRODUÇÃO

Em nenhum outro momento da história houve tanta necessidade de se discutir a importância da relação homem-natureza numa perspectiva de harmonia e cumplicidade como no século XXI. A escala de agressões ao ecossistema<sup>1</sup> cresceu assustadoramente no decorrer do século passado com aniquilamento de florestas, degradação dos rios e oceanos, poluição do ar, destruição da camada de ozônio, extinção das espécies, desertificação, entre outros, costurando um novo cenário para a contemporaneidade. O consumo desenfreado incentivado pela Revolução Industrial cede lugar para regulação, controle e sacrifícios. A ordem agora é consumir menos e preservar mais.

Diante disso, autoridades, especialistas e ambientalistas passaram a inserir na agenda política global a importância de se debater soluções para a crise ambiental instaurada na atualidade. As iniciativas em prol do meio ambiente começaram a surgir, de forma mais contundente, há quase 40 anos, mais precisamente em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, considerada decisiva para o surgimento de políticas voltadas para o gerenciamento ambiental.

O evento atraiu a atenção mundial para as questões ambientais e ressaltou a relevância da informação como instrumento fundamental para superar os problemas ligados ao meio ambiente, determinando o dia 5 de junho como o Dia Mundial do Meio Ambiente. Além disso, a Conferência de Estocolmo originou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Plano de Ação Mundial, que é uma convocação à cooperação internacional para resolver os problemas ambientais. (MOUSINHO, 2008, p.345)

Após o encontro, novos debates continuavam a repercutir a temática ambiental no âmbito internacional, mas nada se comparou ao lançamento do Relatório Brundtland, em 1987, assinado por uma comissão liderada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland. O documento, intitulado *Nosso futuro comum*, trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável, expressão que se consolidou na contemporaneidade, e que, *a priori*, significa atender às necessidades de hoje sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Novaes (2008, p.324) explica que o documento já ressaltava a questão mais atual e urgente da humanidade, que, segundo ele, é o reconhecimento de um planeta finito, sem recursos naturais eternos. Por isso, há a necessidade primordial de incorporar novos formatos

---

<sup>1</sup> Conjunto formado pelo ambiente (solo, água, vento, sol etc.), os seres vivos (flora e fauna) e a relação entre todos de uma determinada região. (VEIGA; ZATZ, 2008, p.68)

de viver e padrões de produção e consumo sustentáveis para não sacrificar o meio ambiente e, com isso, comprometer as gerações seguintes.

A partir daí, o discurso da sustentabilidade passou a circular nos encontros nacionais e internacionais, mesmo que de forma embrionária, suscitando uma nova possibilidade de desenvolvimento econômico. Em 1992, surgiram outros avanços em torno das questões ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, conhecido como Rio-92, deixou um legado precioso para a população mundial: a aprovação da Agenda 21<sup>2</sup>, que também foi idealizada pela comissão da primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland.

Além do relatório, foram lançadas no primeiro encontro mundial sobre meio ambiente no Brasil a Convenção sobre Mudança do Clima<sup>3</sup>, que tem como objetivo estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, e a Convenção sobre Diversidade Biológica<sup>4</sup>, responsável por assegurar a conservação e o uso sustentável das riquezas naturais.

Participaram do evento 104 reis, rainhas e chefes de estado acompanhados por 10 mil delegados de 180 países, que discutiram assuntos como mudanças climáticas, aumento da população, extinção de espécies, entre outros. Nove mil jornalistas nacionais e internacionais foram credenciados para acompanhar o encontro, transformando o Rio-92 em um marco para o jornalismo, provocando diversas formas de divulgar a pauta ambiental nos veículos jornalísticos brasileiros.

De acordo com Trigueiro (2008, p.81), graças ao encontro foram implementados novos cadernos nos jornais impressos numa disputa salutar de quem conseguiria explicar mais claramente para o público os assuntos complexos debatidos durante o encontro. Porém, com o passar dos anos, os espaços conquistados com o Rio-92 foram substituídos por outros temas, a exemplo do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello. A partir daí, os assuntos referentes ao meio ambiente voltaram a ser divulgados predominantemente pela editoria de ciências.

O tema ambiental tornou a ser discutido mundialmente cinco anos depois da Rio-92, durante a Conferência Rio +5. Os 53 chefes de Estado presentes acompanharam os avanços dos países, das organizações internacionais e dos setores da sociedade civil em relação aos desafios propostos em 1992. Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável –

---

<sup>2</sup> A Agenda 21 é um programa de ação ambiental dividido em quarenta capítulos, estabelecido por comum acordo entre governos e ONGs de 179 países. O objetivo é estruturar um novo padrão de desenvolvimento planetário capaz de conciliar proteção ambiental, justiça social e sustentabilidade econômica. Texto completo e informações sobre Agenda 21 em <http://www.mma.gov.br/agenda21>. Acesso em 4 abr.2010.

<sup>3</sup> Documento completo no endereço: [http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0005/5390.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf). Acesso em 6 abr.2010.

<sup>4</sup> Mais informações sobre o evento estão disponíveis no site [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br).

também conhecida como Rio +10 -, que ocorreu na cidade de Joanesburgo, África do Sul, em agosto de 2002, a principal finalidade foi reforçar os compromissos políticos com a sustentabilidade. Os 104 chefes de Estado firmaram o acordo de criar ações necessárias para viabilizar o desenvolvimento sustentável, como o uso de fontes alternativas de energias, gerenciamento de resíduos tóxicos, entre outros.

A cada evento, autoridades se empenhavam nas discussões e agendavam o próximo encontro. Em 2009, por exemplo, ocorreu a COP-15, 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em Copenhague, na Dinamarca, atraindo todos os olhares da imprensa nacional e internacional. Mais de 75 chefes de Estado se reuniram para tentar definir programas concretos que evitassem o aquecimento global, mas o encontro terminou sem aprovação unânime. Mesmo assim, os países de maior poder econômico se comprometeram em reduzir 80% de suas emissões até 2050. Para 2020, eles apresentaram uma proposta de amortizar até 20% das emissões, percentual abaixo do recomendado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que sugere uma diminuição entre 25% e 40% até 2020<sup>5</sup>.

Em 2010, aconteceu mais uma edição do evento. Desta vez, o encontro foi realizado em Cancun, no México, reunindo 193 países. Foram firmados alguns acordos durante a 16ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, entre eles, estabelecer como meta um aumento máximo de temperatura do planeta 1,5 graus Celsius ao invés dos 2 graus Celsius instituídos no ano anterior. Além disso, foi criado um Fundo Verde do Clima para financiar ações de combate ao aquecimento global e um mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REED), que garantirá recompensa aos países tropicais que preservarem as suas florestas.

Nesse mesmo ano, ocorreu em Nagoya, no Japão, um evento de âmbito global que teve como pauta central a biodiversidade. A 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas), resultou em pactos esperançosos para a proteção da diversidade de espécies e os recursos genéticos de plantas e animais. O encontro garantiu, entre outras medidas, a proteção internacional do patrimônio biológico de todo e qualquer país, e que só poderá ser explorado por estrangeiros com autorização prévia e pagamento de *royalties*. A iniciativa é benéfica para o Brasil, já que possui a maior biodiversidade do planeta.

---

<sup>5</sup> Informações oficiais sobre o evento estão disponíveis no site <http://www.cop15brasil.gov.br/>. Acesso em 6 abr. 2010.

Intitulado como Protocolo de Nagoya, em homenagem à cidade japonesa que hospedou o encontro, o documento também prevê o aumento das áreas terrestres protegidas dos 12% atuais para 17%. O mesmo deve ocorrer com os ecossistemas marinhos, uma vez que as unidades de conservação deverão passar de 1% para 10%, no período entre 2011 a 2020<sup>6</sup>. (NUNES, 2010)

O estrago das florestas decorre de ações predatórias, como extração de lenha para ser usada como combustível, corte de madeiras para criação e construções, produção agrícola em larga escala, como a produção de soja, entre outros. Veiga e Zatz (2008, p.43) destacaram que 17% da Floresta Amazônica, em território brasileiro, foi desmatada e que, na maioria dos casos, está associada à prática pecuarista. A Mata Atlântica, por sua vez, possui 7,3% de sua extensão original e, mesmo assim, apresenta as maiores biodiversidades do planeta, conforme destacou Simões (2003). Ele afirmou, ainda, que cerca de 100 milhões de habitantes vivem no entorno da Mata Atlântica, exercendo grande pressão nas áreas florestais.

A exploração dos recursos florestais da Mata Atlântica tem sido exercida de maneira predatória sob o ponto de vista ecológico, social e econômico, embora um grande número de pessoas dependa efetivamente da sua exploração, quer como fonte de medicamento e alimento, quer como fonte de renda. (SIMÕES, 2003, p.13-14)

De acordo com a publicação ‘Meio Ambiente e Consumo’, produzida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e Instituto Brasileiro de Consumidor (IDEC), em 2002, o Brasil detém mais de 20% das espécies do planeta. Existem 55 espécies de primatas, 516 de anfíbios, 3.010 animais em perigo de extinção. Com relação à flora, estima-se um número superior a 55 mil tipos, entre as quais 390 de palmeiras e 2.300 de orquídeas. Todo esse cenário está ameaçado com o desmatamento. Sem *habitat*, as espécies não conseguem sobreviver.

Além disso, a destruição das reservas florestais danifica o curso natural de energia, vento, chuva, sedimentos e nutrientes, obstruindo o ciclo da vida. Isso contribui para o crescente fenômeno de desertificação, que, segundo a ONU, atinge 41% das terras do planeta. O avanço é de 60 mil km<sup>2</sup> por ano, uma área equivalente a 20% do estado de Goiás. (CONSUMO SUSTENTÁVEL, 2005, p.63)

---

<sup>6</sup> Informações retiradas da cobertura jornalística realizada pela repórter Mônica Nunes do site Planeta Sustentável, movimento em prol de ações voltadas para a sustentabilidade e que reúne em seu Conselho Consultivo pesquisadores renomados na área social, econômica e ambiental. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/cop10-protocolo-nagoya-plano-estrategico-607759.shtml>. Acesso em 3 jan. 2011.

Numa perspectiva sustentável é possível extrair a madeira sem impactar de forma tão desastrosa o meio ambiente. Para tanto, é necessário cumprir os critérios científicos que permitem selecionar as árvores de acordo com a sua participação na cadeia biológica, o plantio de espécies nativas em substituição àquelas retiradas de forma legal e a certificação florestal, que, por meio da conscientização do consumidor, exige do mercado a utilização de madeiras legalizadas, entre outras maneiras.

O panorama traçado traz indícios relevantes não somente sobre os principais temas debatidos nos encontros mundiais ou das políticas públicas sugeridas para combater a crise ambiental, mas também sobre a aproximação dos jornalistas com os assuntos ligados ao meio ambiente. A cada debate, os profissionais de imprensa deslocavam as informações dos gabinetes e das salas de reunião para a sociedade, buscando cumprir a sua função de democratizar o conhecimento. Com isso, o jornalismo ambiental, que é acima de tudo jornalismo, começou a pautar reportagens inspiradas no conceito de sustentabilidade, tais como preservação das florestas, consumo sustentável, reciclagem etc.

Ciente da sua penetração no campo social e, de certa forma, refém das fontes, os jornalistas passaram a reproduzir o discurso do desenvolvimento sustentável defendido por ambientalistas, especialistas e autoridades da área – mesmo sendo um discurso ainda difuso e sujeito a múltiplas interpretações e apropriações – numa tentativa de fortalecer as mudanças políticas e comportamentais da sociedade. Essa intenção explícita do jornalismo ambiental, que, ao contrário do jornalismo não-especializado se posiciona e reconhece a sua parcialidade, nesse caso, em favor do meio ambiente, motivou a realização do presente trabalho.

Partindo do pressuposto de que toda e qualquer informação divulgada é atravessada pela intencionalidade daquele que a revela, investigamos as estratégias argumentativas utilizadas pelo discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável na televisão que, dentre outras finalidades, pretende persuadir o público a agir de maneira ecologicamente correta. Para tanto, foram analisados os recursos argumentativos empregados na linguagem verbal (escrita e falada) na série de reportagens **A Nossa Mata**, exibida pelo Jornal Nacional, entre 24 e 28 de maio de 2004.

Além desse objetivo geral, foram contemplados como objetivos específicos verificar a estrutura argumentativa do discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável, a contribuição do jornalismo no processo de divulgação ambiental e a importância das séries jornalísticas como um novo formato para divulgar os assuntos ambientais na televisão.

O suporte televisivo foi escolhido por ser o principal meio de informação dos brasileiros, como constatou a pesquisa “O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do

consumo sustentável”<sup>7</sup>, encomendada ao Ibope pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA; ISER, 2001). Os números revelaram que 90% dos entrevistados utilizam a televisão para se informar. Além disso, o meio televisivo possui características singulares, como a forma pessoal de contar a notícia, a agilidade na transmissão de informações, linguagem simples, direta e coloquial e o fascínio que a imagem exerce sob o telespectador. Em resumo, escolhemos o ambiente televisivo por ser um meio eficiente de persuasão, pelo seu alcance, legitimidade e influência na sociedade.

A escolha do Jornal Nacional (JN) deve-se ao fato de ser o telejornal de maior audiência do País, há 40 anos, no horário nobre da Rede Globo. Além disso, o JN aposta nas séries jornalísticas como um novo formato para divulgar assuntos de maneira mais consistente, em conformidade com as nossas expectativas. Elegemos o formato jornalismo seriado na televisão por reunir diversas abordagens para um mesmo tema, superando a superficialidade das matérias televisivas diárias, que possuem curta duração, em média, um minuto e trinta segundos. As reportagens em série contam com um tempo superior a três minutos, o que representa, pelo menos, o dobro de uma matéria diária. Com isso, os assuntos são explorados de forma mais ampla.

Para a seleção do *corpus*, o contexto histórico e a proximidade geográfica foram preponderantes. Já sabíamos que as reportagens deveriam ser de cunho ambiental, justamente num período em que a expressão desenvolvimento sustentável ganha força e parece ter se tornado a bola da vez dos discursos contemporâneos. Mas definir somente o tema não foi suficiente. Ao fazer o levantamento das séries de reportagens produzidas e exibidas pelo Jornal Nacional, disponibilizadas no próprio site do telejornal<sup>8</sup>, foram identificadas entre 2004 e novembro de 2009, 83 séries de diversos assuntos, como educação, saúde, economia, emprego e meio ambiente.

Dentre elas, nove abordavam temas ambientais, seja com viés econômico, político ou social, representando um universo bastante extenso. Diante disso, fizemos um novo recorte e buscamos, nesse total, aquelas que focavam num discurso de desenvolvimento sustentável em torno do consumo, considerado o vilão da sustentabilidade. Nesse sentido, encontramos seis séries dos mais variados temas: água (09/02 a 12/02/2009), agroenergia (02/07 a 06/07/2007), reciclagem (05/06 a 07/06/2007), agrotóxicos (21/03 a 25/03/2005) e desmatamento, que foi

---

<sup>7</sup> Coordenado pela socióloga Samyra Crespo, do Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER). A pesquisa foi realizada em três edições: 1994, 1997 e 2001.

<sup>8</sup> Site: [www.globo.com/jornalnacional](http://www.globo.com/jornalnacional). Acesso em 24 nov. 2009.

abordado no telejornal em dois momentos: 30/01/2006 a 04/02/2006 e 24/05/2004 a 28/05/2004, totalizando 26 reportagens.

Diante da extensão do *corpus*, uma nova delimitação foi inevitável. Dentre todas as séries ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável, cujo enquadramento era a prática consumista, apenas uma foi realizada aqui na Bahia. O repórter José Raimundo, correspondente do Jornal Nacional no Estado, percorreu por alguns municípios baianos para mostrar a destruição da Mata Atlântica e, conseqüentemente, a extinção de algumas espécies que passaram a ficar sem *habitat*. A seriedade com que José Raimundo abordou o tema colaborou para que ganhasse o “Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica”, em 2005, pela última reportagem da série, sendo mais um critério para a escolha.

A série **A Nossa Mata** traz cinco reportagens, sendo que todas foram realizadas pelo mesmo repórter, o que nos permite uma investigação mais consistente sobre as estratégias persuasivas utilizadas por ele e a construção da sua própria imagem no discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável. O tema, por sua vez, também é bastante oportuno. Além de 2010 ter sido considerado o Ano Internacional da Biodiversidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) elegeu 2011 como o Ano Internacional das Florestas<sup>9</sup>. Os dois enfoques dados pela instituição são tratados na série selecionada, possibilitando ao presente estudo colaborar para uma consciência ambiental em torno da conservação das matas e das espécies.

Após a escolha da série **A Nossa Mata** gravamos todo o material em DVD e iniciamos o processo de decupagem, ou seja, a transcrição das reportagens. Com o *corpus* descrito e revisão bibliográfica finalizada, iniciamos o mapeamento dos tipos de argumentos e os elementos persuasivos presentes na série. Respeitamos a ordem de veiculação das reportagens definida pela linha editorial do Jornal Nacional, por entendermos que tais escolhas integram as estratégias argumentativas do telejornal.

Para análise dos dados, articulamos pressupostos teóricos da Retórica de Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005), da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), dos trabalhos sobre o *ethos* de Maingueneau (2008), e dos estudos sobre *Páthos* de Santana Neto (2005; 2008). O pensamento aristotélico contribuiu a partir da tríade retórica *ethos* (credibilidade do orador), *páthos* (emoção que o orador consegue promover nos seus ouvintes) e *lógos* (o discurso argumentativo). A teoria perelmaniana colaborou com os acordos estabelecidos para a adesão do auditório e os tipos de argumentos utilizados pelo repórter para persuadir o telespectador. Sendo assim, o presente estudo insere-se na **Linha de**

---

<sup>9</sup> Mais informações sobre o Ano Internacional das Florestas no site da ONU. Disponível em: <http://www.un.org/en/events/iyof2011/>. Acesso em: 5 jan. 2011.

**Pesquisa 2 – Linguagens, Discurso e Sociedade, do Programa de Mestrado em Estudo de Linguagens, da Universidade Estadual da Bahia (UNEB)**, já que evidencia a complexa relação entre discurso, argumentação e sociedade.

Para tanto, dividimos o presente trabalho em três capítulos, de acordo com seus principais temas, na seguinte ordem: desenvolvimento sustentável, jornalismo ambiental na televisão e argumentação. Organizamos dessa forma por reconhecermos a importância da contextualização do tema desenvolvimento sustentável e da *práxis* do jornalismo ambiental no espaço televisivo para uma maior apropriação em torno do processo argumentativo da série **A Nossa Mata**. Verificar as peculiaridades do jornalismo antes de averiguar as estratégias argumentativas nas reportagens tornou-se fundamental para a compreensão do discurso ambiental do JN, já que o telejornal se situa no campo jornalístico.

Como a nossa finalidade foi investigar os recursos argumentativos na linguagem verbal (escrita e falada), priorizamos o texto jornalístico, seja ele assinado pelo repórter ou pelo editor-chefe, no caso das chamadas das reportagens realizadas pelos apresentadores no estúdio. Todavia, ciente de que o casamento da palavra com a imagem é um diferencial enquanto estratégia persuasiva no meio televisivo, consideramos o contexto visual sem desviar o foco deste estudo. Diante disso, contamos com o auxílio da imagem para legitimar o argumento do repórter, principalmente, como prova dos fatos apresentados (*lógos*), para a construção da imagem do orador (*ethos*) e como mecanismo de sensibilização do telespectador (*páthos*).

Nesse sentido, utilizamos o recurso itálico para diferenciar o *corpus* do texto da dissertação. Esse mesmo mecanismo foi empregado para palavras estrangeiras e denominações dos telejornais brasileiros e programas televisivos. Utilizamos o recurso negrito para destacar o nome da série **A Nossa Mata** com a finalidade de orientar o leitor, destacando o nosso objeto de estudo. O mesmo ocorre com as reportagens individuais que compõem a série. Elas serão identificadas sempre em negrito, como **Reportagem A**, **Reportagem B**, **Reportagem C**, **Reportagem D** e **Reportagem E**, respeitando a ordem cronológica de exibição. Os trechos das séries serão sinalizados como *off*, passagem ou sonora<sup>10</sup>, em conformidade com a estrutura da reportagem jornalística na televisão.

No primeiro capítulo, abordaremos o conceito de sustentabilidade numa perspectiva multidisciplinar, possibilitando uma maior concepção sobre o assunto que, por si só, é

---

<sup>10</sup> O *off* é o texto elaborado pelo repórter e tem como objetivo complementar as imagens. A passagem é a gravação realizada pelo jornalista no local do fato com informações relevantes e a sonora é a fala dos entrevistados pelo repórter.

bastante complexo. Além de evidenciarmos o desenvolvimento sustentável numa esfera econômica, política, cultural e social, apresentaremos as vertentes do jornalismo ambiental e suas implicações para a divulgação da sustentabilidade.

No segundo capítulo, trataremos sobre a prática do jornalismo ambiental no espaço televisivo, enfatizando que o discurso ambiental não ocorre somente nos telejornais, mas também em outros programas da televisão brasileira. Nesse sentido, destacamos que nosso intuito não foi investigar a qualidade da informação na televisão, nem discutir o seu papel educativo, tampouco se é um meio de comunicação voltado somente para entretenimento. Partimos do pressuposto de que a televisão se destaca dos demais meios, principalmente, pelo seu alcance e sua linguagem audiovisual, conforme pontuamos anteriormente. Também serão apontadas as peculiaridades das reportagens ambientais na televisão, desde a sua estrutura até a sua veiculação, o uso da imagem como mecanismo de validação do discurso jornalístico no ambiente televisivo e, por fim, analisaremos as séries de reportagens como um formato promissor para o telejornalismo. Tudo isso tendo como principal referencial o *Jornal Nacional*, nosso objeto empírico.

O terceiro e último capítulo é dedicado à argumentação. De início, estabeleceremos uma analogia entre a retórica grega e a narrativa jornalística na televisão com a finalidade de aproximar os dois campos de estudo. Em seguida, buscaremos uma maior compreensão em torno das estratégias argumentativas postuladas pelo arcabouço teórico do presente trabalho, confrontando a teoria com a prática jornalística. Com isso, identificaremos os mecanismos utilizados pela série **A Nossa Mata** para persuadir o telespectador a preservar as florestas, quantificando os argumentos e realizando uma análise mais específica daqueles de maior incidência.

Além dos capítulos descritos acima, o presente trabalho é composto pelos itens exigidos pelas normas técnicas - capa, página de rosto, ficha catalográfica, epígrafe, dedicatória, agradecimentos, sumário, lista de ilustrações e resumo -, conclusão com os resultados obtidos pela pesquisa, anexo com a transcrição das reportagens investigadas e o apêndice com a identificação dos argumentos.

É válido ressaltar, ainda, que o presente estudo não pretende esgotar as análises em torno das estratégias argumentativas no discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável até mesmo pela própria questão de tempo-espço, mas sim contribuir para uma maior discussão sobre o tema, evidenciando pistas relevantes para que outros pesquisadores possam dar continuidade aos estudos no campo da argumentação.

## 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PAUTA

A sociedade contemporânea perpassa por um dos principais momentos de transformação da história humana. Se no início da década de 90, autoridades e especialistas em meio ambiente de todo o mundo alertavam para uma possível crise planetária, hoje a população mundial precisa lidar com essa realidade. Diante desse contexto, temas como mudanças climáticas, consumo, desmatamento e esgotamento da água, entre outros, passaram a integrar assiduamente a agenda política global. São assuntos que reforçam a urgência de se repensar medidas emergenciais para tentar reverter os estragos causados ao meio ambiente.

Esse novo cenário passou a se delinear no século XIX com a implantação de um modelo econômico de desenvolvimento ancorado em técnicas de produção e consumo predatórias, ocasionando um grande impacto das atividades humanas sobre a natureza. De fato, a Revolução Industrial permitiu avanços tecnológicos essenciais para a evolução social, mas, em contrapartida, alterou a relação de homens e mulheres com os sistemas naturais, principalmente, no que se refere à percepção dos seres humanos com o ambiente natural.

O século seguinte foi marcado pelo aperfeiçoamento da indústria bélica com a Segunda Guerra Mundial, exaltando ainda mais as discussões em torno da economia internacional. No final desse conflito militar, já se pontuava a necessidade de os países superarem o subdesenvolvimento. Entretanto, a solução para uma nação crescer, naquela época, estava totalmente associada à economia, ou seja, bastava enriquecer para, automaticamente, ser vista como desenvolvida.

Essa visão tinha como referencial os países da América do Norte e Europa, já que possuíam alta renda por habitante. De acordo com Veiga e Zatz (2008), eles chegaram a incentivar outras nações consideradas Terceiro Mundo a ampliar a sua economia, mas perceberam que o fato de enriquecer não significava melhorias expressivas em setores vitais para um desenvolvimento efetivo, como saúde, educação e cultura. “A pobreza não diminuía, não havia redução de desigualdades, fossem elas sociais, entre raças, sexos, ou de locais de moradia. E, pior, as liberdades eram muitas vezes sacrificadas em vez de expandidas”. (VEIGA; ZATZ, 2008, p.16)

Diante desse cenário, encontros internacionais começavam a ocorrer, principalmente, nas décadas de 60 e 70, com debates acalorados sobre as relações existentes entre meio ambiente e desenvolvimento. A discussão evidenciou a existência de um modelo voltado para as necessidades humanas de forma parcial e, ainda, destruidor dos recursos

naturais. Com isso, houve a necessidade de se reconsiderar o modelo de desenvolvimento econômico numa perspectiva que valorizasse a qualidade de vida da população sem prejudicar às futuras gerações.

Foi nesse contexto que surgiu a palavra ecodesenvolvimento, empregada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo, com a finalidade de instituir uma proposta de desenvolvimento ecologicamente direcionado capaz de promover os trabalhos do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Segundo Camargo (2003, p.66), apesar de ter sido usada pela primeira vez por Maurice Strong, secretário-geral de Estocolmo-72, o responsável pela criação dos princípios fundamentais dessa nova perspectiva de desenvolvimento foi o economista polonês, Ignacy Sachs.

Ele concebeu seis aspectos norteadores para o ecodesenvolvimento, tais como: suprir as necessidades básicas, solidariedade com as gerações futuras, comprometimento e participação da população, conservação dos recursos naturais e do meio ambiente como um todo, criação de um sistema social assegurando emprego, segurança social e respeito a outras culturas, além de projetos ligados à educação.

De acordo com Sachs (2009), para formular um novo caminho de desenvolvimento é imprescindível uma abordagem holística e interdisciplinar, por meio de um trabalho coletivo de cientistas naturais e sociais em prol de caminhos proveitosos para o uso e aplicação dos recursos da natureza, respeitando a sua distinção. Nesse sentido, preservação e aproveitamento natural devem caminhar lado a lado numa relação harmoniosa. “O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural”. (SACHS, 2009, p. 32)

Sete anos após a Conferência em Estocolmo, nasceu a expressão desenvolvimento sustentável durante um simpósio das Nações Unidas sobre meio ambiente. Veiga e Zatz (2008, p.38) lembram que nessa época os ambientalistas eram vistos totalmente contra o desenvolvimento, quando um deles disse a seguinte frase no encontro: “Não somos contra o desenvolvimento, apenas queremos que ele seja sustentável”.

De acordo com os autores, “bastou isso para que a expressão imediatamente emplacasse, como acontece com boas gírias, bons provérbios etc”, tornando-se mundialmente conhecida quando foi adotada como principal bordão do Relatório Brundtland, intitulado Nosso futuro comum. A criação do documento ficou sob a responsabilidade de uma comissão liderada pela primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, em 1987.

Segundo o relatório, o desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades de hoje sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Para tanto, é preciso reduzir as desigualdades entre os países ricos e os pobres, incentivando os que possuem mais recursos financeiros a adotar uma forma de viver em sintonia com o meio ambiente. “Um mundo onde a pobreza é endêmica estará sempre sujeito a catástrofes, ecológicas ou de outra natureza. (BRUNDTLAND, 1987, p. 9)

Minimizar essas diferenças entre as nações é, sem dúvida, um grande desafio para o desenvolvimento sustentável, principalmente, porque “a desigualdade tornou-se o calcanhar-de-aquiles da economia moderna”, conforme destacou Sennett (2008, p.54). Dados divulgados pela publicação Consumo Sustentável: manual de educação (2005, p.15) apontam que 20% da população mundial que habita principalmente os países ricos do hemisfério norte consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta. Enquanto isso, 80% da população mundial que habita, principalmente, os países pobres do hemisfério sul fica com apenas 20% dos recursos naturais. Para reduzir essa disparidade, permitindo aos habitantes dos países do sul atingir o mesmo padrão de consumo material médio de um habitante do norte, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra.

O documento traz, ainda, medidas emergenciais para impulsionar o desenvolvimento sustentável, como evitar o crescimento populacional, a importância da segurança alimentar e distribuição dos alimentos para combater a fome, reformulação dos termos de concessão dos sistemas de receitas florestais, manutenção dos ecossistemas e das espécies por meio de políticas públicas, entre outros. “Para haver um desenvolvimento sustentável é preciso minimizar os impactos adversos sobre a qualidade do ar, da água e de outros elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema”. (BRUNDTLAND, 1987, p.49)

Além disso, as conclusões da comissão Brundtland apontam para a importância de se desenvolver estratégia energética duradoura e possível numa perspectiva ambiental e econômica, produzir mais com menos, cabendo também às nações arcarem com os gastos da industrialização e ordenarem táticas específicas para guiar o processo de urbanização, aliviando os grandes centros urbanos e edificando cidades de pequeno porte.

## 2.1 AFINAL, O QUE É SUSTENTABILIDADE?

Com o passar dos anos, o conceito de desenvolvimento sustentável difundido pelo relatório foi sofrendo modificações e apesar de estar inserido na pauta de todo o discurso

ambiental ainda não há um consenso quanto ao seu significado. Isso porque a sustentabilidade passou a ser uma nova forma de enxergar as soluções para os problemas globais, não somente no que se refere à destruição da natureza, mas também contemplando aspectos sociais, políticos e culturais.

Entretanto, Veiga e Zatz (2008) destacam que a noção de sustentabilidade já era utilizada pela biologia, na década de 1970, nos estudos voltados para as atividades extrativas, a exemplo da atividade pesqueira. As pesquisas buscavam retirar uma maior quantidade de peixes da água sem provocar o desaparecimento dos seus estoques. Para os autores, neste caso é simples entender o sentido do termo “sustentável”. O difícil é quando a palavra é utilizada como adjetivo para caracterizar o desenvolvimento das sociedades.

A expressão “desenvolvimento sustentável” parece até ter virado moda de tanto que está sendo usada como se pudesse ser a salvação para todos os males. Está presente em todos os lugares: nos discursos políticos, nos programas de governo, nos projetos sociais de empresas e até na fachada de escolas. Por isso mesmo é que temos de tentar entender melhor o seu significado para que não pareça ou resulte numa expressão vazia. (VEIGA; ZATZ, 2008, p.35)

Para uma maior compreensão em torno da expressão é necessário avaliar as dimensões das duas palavras que a compõem. Segundo Camargo (2003), é comum utilizar a palavra desenvolvimento como sinônimo de crescimento, o que, de fato, é um pré-requisito indispensável para o desenvolvimento, porém não é condição suficiente. De acordo com a autora, o crescimento baseia-se em melhorias quantitativas enquanto o desenvolvimento resulta em avanços da ordem da qualidade. Além disso, o modelo industrial de desenvolvimento associa o termo a progresso.

Oliveira (2006, p. 19) defende que o desenvolvimento deve ser entendido como incrementos positivos no produto e na renda, transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, como saúde, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outras. “O desenvolvimento pode ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”.

Com a finalidade de avaliar o desenvolvimento de um país, muitos economistas ainda têm como principal indicador o Produto Interno Bruto (PIB), mesmo após a criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em 1990. Enquanto o PIB registra tudo aquilo que é mediado nas trocas de mercado, ou seja, que transita pelo sistema de preços, o IDH

permite mensurar dimensões mais amplas do desenvolvimento, numa perspectiva humana, mostrando que o avanço de uma nação não deve se limitar à renda *per capita* ou ao salário de um trabalhador.

Para Veiga e Zatz (2008), o PIB pondera de forma reducionista o crescimento de um governo, principalmente, a partir de uma óptica sustentável.

Por um lado, de nada vale obter uma alta taxa de aumento do PIB se ela não se traduzir em melhor desempenho de pelo menos duas áreas: saúde e educação. Por outro, nada disso pode ser obtido com práticas predatórias que comprometam os ecossistemas e diminuam assim as chances de que nossos filhos, netos, bisnetos etc. também possam se beneficiar desses recursos no futuro. (VEIGA; ZATZ, 2008, p.18)

Já o termo sustentar significa segurar, suportar, apoiar, conservar, resistir, entre outras definições. (HOUAISS, 2009) Quando utilizado no contexto do desenvolvimento sustentável possui um sentido mais específico ligado à ecologia, referindo-se, de uma forma geral, à conservação dos recursos naturais. Para Camargo (2003), as duas palavras – desenvolvimento e sustentável – quando utilizadas juntamente parecem ambíguas, por reunir numa expressão dois termos que, a princípio, parecem não se encaixar.

Partindo desse pressuposto, a expressão poderia ser entendida como um oxímoro, uma contradição em termos, já que não seria possível desenvolver preservando. Essa ideia é postulada por alguns economistas, principalmente, pelos defensores do neoliberalismo<sup>11</sup>, a exemplo de Delfim Netto (2010, p.20). Segundo ele, para crescer é inevitável que haja o impacto ambiental, porque a economia é termodinâmica, logo o crescimento acelerado ocasiona naturalmente um crescimento destrutivo. “Não é possível produzir PIB sem produzir impacto ambiental e emissão de gás carbônico. É uma produção conjunta. Reduzir o crescimento ninguém quer”. (DELFIN NETTO, 2010, p.28)

A relação desenvolvimento *versus* destruição da natureza parece não ser preocupação para o capitalismo. Pelo contrário, os impactos ambientais colaboram para a

---

<sup>11</sup> Segundo Moraes (2001), o termo neoliberalismo possui vários significados entre eles uma corrente de pensamento, uma ideologia do capitalismo e um ataque às formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo. Além disso, pode ser visto como um conjunto de políticas adotadas pelos governos a partir da segunda metade dos anos 70 e disseminadas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Nacional (FMI). Nesse sistema econômico, o estado pouco intervém na economia e o mercado é regulado pela lei de oferta e procura, estimulando a mão-de-obra barata para conseguir mais lucro. Desse modo, os serviços são executados pela empresa privada e o estado submetido ao sistema econômico regulado pela produção e consumo. Por isso, “de todas as formas, no campo das idéias, seja no das políticas econômicas, as políticas neoliberais constituem a tragédia do nosso tempo. Onde for que elas se instaurem, surge ou cresce miséria, a degradação econômica, a desesperança, a apatia e o desespero”. (CARCANHOLO; CARCANHOLO; MALAGUTI, 2008, p.8)

manutenção desse modelo de sistema econômico capaz de transformar até o ar que respiramos em mercadoria. O aumento da poluição do ar, que é ocasionada pelo excesso de emissões de gases tóxicos à atmosfera, principalmente, por meio da queima de combustíveis fósseis, como a gasolina e o óleo diesel, afeta diretamente o alto índice de doenças respiratórias na população. Com isso, os serviços médicos pagos para remediar tais patologias entram no PIB com um sinal positivo, fortalecendo a economia.

É nessa contramão que a noção de desenvolvimento sustentável tenta se firmar na contemporaneidade, preconizando que é possível avançar economicamente e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente sem causar restrições às próximas gerações. Para Leis (1998), enquanto o melhor aproveitamento dos recursos na escala global amplia a ordem no âmbito econômico, no nível socioambiental só se beneficia a desordem, dificultando a governabilidade. Com a alta degradação ambiental no planeta é difícil para os governos monitorá-la, contrariando o otimismo neoliberal.

O mercado é o mais importante elemento de transformação de nossa época, e não se trata, portanto, de suprimi-lo, mas de controlar seus efeitos. Não existe nenhuma dúvida de que a expansão da economia de mercado está na origem da desordem global da biosfera. (LEIS, 1998, p.18)

Numa perspectiva política do desenvolvimento sustentável, Vieira (1998, p.57) pontua que as sociedades contemporâneas mantêm um viés minimalista da problemática ambiental, uma vez que concebem o meio ambiente somente como o meio físico, natural ou construído e se esquecem de que a transformação decorre da ação humana. Entre os principais problemas ambientais ocasionados pelo aumento do consumo de água, energia e demais elementos da biodiversidade estão a poluição de água e do ar, mudanças climáticas, contaminação do solo e extinção de espécies animais e vegetais.

Daí a necessidade de ampliar o conceito de desenvolvimento sustentável. Mawhinney (2005, p.35) aponta a existência de três principais pontos de vista em torno da sustentabilidade. São eles: a visão do economista típico, que defende os sistemas de escolha, avaliação e decisão como os melhores possíveis, mesmo destacando que não são primorosos; a percepção do ambientalista aguerrido, que propõe modificações radicais como resolução para os problemas ambientais, reforçando que os sistemas contemporâneos falharam não somente na esfera da humanidade como para a natureza, por isso precisam ser eliminados e a concepção do grupo moderado que sugere algum tipo de alteração sem atitudes extremistas.

Numa perspectiva mais abrangente e contemporânea, o desenvolvimento sustentável é uma nova forma de vislumbrar soluções para os problemas globais, priorizando aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos. Para Camargo (2003, p.75), a sustentabilidade está diretamente relacionada com a harmonia entre os indivíduos e a natureza, unindo interesses sociais e econômicos. Nesse sentido, o desenvolvimento não pode ocorrer se os recursos naturais estiverem danificados, nem a natureza ser protegida se o crescimento não ponderar os efeitos do extermínio ambiental. Apesar desse posicionamento, ela reconhece que a definição sobre o desenvolvimento sustentável depende do campo de análise.

O conceito de desenvolvimento sustentável fundamentalmente interliga o que é para ser desenvolvido com o que é para ser sustentado. As discussões acerca das relações que devem prevalecer entre o que deve ser sustentado e o que deve ser desenvolvido diferem muito, uma vez que essas interligações têm sido discutidas e consideradas de várias maneiras – dependendo por quem e em que esfera estão sendo discutidas, estabelecidas ou implícitas. (CAMARGO, 2003, p. 75)

Mousinho (2008, p.348) afirma que para haver o desenvolvimento sustentável é imprescindível a elaboração de um planejamento além das necessidades e desejos das sociedades modernas, integrando a essas questões aspectos de maior envergadura. Afonso (2006, p.12) defende a sustentabilidade como uma forma de conservar os recursos ambientais de maneira quantitativa e qualitativa, utilizando-os sem destruir as suas fontes ou abreviar a sua capacidade de abastecer as próximas gerações de forma satisfatória para atender as necessidades atuais e futuras. Para Loures (2009, p.59), a sustentabilidade é uma temática intrinsecamente ligada à cultura e ao próprio ser humano, por isso está associada ao compromisso social e relacionada à construção de um espaço público para que instituições políticas, sociedade civil e demais grupos de interesses possam desempenhar a sua função de representação política e institucional.

### **2.1.1 Principais obstáculos**

A multiplicidade de conceituações é resultado da própria complexidade do tema, que precisa ser refletido sob diversas perspectivas para uma real compreensão. Diante disso, os estudos sobre a sustentabilidade devem ultrapassar um recorte engessado e levar em consideração as relações de poder, o atual modelo desenvolvimento econômico e suas implicações sociais, culturais e políticas, entre outros. Esses seriam alguns entraves que

dificultam a concretização de um desenvolvimento econômico mais humanizado, capaz de equilibrar o mundo com a Terra, que, segundo Leis (1998), possuem significados distintos.

Segundo autor, a Terra é uma abreviação dos sistemas interativos e complexos (orgânicos e inorgânicos) que constituem a biosfera. O Mundo, por sua vez, é uma dupla realidade, originada pela ocupação da espécie humana no globo terrestre, ou seja, enquanto a Terra é uma unidade de sistemas equilibrados e estáveis, o Mundo é o contrário. Os valores dos seres humanos configuram um sistema de alta instabilidade com características díspares entre si e também em relação ao ambiente natural. (LEIS, 1998, p. 16)

Para Sachs (2009), o primeiro obstáculo a ser resolvido para colocar em prática o desenvolvimento sustentável é o social, a partir de uma renda equitativa, emprego com qualidade de vida e igualdade aos serviços sociais. “A sustentabilidade social vem na frente por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, sem contar com a probabilidade de que um colapso social ocorra antes de uma catástrofe ambiental”. (SACHS, 2009, p.71)

Aspectos culturais também precisam ser superados para impulsionar a sustentabilidade. Para tanto, é necessário compensar ideias clássicas com a inovação, a capacidade de independência para criação de um projeto nacional integrado e autoconfiança de que pode existir um desenvolvimento sustentável compatível para o mundo. Além disso, Sachs (2009) pontua o critério ecológico, destacando a importância da manutenção da natureza e o limite ao uso dos recursos não-renováveis, o aspecto ambiental que se refere à capacidade de aperfeiçoamento dos ecossistemas naturais e o territorial reforçando a importância da melhoria do ambiente urbano e a superação das diferenças entre as regiões.

Na esfera econômica, todos os esforços devem girar em torno da segurança alimentar, nos avanços de técnicas produtivas, autonomia na pesquisa científica e tecnológica e inserção soberana na economia internacional. No âmbito político, deve-se buscar uma democracia definida que possa ser utilizada num contexto universal e de direitos humanos, implementar um projeto nacional em parceria com empreendedores, um sistema eficaz de prevenção de guerras da ONU, garantindo a paz e a cooperação internacional, princípio de igualdade entre o Norte e o Sul e o controle efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, entre outros. (SACHS, 2009, p.87)

Assim como Sachs (2009), Camargo (2003) também elencou algumas barreiras para o desenvolvimento sustentável, categorizadas em: culturais, científicos, político-econômicos, sociais, éticos, ideológicos, psicológicos e filosófico-metafísicos. Entre os obstáculos culturais estão a maneira como os povos se relacionam com os recursos provenientes da

natureza, as diferenças de valores e crenças das sociedades que vão influenciar diretamente a concepção de conceitos como qualidade de vida, qualidade ambiental e prioridades, além da cultura ocidental em valorizar o ser humano no centro do universo, entre outros.

Os impedimentos científicos que mais se destacam são a falta de maior entendimento sobre as relações homem-natureza, as percepções limitadas e unilaterais que atravessam tanto o pensamento quanto as pesquisas científicas, os distintos níveis de informação científica entre os países, a ausência de diálogo e aproximação entre a comunidade científica e a sociedade civil.

Os entraves político-econômicos identificados por Camargo (2003) contornam a diferença entre os países e os próprios estados de um país no que se refere à produção, consumo e renda *per capita*, o estilo de vida focado no consumo desenfreado, interesses particulares dos grandes grupos econômicos, ausência de engajamento das instituições públicas e privadas, a dificuldade de homens e mulheres em utilizar os recursos financeiros, características do próprio sistema econômico vigente, fundamentado em fluxos de capitais e ligações meramente comerciais, e a dificuldade em estabelecer um preço para os impactos ambientais em decorrência das escolhas econômicas.

Fixar um valor para os danos causados ao meio ambiente é um caminho para evitar o consumo excessivo, apontado por muitos ambientalistas e especialistas na área ambiental como antagonista do desenvolvimento sustentável. Giannetti (2010) defende essa ideia e postula que será inevitável recalcular os valores de produtos e serviços de acordo com as consequências ao meio ambiente, partindo de uma lógica capitalista que utiliza o recurso financeiro como principal arma de persuasão. Nesse caso, o economista descarta qualquer possibilidade de recuo da prática consumista por meio de uma conscientização da população.

Segundo o autor, um avião emite mais dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>)<sup>12</sup> ao atravessar o Atlântico rumo a Europa do que um indiano durante uma vida. Por isso, além de contabilizar o custo do combustível, o desgaste da aeronave, os serviços de bordo e o salário dos funcionários, as companhias aéreas deverão embutir no preço final os impactos ambientais, como a emissão de carbono.

Tudo o que tem impacto ambiental vai ter de embutir o custo real e não apenas o monetário. Essa é a mudança decisiva. Eu não acredito que essa mudança virá porque as pessoas se tornam conscientes e querem ajudar as gerações futuras. Não existe mudança dessa ordem vinda de boa-fé kantiana. Virá por uma mudança de preços relativos: terá que ficar muito caro fazer

---

<sup>12</sup> A emissão desse gás colabora para o aumento da temperatura do Planeta Terra (aquecimento global). (MOUSINHO, 2008, p. 350)

certas coisas. Outras, no entanto, ficarão relativamente muito baratas: ler, assistir um filme, cantar, andar de bicicleta. Tem coisas que não são onerosas do ponto de vista ambiental e que ficarão relativamente mais baratas do que outras que o são. (GIANNETTI, 2010, p.72)

Esse custo terá de ser internalizado em todos os níveis da cadeia produtiva, alterando e dificultando o sucesso dos negócios para algumas empresas. Com isso, deverão ocorrer mudanças tanto na legislação quanto nas políticas governamentais. Em contrapartida, Almeida (2007, p.17) presume que deverão surgir novas chances comerciais, por meio da suave redução de impactos ou da substituição de serviços. Para tanto, a inovação e a tecnologia desempenharão um papel essencial nos anos que se aproximam. Até porque, segundo ele, a ameaça induz novas oportunidades.

Os empecilhos sociais, segundo Camargo (2003), giram em torno do crescimento da população, os embates étnicos e religiosos, falta de liberdades e direitos humanos, desigualdade e exclusão social, ausência de educação ambiental eficaz, baixa representatividade social, entre outros. As barreiras ideológicas englobam a intolerância e intransigência de toda e qualquer ordem, diferenças entre os seres humanos, a resistência de homens e mulheres às ideias novas, a concepção rasa sobre, de fato, o que significa desenvolvimento e progresso.

Os impasses psicológicos foram definidos pela autora como a dificuldade do ser humano em se sentir parte do meio ambiente, em reconhecer sua relação com a natureza e repassar os seus conhecimentos sobre a necessidade de conservação para os seus pares, as características do caráter humano (egoísmo, vaidade, ganância, maldade, agressividade, desinteresse pelo próximo, imaturidade moral e espiritual, individualismo, preconceito, entre outros), visão imediatista da vida, a dificuldade humana em colocar em prática novos hábitos, as diferentes capacidades dos seres humanos em desenvolver consciência ambiental e o comportamento humano, muitas vezes, destrutivo a si mesmo e ao meio ambiente que vive.

Por fim, Camargo (2003) explica os entraves filosófico-metafísicos, que permeiam os questionamentos intrapessoais e coletivos, conflitos existenciais, enfim, tudo o que se refere às emoções.

Não se trata fundamentalmente de procurarmos alcançar e estabelecer uma postura santificada como seres humanos, nem uma abordagem do desenvolvimento sustentável como paraíso a ser perseguido e atingido, mas sim de sermos capazes, para nosso próprio bem, de compreender e lidar com nossos problemas civilizatórios com mais maturidade, responsabilidade e consciência – principalmente a consciência de sermos capazes de enxergar a

vida além da nossa própria existência e dos nossos problemas pessoais do dia-a-dia. (CAMARGO, 2003, p.120)

Veiga ([1948], 2008, p.151) também pontua a necessidade de algumas iniciativas para alavancar o desenvolvimento sustentável, como a implantação de políticas públicas direcionadas tanto para as questões humanas quanto para a biosfera. Nesse sentido, ele ressalta a importância de acrescentar os anseios de uma relação mais saudável com a natureza, as rejeições às práticas consumistas excessivas, a humanização das relações e, especialmente, as tentativas de encontrar mais sentido para a vida.

Pudemos observar que o levantamento realizado pelos estudiosos traz o enredamento do tema, que, ao contrário do que muitos pensam, ultrapassa a maquiagem verde e o discurso ecologicamente correto de quem apenas quer se promover por meio de uma imagem positiva perante o seu público-alvo. A expressão desenvolvimento sustentável carrega ideologicamente fracassos seculares de um modelo de civilização urbano-industrial focado nos mais diversos tipos de exploração.

Conforme destacou Weber ([1904], 2001), a economia capitalista moderna obriga o indivíduo a se moldar às regras de comportamento capitalistas, isto é, aquele que não aceitar as suas normas será inevitavelmente excluído do cenário econômico “tanto quanto um trabalhador que não possa ou queira se adaptar às regras, que será jogado na rua, sem emprego”. (WEBER, [1904], 2001, p.22)

Obstáculos sociais, políticos, econômicos, territoriais, entre outros, citados por Sachs (2009) e Camargo (2003), atravessaram as mais diversas sociedades de forma cíclica e até mesmo dependente, porque mantê-los fortalece o desenvolvimento econômico dominante (capitalista-industrialista). Isso porque esse modelo se valida atendendo as demandas de consumo da população criadas pelo próprio capitalismo através de necessidades materiais cada vez mais artificiais. A grande questão é que com a crise ambiental, a sociedade contemporânea começa a perceber que manter esse tipo de desenvolvimento é suicídio, ou seja, uma forma de arruinar a própria vida.

### **2.1.2 Consumo *versus* desenvolvimento sustentável**

A prática consumista tão incentivada pela Revolução Industrial passou a ser vista com outros olhos na atualidade. O que era sinônimo de *status* e superioridade começa a ganhar uma conotação pejorativa. O ato de consumir contraria a palavra de ordem da

sociedade contemporânea: preservar. O consumo desenfreado ocasionou perdas irreparáveis ao meio ambiente, por isso Novaes (2005) alerta que em nenhum outro momento da história houve tanta urgência de se repensar hábitos diários para minimizar os impactos negativos sobre a qualidade de vida da população. Esse novo conceito evidencia a necessidade de evitar o desperdício ciente de que os recursos naturais são finitos, conforme comprova Besserman (2008):

[...] ao longo do século 20, a escala de agressões ao ecossistema evoluiu significativamente. De violentas agressões locais (destruição de florestas, bacias hidrográficas, da qualidade do ar nas cidades) passamos a importantes agressões regionais (chuva ácida na Europa e leste da América do Norte, destruição de quase toda a Mata Atlântica, degradação de bacias hidrográficas), chegando, finalmente, a agressões ao ecossistema do planeta, como a mudança do clima (o aquecimento global causado pelas emissões humanas de gases do efeito estufa), a crise de biodiversidade, a crise de recursos hídricos (a escassez de água doce), a desertificação, a degradação dos oceanos e a destruição da camada de ozônio. (BESSERMAN, 2008, p.94)

A problemática ambiental, que sempre existiu só que estava à margem das prioridades mundiais, passou a associar a exploração abusiva dos bens renováveis e não-renováveis aos altos padrões de consumo e estilo de vida. A gravidade do assunto foi abordada no capítulo 4 da Agenda 21, que traz a mudança de padrões de consumo como prioridade, bem como destacou o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), em 1998. O documento ressalta a importância do consumo, desde que não comprometa a sobrevivência da humanidade.

O consumo contribui claramente para o desenvolvimento humano, quando aumenta suas capacidades, sem afetar adversamente o bem-estar coletivo, quando é tão favorável para as gerações futuras como para as presentes, quando respeita a capacidade de suporte do planeta e quando encoraja a emergência de comunidades dinâmicas e criativas. (PNUD, 1998, p.38)

Feldmann (2008) reconhece que o consumo não deve deixar de existir, visto que propõe novas possibilidades para o atendimento de necessidades básicas, a exemplo da alimentação, moradia, saneamento, energia, entre outros, como também permite que as pessoas desfrutem de autoestima ao adquirir um determinado bem material que deseje. Porém, ressalta que é preciso conciliar os efeitos ocasionados pela prática consumista com as pressões causadas à natureza.

Especialistas, autoridades e ambientalistas também repudiam o consumismo. Com isso, passaram a exigir de forma individual e/ou coletiva uma co-responsabilidade com o meio ambiente. Segundo Portilho (2003, p.101), tal mudança deve-se à transferência da questão ambiental do contexto da produção para o consumo, cobrando dos consumidores uma atuação decisiva para reverter o quadro de desgaste ambiental. Eles passaram a ser vistos como essenciais neste processo, “considerados ora culpados, ora responsáveis, ora principais agentes de ação e transformação e, portanto, chave para a busca de soluções”.

Entretanto, não percebemos esse mesmo empenho para mobilizar e conscientizar os grandes empresários, pecuaristas e fazendeiros, responsáveis pelo alto índice de exploração de bens naturais, a agir de forma mais harmoniosa com o meio ambiente. Mais uma vez, fica evidente a parcialidade da lógica capitalista ao deslocar para o consumidor um compromisso ambiental que deve estar incutido desde o início da cadeia produtiva.

Concordamos com Portilho (2003) ao afirmar que os excessos, assim como a escassez, passaram a representar uma ameaça para a sobrevivência humana. E é justamente nesse contexto que o discurso do desenvolvimento sustentável atua, muitas vezes, tentando combater o consumo, definido por Canclini (2008, p.60), como “o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos de produtos”.

O consumo ultrapassou as delimitações geográficas e localiza-se no centro das discussões internacionais sobre globalização. A cada encontro torna-se evidente que a abundância dos bens de consumo produzidos de forma incessante pelo sistema industrial deixou de ser símbolo do sucesso e eficácia das economias capitalistas modernas para objeto de crítica. A partir da percepção de que os atuais padrões de consumo estão nas raízes da crise ambiental, a crítica ao consumo passou a ser vista como uma contribuição de uma sociedade sustentável. (PORTILHO, 2003, p.37)

Porém, é válido ressaltar que o ato de consumir além do necessário e sem culpa transpassou todas as sociedades, conforme destacou Baudrillard (1995, p.38), pelo simples fato de que consumir o excedente é uma forma do indivíduo não apenas existir, mas também viver. Bauman (2008) destaca que o consumo foi banalizado como algo trivial, uma atividade corriqueira, pela própria necessidade de sobrevivência. Por isso, é um fenômeno que possui raízes tão antigas quanto os seres vivos e é parte integral de todas as formas de vida conhecidas a partir de narrativas históricas e relatos etnográficos.

Se reduzido à forma arquetípica do ciclo metabólico de ingestão, digestão e excreção, o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e

irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos. (BAUMAN, 2008, p.37)

Apesar dessas constatações, tanto Baudrillard (1995) quanto Bauman (1999) reconhecem que diante de tantas mudanças econômicas, históricas e culturais a sociedade atual pode receber o título de sociedade de consumo<sup>13</sup>. “A nossa sociedade pensa-se e fala-se como sociedade de consumo. Pelo menos, na medida em que consome, consome-se enquanto sociedade de consumo em ideia”. (BAUDRILLARD, 1995, p.208) Por isso, segundo ele, o consumo transformou-se em linguagem, uma ordem de significação. Nessa nova realidade, os objetos não são mais consumidos em função do seu valor de uso, da sua utilidade, mas como sistema de signos.

Bauman (1999, p. 87) também é taxativo ao afirmar que “nossa sociedade é uma sociedade de consumo”. Isso porque a sociedade atual, nomeada por ele como ‘sociedade de consumidores’, prioriza o consumo em suas atividades diárias diferentemente da sociedade dos nossos predecessores – a sociedade moderna no início da industrialização –, intitulada pelo autor como ‘sociedade de produtores’.

De acordo com o sociólogo, a forma como a sociedade anterior engajava seus membros era como produtores e soldados, portanto, eles deveriam desempenhar esses dois papéis com capacidade e vontade de exercê-los, como exércitos recrutados. A maioria da metade masculina era interpelada pela sociedade como produtores e soldados e a outra metade feminina, acima de tudo, como fornecedores de serviços. Em contrapartida, na sociedade de consumo os membros são moldados pelo dever de executar a função de consumidores.

Em nenhum dos seus dois estágios a sociedade moderna pôde passar sem que seus membros produzissem coisas para consumir – e, é claro, membros das duas sociedades consomem. A diferença entre os dois estágios da modernidade é “apenas” de ênfase e prioridades – mas essa mudança de ênfase faz uma enorme diferença em praticamente todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual. (BAUMAN, 1999, p. 88)

Essa transição começou a ser percebida, ainda que de forma embrionária, no final do século XIX, com o surgimento da economia de mercado, a formação dos grandes centros urbanos e a industrialização. Segundo Barbosa (2008), nesse período já havia uma sociedade

---

<sup>13</sup> Segundo Barbosa (2008, p.7), sociedade de consumo é um dos inúmeros rótulos utilizados por intelectuais, acadêmicos e profissionais de comunicação para se referir à sociedade contemporânea, bem como as expressões sociedade de informação, do conhecimento, do espetáculo, de capitalismo desorganizado e de risco, entre outras.

de consumo estabelecida com tipos de consumidores, novas categorias de comercialização e técnicas de *marketing*<sup>14</sup> na Inglaterra, França e Estados Unidos. Entretanto, foi no século seguinte, por meio dos avanços tecnológicos e as descobertas científicas, que uma nova formação social começava a surgir.

A indústria publicitária passava a ter um papel fundamental na consolidação da sociedade consumista, prioritariamente disseminando o próprio ato de consumir sem culpa. Segundo Retondar (2007, p.51), a publicidade redefiniu o consumo por meio da junção entre o apelo econômico e seu apelo simbólico, atuando como pêndulo nas duas atividades sociais. A partir daí, passaram a ser vistas de forma imbricada.

Arbex e Tognoli (1996, p.21) contam que só às vésperas da Primeira Guerra, entre 1914 e 1918, a economia começou a ser vista como globalizada, visto que foi nesta época que as grandes embarcações unificaram o mercado mundial e os avanços tecnológicos, a exemplo da eletricidade, do cinematógrafo, o rádio, o telefone e automóvel, revolucionaram a sociedade. “É também o momento da industrialização maciça, da formação de grandes metrópoles e de um proletariado condicionado pelo ritmo de trabalho das máquinas”.

O *boom* tecnológico experimentado por todos os ramos da indústria – da construção civil à têxtil, da farmacêutica à de bens de consumo não duráveis – foi motivado pela indústria bélica, que produzia artefatos militares para atender a demanda da Primeira e Segunda Guerra Mundial. Segundo Giddens (1991), o surgimento das máquinas ocasionou uma nova estrutura da sociedade. “O *industrialismo* pressupõe a organização social regularizada da produção no sentido de coordenar a atividade humana, as máquinas e as aplicações e produções de matéria-prima e bens”. (GIDDENS, 1991, p.53, grifo do autor)

Por isso, segundo ele, o industrialismo é considerado um subtipo de capitalismo ou vice-versa, sendo “um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade”. (GIDDENS, 1991, p.53) A base tecnológica e industrial começou a produzir mercadorias ao mesmo tempo em que a sociedade transformada em mercado de consumo absorvia a produção. Esse vínculo começou a promover e fortalecer a sociedade de consumidores, definida por Bauman (2008) como um tipo de sociedade que determina o estilo de vida dos seus membros por meio da prática consumista.

---

<sup>14</sup> De acordo com Yanaze (2007, p.7), marketing é um planejamento adequado da relação produto-mercado. “Assim, atualmente, quando falamos em marketing, estamos pensando nas estratégias implementadas por uma empresa para a colocação de um determinado produto ou serviço no mercado, com o objetivo de atender e satisfazer às demandas e necessidades de seu público-alvo, identificado como cliente”.

O consumidor em uma sociedade de consumo é totalmente diferente de quaisquer outras. Se na antiguidade filósofos, poetas e pregadores morais refletiam se o homem trabalha para viver ou se vive para trabalhar, Bauman (1999, p.88) relata que o dilema atual é “se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para consumir”. E justamente por essa forma de interdependência que a sociedade de consumidores chega a ser cruel. Esse aspecto hediondo do consumo foi destacado por Morais (2004).

Nela (a sociedade de consumo) se vende sangue e vida, porque vende-se a força de trabalho para obtenção de salário e subsistência; salário que, embora às vezes precariamente, deverá comprar o direito de se continuar vivo. Em tal sociedade, então, a própria vida humana é a mercadoria por excelência. Assim sendo, o que desaparece cada vez mais, na dinâmica do consumismo, é a própria humanidade do homem. (MORAIS, 2004, p.140)

Quem pode comprar consegue realizar seus desejos e se sente parte integrante da sociedade de consumidores. Já aqueles sem condições financeiras tendem a se sentir fracassados. Por isso, Baudrillard (1995) afirma que o consumo também é uma espécie de dominação social sempre atrelado a uma espécie de coação, um constrangimento para quem não pode desfrutar da liberdade de comprar aquilo que deseja. Conforme destacou Canclini (2008), o consumo deixa de ser direito para ser um dever do cidadão.

O discurso do consumo vem sempre imbuído de prazer, porque a principal referência da sociedade de consumo é a felicidade, como afirmam Baudrillard (1995) e Bauman (2008). Além disso, homens e mulheres passam cada vez mais cultivando as próprias necessidades e o bem-estar. A grande questão é que as necessidades dos consumidores são ilimitadas e insaciáveis. Segundo Sennett (2008), o que mobiliza o consumidor não é o fato de comprar, em si, mas o deleite ocasionado pela mobilidade do consumo.

O consumidor busca o estímulo da diferença em produtos cada vez mais homogêneos. Ele se parece com um turista que viaja de uma cidade clonada para outra, visitando as mesmas lojas, comprando em cada uma delas os mesmos produtos. Mas o fato é que viajou: para o consumidor, o estímulo está no próprio processo do movimento. (SENNETT, 2008, p.137)

Nesse sentido, podemos afirmar que o êxito da sociedade de consumo decorre da insatisfação de seus integrantes. O método é menosprezar os produtos de consumo logo depois de terem sido promovidos no universo dos desejos dos consumidores. De acordo com Bauman (2008, p.51), “a economia consumista se alimenta do movimento das mercadorias e é considerada em alta quando o dinheiro mais muda de mãos; e sempre que isso acontece,

alguns produtos de consumo estão viajando para o depósito de lixo”. Nessa perspectiva, o pesquisador destaca que a sociedade dos consumidores sofre da síndrome consumista, caracterizada pela efemeridade, velocidade, excesso e desperdício.

Mesmo reconhecendo que o consumo é um lugar onde, na maioria das vezes, é difícil pensar em decorrência do próprio jogo impetuoso das forças de mercado, Canclini (2008, p.70) destaca que o consumidor também quer e pode ser cidadão. Para que o consumo possa ser refletido como exercício de cidadania é necessário disponibilizar mensagens representativas nos mercados internacionais e informações confiáveis sobre a qualidade dos produtos, cujo controle seja realizado pelos consumidores capazes de questionar as sedutoras propagandas.

Além disso, é fundamental a participação democrática dos principais setores da sociedade civil interferindo em todas as esferas da sociedade – jurídica, política, simbólica e material -, acompanhando desde a qualidade dos alimentos até as permissões de uso das estações de rádio e emissoras de televisão, entre outros. O autor ressalta, ainda, que consumo e cidadania andam lado a lado, de forma inseparável, porque ambas integram práticas sociais de pertencimento.

A cidadania é o próprio direito à vida, mas, segundo Covre (1998), só existe se houver a reivindicação para fazer valer os direitos do cidadão, que englobam os direitos civis (referem-se, basicamente, ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança etc), direitos sociais (atendimento das necessidades básicas, como alimentação, saúde, habitação, educação etc) e direitos políticos (livre expressão de pensamento, convívio com homens e mulheres representantes de sindicatos, movimentos sociais, entre outros). Neste sentido, a prática da cidadania é um mecanismo para a construção de uma sociedade melhor.

As pessoas tendem a pensar a cidadania apenas em termos dos direitos a receber, negligenciando o fato de que elas próprias podem ser o agente da existência desses direitos. Acabam por relevar os deveres que lhes cabem, omitindo-se no sentido de serem também, de alguma forma, parte do governo, ou seja, é preciso trabalhar para conquistar esses direitos. Em vez de meros receptores, são acima de tudo sujeitos daquilo que podem conquistar. (COVRE, 1998, p.10)

Partindo do pressuposto de que é possível consumir e, ao mesmo tempo, ser cidadão, autoridades políticas, ambientalistas, especialistas e organizações não-governamentais buscaram alternativas para que o consumo seja menos predatório e refutável às campanhas publicitárias. Diante disso, o consumo passou a ser categorizado em ‘consumo verde’,

‘consumo ético’, ‘consumo responsável’, ‘consumo consciente’ e, ainda, uma proposta de política ambiental intitulada ‘consumo sustentável’.

De acordo com Portilho (2003), o ‘consumo verde’ é aquele em que o consumidor escolhe produtos e serviços não somente pela qualidade e preço, mas também optando pelas mercadorias que não agridam ao meio ambiente desde a produção até o descarte final. Entretanto, esse mecanismo apresenta algumas limitações, uma vez que estimula o consumidor a substituir uma determinada empresa por outra. A possibilidade de seleção acabou se resumindo a diferentes marcas, não despertando uma maior reflexão em torno do ato de consumir desenfreadamente.

As expressões ‘consumo ético’, ‘consumo responsável’ e ‘consumo consciente’ nasceram com a finalidade de incluir na atividade de consumo aspectos sociais e não apenas ecológicos. Esses consumidores devem ter consciência de que no ato de compra também são responsáveis por escolhas que podem desgastar os ecossistemas, provocando impactos sociais e ambientais.

O Instituto Akatu (2006), organização não-governamental que desenvolve campanhas voltadas para uma nova atitude planetária, elencou doze princípios norteadores do consumo consciente<sup>15</sup>, tais como: planejar as compras; avaliar os impactos do consumo; consumir apenas o necessário; reutilizar produtos e embalagens; separar o lixo em casa; usar crédito conscientemente; conhecer e valorizar as práticas sociais das empresas; não comprar produtos piratas ou contrabandeados; contribuir para a melhoria de produtos e serviços; divulgar o consumo consciente, cobrar os políticos e refletir sobre os próprios valores.

Já o consumo sustentável significa atender às necessidades das gerações presentes e futuras com bens e serviços, de forma econômica, social e ambientalmente sustentável<sup>16</sup>. A publicação Consumo sustentável: elementos para políticas em direção a um consumo sustentável (1998) define o consumo sustentável como o abastecimento de serviços e de produtos que atendam as necessidades básicas e permitam uma melhor qualidade de vida, priorizando a redução da utilização de recursos naturais e diminuição das emissões de resíduos e poluentes enquanto durar o ciclo de vida do serviço ou do produto.

Por isso, a prática desse tipo de consumo sugere propostas mais abrangentes que os modelos anteriores. Além das inovações tecnológicas e das alterações nas escolhas individuais de consumo, ressalta ações coletivas e mudanças políticas, econômicas e

---

<sup>15</sup> Guia lançado em 25 de julho de 2006. Disponível para download em [www.akatu.org.br](http://www.akatu.org.br). Acesso em 9 jun. 2010.

<sup>16</sup> Cláusula 42 da Emenda às Diretrizes de Proteção ao Consumidor das Nações Unidas, 1999. Disponível para download em < <http://www.terrazul.m2014.net/spip.php?article172>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

institucionais para fazer com que os padrões e os níveis de consumo se tornem mais sustentáveis. Nessa perspectiva, Portilho (2003) destaca que o conceito também altera os rótulos comumente utilizados por aqueles que consomem pensando no meio ambiente.

Se era possível dizer ‘eu sou um consumidor verde’, não teria sentido uma frase do tipo ‘eu sou um consumidor sustentável’. Em primeiro lugar a ideia de um consumo sustentável não se resume, como visto, a mudanças comportamentais de consumidores individuais, ou ainda, a mudanças de *design* de produtos e serviços para atender a este novo nicho de mercado. Apesar disso, não deixa de enfatizar o papel dos consumidores, porém priorizando as suas ações individuais ou coletivas, enquanto práticas políticas. (PORTILHO, 2003, p.81, grifo da autora)

Diante disso, observamos que a sociedade contemporânea é incitada a todo tempo a repensar a prática do consumo por representar o principal elemento constitutivo da crise ecológica global. Além disso, é incentivada a realizar ações em conjunto para uma mobilização social<sup>17</sup>, mesmo inserida numa sociedade de consumo, como vimos anteriormente. É como se a sociedade atual se deparasse com uma bomba-relógio prestes a explodir: ou para de ser feliz, já que consumo e felicidade andam de mãos dadas nessa sociedade, ou terá de abrir mão da sua permanência na Terra.

Seria possível, então, reduzir – o ideal seria combater – o consumo excessivo após anos de prática sem limites? De fato, a sociedade atual vive enquanto sociedade de consumo e seus integrantes foram condicionados, inclusive de maneira inconsciente, a pensar e agir dessa forma, o que nos faz recordar o conceito de *habitus*, descrito por Bourdieu (1997a, p.144-145). De acordo com o sociólogo, o *habitus* não depende da posição social do agente, da sua situação atual, mas sim de sua trajetória pessoal. Os agentes sociais fazem parte de um jogo e agem de acordo com as regras. Nesse caso, a regra é bastante clara para os “jogadores” que veem no consumo uma espécie de prazer. Está, então, instaurado um impasse. De um lado, a necessidade de mudança de hábito e do outro o reflexo da própria sociedade movida pelo consumo.

Como já vimos, para que haja, de fato, a sustentabilidade é preciso superar problemas sociais, culturais, econômicos e políticos. Só assim haverá a transformação da sociedade de consumo numa sociedade ancorada em um modelo de desenvolvimento capaz de incutir na

---

<sup>17</sup> Toro e Werneck (2007) afirmam que a mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, no cotidiano, resultados decididos e almejados por todos. “Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”. (TORO; WERNECK, 2007, p.13)

rotina e na conscientização de seus integrantes uma nova forma de se viver e, acima de tudo, promover uma vida saudável para a biosfera e, conseqüentemente, para os seus habitantes.

## 2.2 A SUSTENTABILIDADE NA ÓPTICA DO JORNALISMO AMBIENTAL

Todo esse despertar para uma consciência ambiental é, sem dúvida, um grande desafio para a sociedade atual que possui valores e comportamentos centrados no consumo. Sem conhecimento prévio sobre como agir para a conservação do planeta, os consumidores acabam contribuindo com a crise planetária. A falta de informação, muitas vezes, é o que leva à prática insustentável, por isso é necessário deslocar a informação ambiental da comunidade científica para o campo social.

Segundo Caldas (2009, p. 60), “a mídia exerce um papel insubstituível. É por meio dela, de seus múltiplos canais, que a população é informada sobre o que acontece nos laboratórios de pesquisa ou nos gabinetes dos dirigentes de cada país”. E esse papel pode e deve ser bem realizado pelo jornalismo ambiental, que, segundo Bueno (2007, p.14), é, acima de tudo, jornalismo, por isso deve manter o mesmo rigor e comprometimento com o interesse público e a socialização do conhecimento, não se tornando refém de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios.

Nessa perspectiva, Bueno (2007, p.31) explica que o jornalismo especializado em meio ambiente “caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que militam na imprensa” e está definido não somente nos veículos de comunicação destinados a essa temática, como também em matérias/colunas/editoriais/cadernos na mídia em geral.

O jornalismo ambiental também passou a rejeitar o consumo – ao reproduzir os discursos circulantes proferidos por pesquisadores, autoridades, ambientalistas e entidades do Terceiro Setor –, disponibilizando para a população dicas de como evitar o desperdício, além de fomentar a necessidade de inserir novas práticas no cotidiano que não contrariem o ambiente natural.

Prova disso é que, se no passado a cobertura do meio ambiente era impulsionada prioritariamente por denúncias de crimes ambientais, hoje um assunto emergencial atrai a atenção dos veículos de comunicação: a manutenção da espécie humana na Terra. Por isso,

assuntos como aquecimento global<sup>18</sup>, mudanças climáticas e escassez da água ganharam lugar cativo na agenda midiática.

O perfil das notícias ambientais que emplacam na imprensa brasileira permitiu que Victor (2009) identificasse três principais modelos de jornalismo ambiental. O primeiro deles, intitulado ‘jornalismo ambiental militante’, tem como pano de fundo a Conferência de Estocolmo, realizada no auge da Guerra Fria. Durante o evento, foi evidenciado o conflito de posicionamento entre os países desenvolvidos que visavam inibir o desenvolvimento econômico industrializado e os países de Terceiro Mundo, que almejavam o mesmo nível de desenvolvimento das nações ricas e, portanto, marginalizavam as questões ambientais. Era o caso do Brasil.

Em pleno regime militar, a posição brasileira naquela Conferência foi fundamentada em três argumentos, o da soberania nacional em relação aos recursos naturais, a urgência do crescimento da renda per capita e a atribuição de responsabilidade com o meio ambiente exclusivamente aos países desenvolvidos. Com essa posição, o Brasil anunciava o custo ambiental do seu desenvolvimento econômico. (VICTOR, 2009, p.17)

Victor (2009) relembra que na década de 60, um dos precursores do jornalismo ambiental brasileiro, Randau Marques, já noticiava a contaminação de trabalhadores com chumbo e os malefícios do uso dos agrotóxicos à saúde humana e ao meio ambiente. Diante disso, a autora afirma que o jornalismo ambiental passou a assumir um perfil “ativista, denunciante e alarmista”. “O jornalismo ambiental nasceu cobrindo tragédias e denunciando os abusos de um modelo de desenvolvimento econômico considerado socialmente perverso e ambientalmente insustentável”. (VICTOR, 2009, p.17)

Nesse modelo, o jornalista especializado em meio ambiente se localiza no entremeio da neutralidade jornalística – um dos ideais do jornalismo – e a militância que o próprio viés ambiental exige deste profissional. Para Abreu (2009, p.34), tal isenção só prejudica o

---

<sup>18</sup> Segundo Mousinho (2008, p.350), pode ser definido como elevação da temperatura nas camadas mais baixas da atmosfera como resultado do acúmulo de gases como vapor d’água, dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), metano (CH<sub>4</sub>), óxido de nitrogênio (N<sub>2</sub>O), clorofluorcarbonos (CFCs) e ozônio (O<sub>3</sub>). O aumento de emissões desses gases, conhecidos como gases de efeito estufa, em decorrência de atividades humanas pode causar derretimento das geleiras, aumento do nível dos oceanos e submersão das áreas costeiras. Há controvérsias sobre as causas do aquecimento global. Outros estudos científicos indicam o Sol como o principal responsável pelo aumento da temperatura do planeta. A explicação pode ser encontrada no vídeo “A grande farsa do aquecimento global”, idealizado pela BBC – Inglaterra em 2006. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=IBURTH97WWc>. Acesso em 1 mai. 2009.

exercício do jornalismo. “Capturados (ou seduzidos) pela armadilha de ‘isenção’, da ‘imparcialidade’, os jornalistas não se atrevem a interpretar”.

Para Erbolato (1991, p.56) as principais características do repórter devem ser a objetividade e a imparcialidade que, segundo o autor, são totalmente possíveis quando o profissional coleta os dados e entrevista as pessoas com isenção de ânimo, assumindo um posicionamento romântico da prática jornalística. Melo (2006), por sua vez, explica que a polêmica em torno da neutralidade jornalística existe com o próprio surgimento do jornalismo e ressalta que, com o passar do tempo, a ideia de objetividade tornou-se um princípio, deixando de ser um compromisso com a ética para se transformar num receituário para a ação. “Operou-se um reducionismo instrumental, convertendo-se a objetividade em norma, padrão de atuação profissional”. (MELO, 2006, p.43)

Foi a partir das crenças da objetividade que o jornalismo foi dividido em classes de textos opinativos e informativos. Numa perspectiva pragmática, Chaparro (2007) recusa essa distinção ao afirmar que se trata de uma ‘fraude teórica’. Segundo ele, o jornalismo é um processo social de ações intencionais, logo tanto a neutralidade quanto a imparcialidade deixam de existir.

No ofício de fazer reportagens, entrevistas, notícias e editoriais, o jornalista exercita a arte de narrar ou argumentar. E o faz associando os fatos às ideias, os dados às emoções, os acontecimentos à reflexão, os sintomas ao diagnóstico, a observação à explicação, o pressuposto à aferição. Não há como definir uma fronteira entre opinião e informação. Pela simples razão de que não existe essa fronteira. (CHAPARRO, 2007, p.13)

No caso do jornalismo ambiental a ruptura com a imparcialidade é mais perceptível, já que evidencia a sua posição favorável às questões ambientais, descartando quaisquer atitudes contrárias ao uso consciente dos recursos naturais, da energia limpa, dos três “erres” do lixo – reduzir, reutilizar e reciclar – e de tudo aquilo que remeta à ideia de um novo modelo de civilização que não seja predatório, conforme destacou Trigueiro (2008).

Bueno (2007) também defende o rompimento do mito da imparcialidade jornalística. Ele afirma que o jornalista especializado em realizar a cobertura ambiental deve ser engajado e investigar as causas e consequências da ação de grupos empresariais que destroem o meio ambiente, tendo coragem de denunciar abusos e os grandes interesses econômicos implícitos, muitas vezes, na atuação corporativa.

Diante disso, podemos ressaltar a contribuição do ‘jornalismo ambiental militante’ para a formação de um jornalismo ambiental mais crítico e reflexivo, principalmente, após o regime militar, período que calou a imprensa brasileira. Características dessa vertente foram identificadas em duas reportagens da série **A Nossa Mata – Reportagem A e Reportagem B**.

Na **Reportagem A**, o repórter José Raimundo mostra como funcionam algumas serrarias nas redondezas da Mata Atlântica e as estratégias que utilizam para burlar a fiscalização. Ele traz o flagrante de um homem que está serrando árvores no meio da floresta, em plena luz do dia, embaixo dos olhos do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), órgão responsável por examinar a área.

*PASSAGEM - As trilhas sempre terminam em clareiras como esta aqui. É onde os madeireiros improvisam pequenas serrarias. As árvores derrubadas são beneficiadas aqui mesmo no meio da floresta. Vejam só aqui quanto pó de serra. Assim, eles evitam o transporte das toras. Já levam tudo em forma de tábuas, pranchas, pra enganar a fiscalização.*

*OFF<sub>4</sub> - Mais uma clareira. Mais árvores no chão. O homem da moto-serra tentou se explicar.*

*Repórter: Se a polícia chegar aqui dá tempo correr?*

*Homem: Não, que correr que dá?*

*Repórter: E aí?*

*Homem: Falo que só derrubei essa, porque tá aí amostra.*

*Repórter: E aquelas outras lá?*

*Homem: É a mesma.*

*Repórter: É a mesma árvore?*

*Homem: É a mesma.*

Apesar de apontar o abuso, o repórter não questiona o papel da instituição nesse processo de combate ao desmatamento. Pelo contrário, ele explica que os crimes ocorrem aos finais de semana, quando os fiscais não estão atuando no local, como se fosse uma justificativa plausível. Como jornalista ambiental militante, ele poderia ter questionado a escala dos fiscais, já que constatou a destruição das florestas aos sábados e domingos. Por outro lado, fica evidente o descaso do próprio órgão com a situação. Afinal de contas, se o repórter conseguiu surpreender o homem serrando madeira dentro da Mata Atlântica certamente os fiscais e a polícia ambiental também o localizariam.

*PASSAGEM - Um dos lacres do Ibama foi colocado aqui nessa serra. Não existe mais, foi estourado. E pelo pó aqui no chão a gente percebe que recentemente eles serraram madeira aqui nessa máquina. É que nos fins de semana os fiscais do Ibama não trabalham e as serrarias voltam a funcionar.*

Já a **Reportagem C** revela o destino das madeiras retiradas da Mata Atlântica e o uso desordenado em espaços públicos e privados. Elas são utilizadas desde cerca de terrenos e móveis para uso doméstico até objetos decorativos em residências e estabelecimentos comerciais, conforme mostra a reportagem:

*OFF<sub>1</sub> - Quem vê tanta terra abandonada onde a mata crescia, não imagina qual foi o destino de milhões de árvores que tombaram. Galho de jequitibá virou pé de mesa. A peroba foi parar no chão da sala.*

Em outro trecho, o repórter destaca a ausência de consciência das autoridades que deveriam agir em prol do meio ambiente, mas, ao contrário, reforçam o descaso com as questões ambientais.

*OFF<sub>7</sub> - Nem os equipamentos públicos economizam. A rodoviária de Porto Seguro é também um exemplo de extravagância. Em muitas cidades do litoral brasileiro a Mata Atlântica parece ser a única matéria-prima da construção civil.*

O desperdício também prevaleceu num hotel em Porto Seguro, município localizado no Sul da Bahia. A reportagem mostra que o empreendimento utiliza madeira em seus espaços de forma excessiva, preocupando-se apenas com o aspecto estético do lugar. O repórter fez questão de inserir em sua matéria o diálogo que estabeleceu com o proprietário do hotel, entretanto, o trecho é mais uma forma de constranger o entrevistado diante das câmeras do que o compromisso com a informação, não colocando em prática o seu papel militante. José Raimundo ridiculariza a situação, mas não indaga o empresário sobre o descomedimento.

*OFF<sub>8</sub> - Neste hotel, pra qualquer lado que se olhe, se vê pedaços da floresta. Até a cachoeira cai sobre peças de madeira.*

*Repórter - O senhor tem uma ideia de quantos metros de madeira o senhor tem aqui no seu hotel?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel - Assim, de cabeça, não. Mas, acredito que alguns, uns 300 metros cúbicos ou mais.*

*Repórter - Uma floresta tem aqui dentro, não é?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel: Uma floresta, bem aproveitada.*

*OFF<sub>9</sub> - Seu Ivan fez questão de mostrar em sua floresta morta uma preciosidade que não existe mais. Os quartos do hotel são de jacarandá.*

A **Reportagem C** traz, ainda, mais exemplos de espaços em Porto Seguro que utilizam a madeira como matéria-prima fundamental para a construção das suas estruturas, denunciando o exagero praticado no município baiano.

*OFF<sub>8</sub> - Passarelas de casas de shows, pistas de dança, barracas de praias. É só prestar atenção: em todos os lugares se encontra lembranças da mata.*

*PASSAGEM - Nessa barraca, não há um metro sequer de alvenaria ou concreto. O que não é vidro é só madeira. No piso, na estrutura, paredes, telhados. Os esteios das varandas são de uma árvore rara da Mata Atlântica: a quari-quara, madeira nobre.*

Nesse sentido, observamos que as reportagens A e C se sustentam por meio de denúncias, mas não avançam seguindo a lógica da sustentabilidade com posicionamento crítico nas diversas dimensões do desenvolvimento sustentável – social, econômica, cultural e política. Nos exemplos apresentados pudemos notar que o repórter não questionou a ineficácia do Ibama na fiscalização de crimes ambientais dentro da Mata Atlântica, as desigualdades sociais e a indiferença com aqueles que foram excluídos pela própria sociedade e que encontraram no desmatamento um meio para sobreviver, além de não ter contestado as autoridades de Porto Seguro sobre o uso demasiado de madeira nos espaços públicos.

Por meio dessa abordagem, o jornalismo ambiental deixou de ser militante e passou a ser insustentável, conforme definiu Abreu (2009) para as reportagens submissas aos interesses econômicos, cortês, amigo das autoridades e que reproduz os discursos prontos de quem detém o poder. Em contrapartida, não cede espaço para aqueles que “falam a partir do lugar social dos oprimidos. Jornalismo para a manutenção do mundo como ele está”. (ABREU, 2009, p.32)

Para superar a cobertura rasa e praticar o “jornalismo verdadeiramente sustentável”, a autora pontua a necessidade de contextualizar o fato, permitindo ao leitor/telespectador/ouvinte estabelecer uma relação lugar/mundo.

Como é possível falar de meio ambiente sem tocar em questões políticas, econômicas, culturais, sociais, de saúde? A natureza foi desnaturalizada. Como tudo o mais no sistema capitalista, tornou-se mercadoria, e cada vez mais valorizada, inclusive quando se investe dinheiro em sua preservação. A expressão jornalismo ambiental só se legitima se levar em conta, nos discursos assim rotulados, esse contexto. Mas, então, o adjetivo torna-se desnecessário. (ABREU, 2009, p.39-40)

A segunda vertente apontada por Victor (2009) teve como inspiração o conceito de desenvolvimento sustentável disseminado durante o Rio-92 e o protocolo de Quioto, principal instrumento da Convenção do Clima, que ocorreu em 1997, no Japão. Esse documento exigia

das empresas um maior comprometimento para minimizar a emissão de gases de efeito estufa em pelo menos 5% no período entre 2008 e 2010.

Diante desse cenário, o termo sustentabilidade passou a nortear as ações de comunicação das empresas. Ao contrário do ‘jornalismo ambiental militante’, o ‘jornalismo do marketing verde’, como denominou Victor (2009), assume um compromisso com a pauta ambientalmente positiva, sempre em sintonia com os interesses empresariais. Muitas vezes, esse tipo de jornalismo ambiental transforma uma ação meramente legal e obrigatória das corporações, como plantar mudas nativas para repor à natureza o que foi retirado para fins comerciais, em notícia. Essa vertente não foi identificada em nenhuma das reportagens da série **A Nossa Mata**.

O terceiro modelo de jornalismo ambiental tem a ciência como sua maior aliada. Isso porque a imprensa passou a recorrer com maior assiduidade à comunidade científica para fundamentar as reportagens, principalmente, após a divulgação do primeiro relatório sobre mudanças climáticas, em 1990, pelo IPCC (Painel Intergovernamental para Mudança do Clima). Victor (2009) ressalta que mesmo antes da publicação os pesquisadores já eram solicitados pelos jornalistas, mas com o surgimento do IPCC a procura por especialistas para a elaboração das reportagens passou a ser ainda maior, caracterizando a vertente ‘jornalismo ambiental como subárea do científico’.

Para escapar do estigma de ecochatos, forma pejorativa de referir-se aos ambientalistas, muitos jornalistas recorreram à ciência, ou melhor, ao discurso científico para conferir neutralidade às suas reportagens sobre meio ambiente. (VICTOR, 2009, p.23)

Girard, Loose e Neuls (2009) defendem a relação imbricada entre jornalismo ambiental e científico. Segundo as autoras, o exercício do jornalismo ambiental lida diretamente com uma área da ciência: o meio ambiente. Por isso, tanto um quanto o outro deve ter como princípios basilares a informação a serviço do público, visando uma inclusão social e política. O jornalismo científico contempla diversas áreas do conhecimento, portanto, divulga assuntos, como práticas agrícolas e vantagens do aleitamento materno até as descobertas científico-tecnológicas, como nanotecnologia, clonagem, biotecnologia e medicina nuclear, conforme pontuou Bueno (2007).

Apesar de a relação intrínseca, o jornalismo científico também tem a sua especificidade. Segundo Bueno (1984; 2007), o jornalismo especializado em Ciência e Tecnologia pode ser definido como a divulgação científica nos meios de comunicação,

seguindo os critérios de produção jornalísticos. Por isso, ele diferencia os termos difusão científica, disseminação científica e divulgação científica.

A difusão científica pode ser definida como todo o processo ou recurso usado para proliferar conhecimentos científicos. Essa difusão varia de acordo com a linguagem e o público-alvo. Quando o foco são os especialistas, recebe o nome de disseminação científica. Se o alvo é o público leigo, a difusão é denominada, então, divulgação científica, que pode ser identificada na imprensa, nos livros didáticos, nos suplementos infantis, nas aulas de ciência, entre outros.

Identificamos a vertente do ‘jornalismo ambiental como subárea da ciência’ em quatro das cinco reportagens da série **A Nossa Mata**. A **Reportagem C** é a única que não traz o posicionamento de cientistas na matéria. Para abordar o comércio ilegal de madeiras da Mata Atlântica e o destino das árvores da floresta, o repórter utiliza como entrevistado o representante do Ibama, um artesão, que usa a madeira para fazer objetos domésticos, o proprietário de um hotel, e o gerente de uma madeireira.

Apesar da alta incidência, destacamos a **Reportagem B** como exemplo por ceder espaço a três pesquisadores dos cinco entrevistados na matéria. Para explicar que a destruição da mata interfere diretamente na qualidade de vida dos animais, José Raimundo recorre ao argumento de autoridade da ciência, o qual estudaremos com maior profundidade no terceiro capítulo.

*SONORA Elbano Pascoal (biólogo) - Está abaixo do peso e do tamanho. Faltam proteínas, infelizmente. Isso são as consequências do tráfico, do comércio ilegal de animais silvestres.*

[...]

*OFF<sub>5</sub> - A guerra é por comida, diz o chefe da reserva. Como a floresta encolheu, a população de micos também diminuiu. Eram 600, dois anos atrás. Hoje, são 500, pelo último censo do Ibama. O mais grave é que os biólogos descobriram, entre os grupos, indícios de canibalismo.*

*SONORA Saturnino Neto (biólogo) - O canibalismo é um indicador negativo muito ruim, porque a espécie já percebeu que não pode mais crescer, que não tem espaço físico, não tem floresta, não tem alimento, não tem nada.*

[...]

*PASSAGEM - Muitas dessas preguiças não resistem aos maus-tratos. Metade das que são internadas aqui no hospital morre antes de terminar o tratamento. É que esse é um animal muito sensível, dificilmente sobrevive fora da floresta. Até a alimentação é especial.*

*OFF<sub>9</sub> - Das folhas, elas tiram a água e todas as proteínas de que precisam.*

*SONORA Vera Lúcia (bióloga) - O alimento já tem baixo teor energético e, com poucas espécies de plantas de que se alimenta, por ser seletiva, então a preguiça termina enfraquecida.*

Diante disso, observamos que a terceira vertente possui um discurso centrado no campo do jornalismo científico que, por sua vez, está localizado no campo da divulgação científica<sup>19</sup>. Essas intersecções possibilitam ao jornalismo especializado em meio ambiente um caráter multidisciplinar, reunindo inúmeros profissionais e acadêmicos de perfis distintos.

Segundo Bortoliero (2009), eles partilham a ideia de que a divulgação pode colaborar com a democratização do conhecimento científico. Nesse sentido, a autora preconiza a ciência não somente como um conjunto de saberes especializados legitimados por teóricos que defendem a existência de mudanças epistemológicas e socioculturais em direção a novas formas de compreender o mundo, mas sim como cultura. (BORTOLIERO, 2009, p.50)

De acordo com Vogt (2006, p.25), o desenvolvimento científico é um processo cultural desde a sua produção, passando pela difusão entre os seus pares ou no ambiente escolar das aulas de ciências ou, ainda, do ponto de vista da divulgação no campo social, já que por meio do conhecimento científico é possível estabelecer posicionamentos críticos entre o cidadão e os valores histórico-culturais.

Desse modo, Bortoliero (2009) destaca que a cultura científica não se sustenta apenas dos centros de produção de conhecimento, da prática nos laboratórios, da interação dos cientistas entre si ou do relacionamento com os meios de comunicação. Ela se alimenta por meio da historicidade da ciência, do processo de aprendizagem nos estudos da educação científica e do ensino de ciências, da avaliação e atuação das políticas públicas na sociedade, ações e atividades realizadas pelos centros de ciência e os museus, além dos meios de comunicação que abarcam o jornalismo científico com o seu viés ambiental.

Bueno (2006), entretanto, ressalta que o jornalismo ambiental precisa constantemente de estímulos para ser colocado em prática, já que “sofre da síndrome ‘branca de neve’, necessitando de um beijo de príncipe (um crime ambiental de porte) para acordar de sua omissão recorrente com a problemática ambiental”. Em contrapartida, apenas disponibilizar

---

<sup>19</sup> Segundo Bourdieu (1997b, p.57), um campo é um espaço social estruturado formado por dominantes e dominados numa relação permanente e de desigualdade. Eles atuam no interior desse lugar, que é também um campo de lutas para alterar ou manter o campo de forças.

espaço para a temática ambiental não é suficiente. É preciso ultrapassar, ainda, os mesmos equívocos herdados do jornalismo científico, como a seleção dos entrevistados.

Para o autor, a escolha é motivada, assiduamente, a partir da “*lattelização* das fontes”, ou seja, o jornalismo ambiental brasileiro tem sido capturado pela “síndrome Lattes”, priorizando e até sendo reduzido a fontes que dispõem de currículo acadêmico, sobretudo aquelas que desfrutam prestígio pelos cargos que ocupam ou de sua produção científica. (BUENO, 2007, p.43)

Por isso, o jornalismo ambiental, muitas vezes, se limita a uma vertente elitista do jornalismo científico. Nesse sentido, Bueno (2007) destaca que as fontes para o jornalismo ambiental devem deixar de ser somente técnicas, podendo ser, por exemplo, “representantes dos povos da floresta, os agricultores familiares, os pescadores artesanais, os mateiros, os operários e trabalhadores em geral, os integrantes das nações indígenas, as ongs ambientalistas”. (BUENO, 2007, p.44).

Ao priorizar os cientistas, o jornalismo voltado para o meio ambiente – assim como o científico – torna-se refém dos pesquisadores numa relação submissa, na qual os repórteres apenas reproduzem os discursos dos estudiosos sem quaisquer interferências, realizando um jornalismo basicamente declaratório. Diante disso, Abreu (M.S, 2006) pontua que, dessa forma, o exercício do jornalismo ambiental termina sendo uma “farsa” por utilizar mecanismos que fogem do seu real propósito.

Um dos indícios refere-se à ausência do jornalista nas reportagens ambientais, por exemplo, ao inserir nas matérias jornalísticas somente as declarações de pesquisadores – seja de uma mesma corrente filosófica ou contrária – sem interpretar e criticar os fatos apresentados num contexto social, político, cultural e ideológico. A postura avigora o alheamento do público que não foi estimulado a pensar sobre as questões ambientais com a complexidade e seriedade que o tema exige. Segundo Abreu (M.S, 2006, p. 27-28), “a expressão desenvolvimento sustentável ressoa três determinações que tornariam legítimas as suas práticas: ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável”.

Bueno (2007) também compartilha desse pensamento e é incisivo ao dizer que o exercício de um jornalismo especializado em meio ambiente deve ser comprometido com a interpretação dos fatos e isso dependerá da atuação crítica do repórter ambiental que “não é uma esponja que absorve informações, mas um profissional liberal, um intelectual que elabora e produz o seu próprio discurso, que contextualiza as falas das fontes, que as contrapõe, que tem a sua própria opinião”. (BUENO, 2007, p. 48)

O jornalismo declaratório também é rejeitado por Victor (2009, p.29) que, apesar de repudiar o cenário favorável à manipulação das fontes científicas e ao discurso hegemônico da ciência, compreende que a utilização de pesquisadores nas reportagens ambientais de forma dependente e até mesmo subserviente decorre do estigma infiltrado na sociedade em torno dos cientistas como autoridades intocáveis e inquestionáveis.

Bueno (1998) esclarece que os impasses entre cientistas e jornalistas acontecem pelo próprio sistema distinto de produção das duas áreas. Enquanto os estudos científicos são fruto de resultados, em geral, em longo prazo e de minuciosas observações, o jornalismo depende da agilidade e rapidez na coleta de informações. O formato breve das reportagens faz com que o jornalista utilize as simplificações na cobertura científica e ambiental, transmitindo vagas informações em torno do tema.

Desse modo, a comunidade científica condena a superficialidade da abordagem jornalística e o caráter sensacionalista, empregado em muitos casos. Enquanto isso, os profissionais de comunicação se justificam por meio do difícil acesso aos cientistas e da dificuldade de compreensão dos termos técnicos e da pouca sensibilidade do pesquisador para adequar a linguagem ao público leigo. “O cientista teme que suas declarações sejam mal traduzidas, apoiado, talvez, em experiências concretas de má divulgação [...] o jornalista, por sua vez, costuma tachar o cientista de arrogante”. (BUENO, 1998, p.13)

Segundo Trigueiro (2008), há excessos dos dois lados: o cientificismo atua reforçando a vaidade intelectual dos que possuem a informação, utilizando o saber como poder, seguindo a antiga receita do falar bem é falar difícil, e os jornalistas que não dominam os conceitos e terminam deturpando as informações.

Para Souza (2004), o problema é que tanto os que pesquisam sobre ciência como os que estudam o jornalismo científico precisam penetrar nas comunidades científica (laboratórios) e jornalística (redações) e compreender os processos de produção. Oliveira (2002) também afirma que cabe ao jornalista científico buscar conhecer os procedimentos da pesquisa científica e conhecimentos gerais sobre a história e política científica e tecnológica, os avanços da ciência, além de ter contato constante com a comunidade científica, o que, normalmente, não ocorre. Esses aspectos contribuem para a familiarização do jornalista com a área e diminuem a tensão entre jornalistas e cientistas.

Segundo Oliveira (2002), a combinação da prática jornalística com o saber científico é assertiva quando há uma tradução fidedigna da notícia.

O casamento maior da ciência e do jornalismo se realiza quando a primeira, que busca conhecer a realidade por meio do entendimento da natureza das coisas, encontra no segundo fiel tradutor, isto é, o jornalismo que usa a informação científica para interpretar o conhecimento da realidade. (OLIVEIRA, 2002, p.43)

A autora destaca, ainda, algumas diferenças entre a linguagem e os objetivos do jornalista e do cientista. Segundo ela, a característica do texto científico é árida e a escrita jornalística é coloquial e atraente. Além disso, o tempo de investigação de uma pesquisa é superior ao da produção jornalística. Pena (2005) concorda com a autora sobre utilizar a tradução como alternativa eficaz para extinguir esses contrapontos.

Fabíola (de Oliveira) se encarrega de concluir que as diferenças são apenas aparentes e dá uma solução para resolver a dicotomia: traduzi-la. O jornalismo, então, seria usado para interpretar a informação científica e produzir conhecimento sobre a realidade. Concordo”. (PENA, 2005, p.206)

Melo (2006, p.119) pontua a linguagem como ponto-chave para o jornalista científico. Para ele, é dever do profissional que trabalha com divulgação científica “utilizar uma linguagem capaz de permitir o entendimento das informações pelo cidadão comum”. E vai além: “o jornalista é um profissional que deve ser capaz de codificar qualquer informação para o grande público, independentemente da sua especificidade [...]”.

Todos esses entraves mostram a fragilidade da formação dos jornalistas científicos e ambientais, que, na grande maioria, não tiveram durante a graduação em jornalismo uma disciplina sobre o jornalismo ambiental e científico. Para Caldas (2009, p.66) a falta de bagagem acadêmica implica graves distorções à prática do jornalismo especializado e, por isso, ressalta que muitos jornalistas científicos que atuam na área são “analfabetos ambientais”.

Trigueiro (2008) reconhece a necessidade de investir na formação dos jornalistas ambientais e evidencia a contradição entre a ausência de cursos voltados para o meio ambiente em um País, cuja principal característica é a sua riqueza natural. Com o crescimento de pesquisas na área de Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente<sup>20</sup> e com o número de

---

<sup>20</sup> Em levantamento realizado em agosto de 2007, Bueno (2007, p.174) mostrou que havia 349 dissertações e teses no Banco de Teses da Capes com a palavra-chave Comunicação Ambiental e 56 títulos com a palavra-chave Jornalismo Ambiental. Ao consultarmos em junho de 2010, percebemos um aumento. Identificamos 566 dissertações e teses com a palavra-chave Comunicação Ambiental e 99 títulos com a palavra-chave Jornalismo Ambiental. O banco de dados disponibiliza as informações entre 1987 até 2009. Disponível em [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br). Acesso em 29 jun. 2010.

grupos de pesquisas no Brasil sobre o tema comunicação ambiental<sup>21</sup> já é possível observar uma tendência para a criação de Programas de Pós-Graduação direcionados para o jornalismo ambiental e/ou científico, como é o caso de Salvador. Em 2010, a Universidade Federal da Bahia lançou um curso de especialização na área de Jornalismo Ambiental e Científico.

Apesar de todos os obstáculos a serem superados pelo jornalismo ambiental como subárea da ciência, compartilhamos com Victor (2009) a ideia de que esse modelo é o melhor caminho para mobilizar, educar e sensibilizar a sociedade para as questões ambientais, levando soluções científicas e tecnológicas capazes de resolver ou minimizar os problemas da população. Além disso, a vertente científica do jornalismo ambiental pode envolver todos os atores sociais no gerenciamento dos problemas ambientais e estimular uma atuação mais ética e profissional da prática jornalística.

Assumindo essa função, o jornalismo ambiental pode ser considerado um passaporte para uma divulgação ambiental completa, que, segundo Caldas (2009, p.67), existe quando há “uma ação conjunta de educadores, cientistas e jornalistas atuando em sintonia com a sociedade brasileira”. Somente consciente do seu papel e compreendendo o mundo que os cerca, a população poderá reivindicar mudanças e melhorias de forma individual e/ou coletiva, podendo pressionar os gestores públicos para a criação de políticas mais assertivas e que atendam aos interesses da população com autonomia e olhar crítico.

---

<sup>21</sup> Identificamos nove no diretório de grupos com projeto vinculado ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), sendo que dois estão na Bahia, na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Disponível em [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br). Acesso em 29 jun.2010.

### 3. O DISCURSO AMBIENTAL NO ESPAÇO TELEVISIVO

O jornalismo ambiental que, como vimos no capítulo anterior, é acima de tudo jornalismo, atua em todos os meios de comunicação, a exemplo do rádio, televisão, revista, jornal e *Internet*, respeitando as especificidades de cada veículo. Desse universo, um deles desperta maior interesse enquanto objeto de investigação: a televisão. O suporte televisivo possui características singulares que reforçam a sua hegemonia sob os demais veículos. Entre elas estão a linguagem audiovisual, que ultrapassa a necessidade de um idioma ou da escrita; a instantaneidade da informação transmitida, muitas vezes, em tempo real; o registro da imagem, que comprova a legitimidade de um fato; o envolvimento do telespectador com as cenas apresentadas e a forma peculiar de se contar a história. Além disso, o alcance da televisão é inquestionável.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2008), mais de 95% dos brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão em casa. “Por onde quer que se olhe, estão as antenas para captar as transmissões: nos gabinetes e botecos; às margens de rios da Amazônia e nos barracos das favelas”. (BISTANE e BACELLAR, 2005, p.9) A televisão também é fonte única de informação para a maioria da população. Segundo Bourdieu (1997b, p.23), ao contrário do jornal, a televisão mantém uma espécie de monopólio sobre a formação de parte da sociedade.

A pesquisa ‘O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente e consumo sustentável’ (MMA; ISER, 2001) comprova tal afirmativa. Somente 15% dos entrevistados possuem o hábito de ler jornal, enquanto 90% afirmaram manter-se informados pela televisão. Diante disso, Morais (2004, p.131) pontua que “a TV é, para nós brasileiros, nosso lazer mais acessível, nossa diversão quase circense e também o nosso primordial meio de informação”. Hagen (2008) ressalta que cada vez mais a televisão define não apenas o que deve ser visto como informação, “mas ela própria adquire o *status* de informação, seja em outros suportes da mídia, seja auto-referendando”. (HAGEN, 2008, p.39, grifo do autor)

A preeminência da televisão também foi defendida por Marcondes Filho (1993). Conforme o autor, a TV foi liquidando seus concorrentes rumo à supremacia, introduzindo uma nova maneira de se ver o mundo. Segundo Vizeu (2002), a visão de Marcondes Filho (1993, p.32) superdimensiona o poder televisivo ao afirmar que ela ocupa um espaço superior aos outros meios de comunicação, mas ressalta que, atualmente, a televisão está à frente dos demais veículos, mesmo com as novas tecnologias e a *Internet*.

Para Rezende (2000, p.31), a televisão possui, ainda, o poder de hipnotizar o telespectador, que advém da própria natureza do meio televisivo. “A sensação de encantamento despertada pela experiência visual seria, por si só, suficientemente compulsiva para mantê-lo preso diante do televisor”.

Por isso, Ferrés (1998, p.13) define a televisão como um fenômeno social e cultural de maior relevância da história da humanidade por ser um instrumento único de socialização. “Nenhum outro meio de comunicação na história havia ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, e nenhum havia demonstrado um poder de fascinação e de penetração tão grande”.

O mais interessante é que todo esse fascínio causado pelo suporte televisivo existe desde quando o primeiro aparelho foi ligado em terras brasileiras, no início da década de 50, para assistir, em 18 de setembro de 1950, o primeiro programa da televisão brasileira com apresentação de Cassiano Gabus Mendes. Nessa época, existiam apenas 200 televisores no País, por isso o aparelho era sinônimo de *status* para a sociedade neste período.

No começo da década de 60, o preço dos televisores foi se tornando mais acessível e a chegada do *videotape* (VT), em 1962, revolucionou a televisão. Com a possibilidade de gravar programas, essa nova tecnologia reduziu custos e economizou o tempo de produção, além de melhorar a qualidade das imagens e diversificar a grade de programação das emissoras. As telenovelas tiveram um grande impulso com o uso do VT. A transmissão diária com horários fixos durante a semana contribuiu para criar no telespectador brasileiro o hábito de assistir televisão. (MATTOS, 2002, p.67)

Ao mesmo tempo em que havia o desenvolvimento tecnológico indispensável para popularizar o equipamento, o governo militar restringia as informações veiculadas pelas empresas de comunicação com o decreto do Ato Institucional – 5. Com o AI-5, o governo teve total autonomia em relação aos meios de comunicação, censurando conteúdos e propagandas publicitárias que contrariassem a ideologia do regime ditatorial. O Ato foi revogado em 1º de janeiro de 1979.

Passado esse período, as emissoras brasileiras foram se consolidando e investindo cada vez mais em uma programação diversificada que atendesse os diferentes perfis dos telespectadores, como ocorreu com os programas ligados ao meio ambiente. A partir da década de 1980, os problemas ambientais passaram a ser retratados na televisão de forma diferenciada com inserção de atrações voltadas exclusivamente para essa temática. Essa época coincide com o desenvolvimento das produções independentes, que detinham, nesse período, 5% do total da programação televisual.

De acordo com Andrade (1998, p.144), a aproximação entre emissoras e pequenas empresas fomentou mais espaços para que as pautas ambientais emplasassem na agenda televisiva. Ele afirma que é “inviável detalhar todas as iniciativas e programas realizados sobre a temática na televisão brasileira”, mas reconhece que algumas produções merecem destaque. É o caso da minissérie ecológica *Nossa Amazônia*, exibida pela TV Bandeirantes, em setembro de 1985. Dividida em cinco episódios, a série tratava sobre a região amazônica, estabelecendo uma relação direta com a conjuntura política do período. O antropólogo Roberto da Matta, autor de grande renome na comunidade científica, era responsável pelo roteiro enquanto Cacá Diegues, cineasta advindo do Cinema Novo com nome reconhecido no meio cinematográfico, assinava a direção.

A tríade – produção independente, cinema e ciência – representou um avanço na apresentação televisiva da problemática ambiental brasileira. “As filiações ideológicas explícitas cederam lugar a trabalhos de imagem e texto sofisticados e que de alguma maneira apontavam para questões inscritas na agenda do debate ambiental de então”. (ANDRADE, 1998, p.145) Apesar disso, o projeto não conseguiu se sustentar porque, além da produção independente ser considerada uma atividade sem regulamentação oficial, havia um conflito entre o formato da televisão e do cinema.

Novas iniciativas continuavam a surgir. Em 1987, também na TV Bandeirantes, foi lançado um programa mensal intitulado *Meio Ambiente Urgente*, que não conseguiu se manter no ar por muito tempo. A questão ambiental não despertava preocupação naquele período e o entretenimento começava a ganhar mais espaço no ambiente televisivo.

Em 28 de fevereiro de 1988, mais um programa ambiental passou a ser exibido na televisão. O *Baleia Verde* abordava diversos temas, como legislação ambiental, poluição do ar, segurança, entre outros, e contava com a participação de artistas e estudiosos, como o antropólogo Darci Ribeiro, apresentando mensagens ecológicas. O programa começou a ser exibido na TV Educativa do Rio de Janeiro, mas logo se espalhou por boa parte do território nacional, por meio da rede de televisão educativa. Pela grande repercussão, também passou a ser transmitido por uma estação comercial, a TV Gazeta de São Paulo.

Nesse mesmo período, a TV Manchete abria espaço para o “filão ambiental” com a estreia do programa mensal *Terra Azul*, em 20 de agosto de 1989. A atração, assim como o *Baleia Verde*, apresentava denúncias de devastação da Amazônia e pesquisas em estações ecológicas. Porém, de acordo com Andrade (1998, p.148), o *boom* ecológico na televisão ocorreu no início dos anos 90 com o documentário *Amazônia, paraíso em perigo*, de Solange Bastos, e a novela *Pantanal*, considerada também um marco da teledramaturgia brasileira.

“Através dessa obra ficcional constatava-se uma aliança que parece ter vindo para ficar: a temática ecológica e as modernas tecnologias audiovisuais”.

Além disso, a TV Globo lançou em 4 de novembro de 1990 um programa semanal voltado para as questões ambientais. O *Globo Ecologia* nasceu com o formato de revista eletrônica dividida em dois blocos. O primeiro contava com quadros fixos com dicas para o telespectador agir de forma ecologicamente correta em seu dia-a-dia e mostrava, ainda, exemplos de iniciativas bem-sucedidas para a preservação do meio ambiente. O segundo bloco era composto por reportagens de diversos temas ambientais, a exemplo da biodiversidade, conservação das espécies, entre outros<sup>22</sup>.

Andrade (1998) destaca que há uma parceria entre a Fundação Roberto Marinho e a Savaget Produções, empresa do jornalista Cláudio Savaget, responsável por toda a produção do programa. “A produtora fornece o pessoal de produção, como editores, diretores, assistentes científicos, cameramen e outros. A Fundação, por sua vez, entra com os equipamentos todos, como câmeras, ilha de edição, pós-produção, sonorização”, (ANDRADE, 1998, p.152) além de participar ativamente da seleção dos temas abordados e escolha dos apresentadores.

A atração era exibida aos domingos na televisão brasileira, às 7h45, com duração de vinte minutos. Atualmente, o *Globo Ecologia* permanece com o mesmo tempo de exibição, mas passou a ser transmitido nas manhãs de sábado, às 6h50, antes do *Globo Ciência*, outro programa ligado à Fundação Roberto Marinho<sup>23</sup>. Jurberg (2001) ressalta que a mudança de horário reflete a falta de interesse da emissora em evidenciar a temática e, apesar de analisar apenas o posicionamento do *Globo Ciência* na programação, podemos estabelecer a mesma conotação para *Globo Ecologia*.

O programa sempre ocupou, dentro da TV Globo, um lugar marginal, e jamais contou com o apoio da emissora, seja para produção, seja para exibição em horário de melhor audiência. Se a “marginalidade” dá certa liberdade para escolha dos temas abordados, por outro, traz vulnerabilidade à sua própria existência, pois nos momentos de crise e de falta de financiamento, é difícil a recuperação. (JURBERG, 2001, p. 12, grifo da autora)

Mesmo assim, o programa se mantém na grade da emissora há 20 anos e, segundo Andrade (1998), foi um divisor de águas para a divulgação ambiental no País, incentivando

<sup>22</sup> Mais informações disponíveis no site: [www.memoriaglobo.globo.com](http://www.memoriaglobo.globo.com). Acesso em: 4 jun.2010.

<sup>23</sup> A instituição sem fins lucrativo foi criada em 1977 pelo jornalista e fundador da Rede Globo, Roberto Marinho, com a finalidade de desenvolver projetos educativos em diversas cidades brasileiras.

uma maior aproximação entre os ambientalistas nacionais e internacionais, além de pautar os assuntos ambientais na sociedade.

Ainda na década de 1990, surgiu o primeiro telejornal da televisão brasileira especializado em meio ambiente. O *Repórter Eco* estreou em 1992, na TV Cultura de São Paulo, com a finalidade de aprofundar os assuntos que seriam debatidos na Rio-92<sup>24</sup> e permanece até a atualidade. Hoje, a atração é definida pelos produtores como uma revista semanal focada em pesquisas na área de desenvolvimento sustentável. O programa é exibido aos domingos, às 18 horas, e tem duração de 30 minutos.

Segundo Cosentino (2007, p. 64), apesar dos dois programas transmitirem mensagens de preservação ambiental utilizando o mesmo suporte e uma linguagem televisiva, as atrações se diferem pela proposta. O *Repórter Eco* se autodefine como um programa jornalístico, enquanto o *Globo Ecologia* é considerado como uma atração educativa, segundo informações do próprio site da Rede Globo.

Apesar das iniciativas, o meio ambiente ainda é tratado de forma periférica na televisão, não extrapolando um olhar crítico sobre essa temática que, na maioria das vezes, é associada apenas aos reinos animal e vegetal. Esse recorte limitado influencia diretamente na percepção do telespectador sobre o tema e, nessa cadeia de relações, o equívoco conceitual reforça uma informação ambiental insustentável. Na pesquisa ‘O que o brasileiro pensa sobre meio ambiente e consumo sustentável’ (MMA; ISER, 2001), os entrevistados revelaram que enxergam o meio ambiente apenas como um espaço voltado para as espécies animais e vegetais, excluindo os índios (25%) e homens e mulheres (30%) do contexto ambiental.

A opinião voltou a ser confirmada numa outra questão do mesmo estudo sobre o tipo de organização ambientalista que gostariam de participar: 42% dos pesquisados declararam que desejariam de se tornar membro das instituições que protegem animais e plantas contra organizações que desenvolvem trabalhos de saneamento em áreas pobres das cidades (28%).

Essa concepção minimalista em torno desse assunto precisa ser combatida. Em pleno século XXI parecer ser inadmissível vincular o meio ambiente apenas à fauna e a flora. Por isso, a conceituação de Bueno (2007) deve ser difundida:

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes etc) mas inclui as interações

---

<sup>24</sup> Informações retiradas no site [www.tvcultura.com.br](http://www.tvcultura.com.br). Acesso em 15 jul. 2010.

sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia etc). (BUENO, 2007, p. 33)

Modificar a visão excludente do ser humano no meio ambiente é ponto crucial para uma melhor compreensão em torno dos problemas que afetam o planeta e, conseqüentemente, os seus habitantes. Nesse sentido, os programas ambientais no espaço televisivo possuem a difícil tarefa de divulgar o assunto de forma ampla, a partir de diversas perspectivas, afinal, sem um maior entendimento sobre o meio ambiente e de todas as suas relações imbricadas, o discurso ambiental na televisão torna-se vazio.

### 3.1 JORNALISMO AMBIENTAL NA TELEVISÃO

Além dos programas específicos sobre meio ambiente<sup>25</sup> e de entretenimento, como as novelas, as questões ambientais também ocupam espaços nos telejornais diários, um dos principais meios de democratizar a informação na sociedade. Segundo Rezende (2000, p.23), “o telejornalismo cumpre uma função social e política tão relevante porque atinge um público, em grande parte iletrado ou pouco habituado à leitura, desinteressado pela notícia, mas que tem de vê-la enquanto espera a novela”, ao contrário do que ocorre com o jornal impresso, já que o leitor só lê aquilo que lhe interessar. É como se houvesse um acordo prévio entre o ambiente televisivo e o auditório, ou seja, aqueles que devem ser persuadidos pelo orador, conforme definição dos pressupostos teóricos da argumentação e que veremos com maior profundidade no terceiro capítulo.

Para Machado (2005), o telejornal é uma mistura de diversas fontes de imagens e som: gravações em fitas, material de arquivo, fotografia, filmes, gráficos, textos, além da locução, música e ruídos. Ele ressalta: “o telejornal é antes, de mais nada, o lugar onde se dão atos de enunciação a respeito dos eventos”. (MACHADO, 2005, p.104, grifo do autor) Esses eventos correspondem aos fatos identificados como notícias e apresentados aos telespectadores por meio de diversas vozes.

---

<sup>25</sup> Do século passado até a contemporaneidade, novos programas voltados para as questões da natureza foram sendo criados. Abordar todas as iniciativas fugiria o foco da presente pesquisa, por isso nos limitamos a esse breve panorama, visando *a priori* contextualizar a divulgação sobre o meio ambiente na televisão brasileira aberta, em decorrência do seu alcance. O que não significa que os programas ecológicos exibidos na TV fechada não sejam relevantes para a popularização da temática ambiental.

Por isso, Machado (2005) destaca que ao invés de herdar o modelo de documentário, com um apresentador recitando um texto produzido por roteiristas e assessorado por especialistas, o jornalismo na TV trouxe uma nova proposta.

[...] o telejornal foi arquitetando uma outra estrutura de apresentação, baseada em depoimentos dos sujeitos *implicados* no acontecimento, seja diretamente (como é o caso dos protagonistas, aqueles que fazem ou testemunham o evento), seja indiretamente (os enviados da televisão para “reportar” o evento). (MACHADO, 2005, p.105, grifo do autor)

Essa notoriedade que o jornalismo de televisão possui na atualidade em nada se parece com o contexto histórico da década de 1950, quando começou a se delinear o telejornalismo. Bourdieu (1997b) relembra que nessa época a televisão estava pouco atuante no campo jornalístico e que quando se falava de jornalismo, não se pensava em televisão. Isso porque os profissionais que atuavam nessa área eram vistos como submissos aos poderes públicos e políticos, dominados do ponto de vista cultural. No decorrer dos anos, o processo se inverteu e a televisão passou a dominar o meio jornalístico.

Com a estreia do primeiro telejornal da TV brasileira, em setembro de 1950, a televisão passou a contar com um espaço próprio para as informações que chegavam às emissoras. O *Imagens do Dia*, exibido pela TV Tupi, não tinha horário de exibição fixo e trazia um texto semelhante ao utilizado no rádio, o maior referencial da época. (PATERNOSTRO, 2006, p. 37)

Três anos depois, surgia, na mesma emissora, o primeiro telejornal que seduziu, de fato, um público fiel - o *Repórter Esso* -, permanecendo por 17 anos na televisão. O programa era sucesso de audiência no rádio pelo formato inovador e pela objetividade. A atração, mesmo que de forma rudimentar, apresentava uma linguagem e uma narrativa mais adequada para a televisão, com textos curtos e diretos, e tinha horário de veiculação pré-estabelecido, às 20 horas. Em 1964, o telejornal foi retirado da grade de programação da TV Tupi, sendo exibido pela TV Record até 1970.

Durante toda a história da implantação do telejornalismo na televisão brasileira, percebemos que havia uma tentativa de definir qual o formato e a linguagem da televisão. O jornalista Fernando Barbosa Lima trazia um modelo inovador com a participação de três apresentadores, alterando a linguagem televisiva do período. Com esse perfil, o *Jornal de Vanguarda*, exibido na TV Excelsior, Rio de Janeiro, em 1962, foi premiado, na Espanha, como um dos melhores telejornais do mundo. O produto não sobreviveu à censura, sendo retirado do ar na década de 60. (MATTOS, 2002, p. 86)

Em setembro de 1966, Armando Nogueira assumia a direção do departamento de jornalismo da Rede Globo e começava a ampliar o telejornalismo existente da TV Globo desde 1965, como o *Tele Globo*, noticiário de meia hora de duração com dois cinegrafistas e cinco repórteres. Nessa época, foi implantado, ainda, o *Ultranotícias*, que em março de 1967 foi substituído pelo *Jornal da Globo*.

Para se diferenciar do modelo consagrado pelo *Repórter Esso*, da Tupi, a TV Globo estreou, em 1 de setembro de 1969, no período mais intenso da ditadura militar, seu noticiário inédito transmitido em rede, o *Jornal Nacional*, que também foi pioneiro em apresentar reportagens em cores e emitir imagens via satélite de acontecimentos internacionais no momento em que ocorriam.

Pela sua característica inovadora, o *JN* precisou criar um conceito de noticiário nacional, estabelecendo diversos critérios para direcionar a seleção e hierarquização das notícias, ou seja, escolher, dentre tantos fatos, quais mereciam ser exibidos para as famílias brasileiras. Entre eles, está o interesse pela notícia, que deveria atingir tanto o telespectador de Manaus quanto o de Porto Alegre, por exemplo, formando um auditório bastante heterogêneo. Havia uma exigência de não enfatizar uma determinada região em detrimento de outra, pensando a notícia de forma ampla para repercutir em boa parte dos estados brasileiros.

Com tantas inovações e tentativas de acerto, o *Jornal Nacional* conseguiu atrair a atenção do público que, naquela época, não representava apenas um conjunto de telespectadores ansiosos por novidades, mas um grupo de pessoas dispostas a experimentar uma nova possibilidade de se informar, no conforto da sua casa, por meio da combinação palavra, som e imagem.

Diante desse cenário, o *JN* foi conquistando o seu espaço no horário nobre até se tornar, de fato, o principal telejornal do País, há 40 anos. Por toda essa representatividade, priorizaremos nesta pesquisa o jornalismo ambiental televisivo no *Jornal Nacional* como objeto de estudo, mesmo reconhecendo que a divulgação ambiental com critério jornalístico ocorre nos demais telejornais exibidos na televisão brasileira.

Segundo Bonner (2009, p.17), “o *Jornal Nacional* tem por objetivo mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção”. (BONNER, 2009, p.17) Diante disso, o telejornal de maior visibilidade no Brasil se ancora nos temas factuais e de atualidade para compor o seu espaço televisivo. Os factuais são aqueles acontecimentos que ocorreram após a última edição do jornal e possuem urgência em sua divulgação por serem temporais, enquanto os de atualidades são eventos que despertam interesse do público, mas podem ser publicados independentemente de data.

Qualquer produto jornalístico de apoio sobre duas pernas: a dos temas factuais (que aconteceram depois da última edição do jornal – e que têm necessidade urgente de publicação) e a dos temas ditos “de atualidade” (que não ocorreram apenas desde a última edição, mas têm ocorrido, estão ocorrendo, e que podem ser publicados hoje, como poderiam ter sido divulgados ontem, e não perderiam sentido se fossem exibidos amanhã ou depois porque são atuais, mas não urgentes). (BONNER, 2009, p.19, grifo do autor)

No breve levantamento realizado pelo Memória Globo (2004, p.202) sobre as matérias ambientais apresentadas pelo *JN*, observamos a presença recorrente de determinados assuntos, como o desmatamento, tema principal da série **A Nossa Mata**. A destruição das florestas brasileiras foi destaque em 1978, quando, pela primeira vez, os telespectadores puderam constatar os estragos causados à Floresta Amazônica, por meio de imagens do satélite *Landsat*.

Em outubro de 1997, por exemplo, o *JN* destacou que o Brasil era o campeão mundial de desmatamento, de acordo com o Fundo Mundial para a Natureza (WWF). Dois dias depois, o apresentador William Bonner divulgou que apenas no mês de setembro mais de 28 mil focos de incêndio tinham surgido no País e apenas mil multas haviam sido aplicadas pelo Ministério do Meio Ambiente. As matas brasileiras continuaram a ser destruídas e apresentadas aos brasileiros por meio do *Jornal Nacional*, como é o caso da série **A Nossa Mata**.

A poluição do ar, no início dos anos 80, em Cubatão, em São Paulo, foi noticiada em diversas reportagens do *JN*. Nessa época, o efeito estufa já era preocupante. Outro assunto que também recebeu destaque no telejornal foi o maior desastre nuclear da história, que ocorreu em Chernobyl, na Ucrânia, antiga União Soviética, em abril de 1986. O acidente foi motivado por uma explosão num dos quatro reatores da usina, que provocou uma nuvem de radioatividade afetando vários países da Europa. Florestas foram contaminadas, infectando milhares de pessoas.

Quase um ano depois, outro acidente radioativo foi notícia no *Jornal Nacional*. Desta vez, no Brasil. Em 30 de setembro de 1987, o *JN* apresentava as primeiras informações do acidente com césio-137, em Goiânia. Um aparelho de radioterapia em desuso foi roubado e vendido a um ferro-velho. As cápsulas brilhantes atraíram curiosos que, ao manipularem o material, foram contaminados. Cerca de 250 pessoas foram atingidas e quatro delas morreram.

O assassinato de Francisco Alves Mendes Filho, conhecido como Chico Mendes, foi noticiado pelo *Jornal Nacional* em dezembro de 1988. Ele era Presidente do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais do Acre e lutava em favor dos seringueiros, defendendo uma reserva extrativista não predatória, o que incomodou diversos fazendeiros da região.

Os temas ambientais continuaram a ser pautados nos anos seguintes, mas nada se comparou à cobertura do *Jornal Nacional* à Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. O *JN* acompanhou de perto os 11 dias em que todos os olhares nacionais e internacionais se voltaram para o Rio de Janeiro, escalando renomados repórteres, a exemplo de Mônica Waldvogel, Ana Paula Padrão, Paulo Henrique Amorim, Pedro Bial, entre outros. O jornalista Carlos Nascimento ficou à frente da cobertura, direto de um estúdio montado no local do evento. Além do *Jornal Nacional* quase nove mil jornalistas nacionais e internacionais foram credenciados para acompanhar o encontro, transformando o Rio-92 em um marco para o jornalismo ambiental.

Segundo Scharf (2004), apesar de o evento ser considerado o auge da cobertura dos assuntos ambientais no País com a presença maciça de jornalistas e da grande repercussão do encontro durante duas semanas consecutivas nos veículos de comunicação, o trabalho desenvolvido pelos profissionais de imprensa, em sua maioria, não foi satisfatório. O recorte escolhido pelos jornalistas, muitas vezes, priorizava aspectos inusitados e curiosos ocorridos nos dias do evento com informações que fugiam da atmosfera ambiental.

O grosso da cobertura centrou-se no pitoresco, na coincidência de cores das roupas dos garis cariocas e dos monges tibetanos, no militante que emitia passaportes como forma de protesto contra a existência de fronteiras, nas conferências das atrizes hollywoodianas Shirley McLaine e Jane Fonda. Pois sobre os documentos gerados pela conferência, como a Agenda 21 e a Convenção da Biodiversidade, pouco se escreveu. (SCHARF, 2004, p.55)

Mesmo assim, o Rio-92 provocou diversas formas de divulgar a pauta ambiental na mídia brasileira, além de estimular o *JN* a noticiar as questões ambientais com mais frequência e entusiasmo. A demarcação histórica traçada traz pistas em torno do discurso jornalístico ambiental produzido pelo *Jornal Nacional*. É notável a vertente do jornalismo ambiental militante nas reportagens, que, em muitos casos, tiveram como gancho denúncias de crimes ambientais, principalmente, na área florestal, e acidentes com produtos radioativos.

### 3.1.1 Critérios para pautar o meio ambiente

As informações ambientais e científicas disputam o espaço midiático com outras editoriais – economia, cultura, local, nacional, política, dentre outras —, por isso precisam ser relevantes para se transformarem em notícia. A identificação de um acontecimento como notícia depende de alguns critérios, que segundo Erbolato (1991, p.61), podem ser de proximidade com o fato, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura e conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial do jornal, oportunidade, culto de heróis, descobertas e invenções, repercussão e confidências.

De acordo com Traquina (2008), os critérios de noticiabilidade são um conjunto de valores-notícia, que podem ser de seleção e de construção. Os valores-notícia de seleção são aqueles que os jornalistas usam para escolher um fato capaz de virar notícia e estão divididos em dois grupos: critérios substantivos, que estão diretamente relacionados à avaliação de um acontecimento como sendo interessante ou importante, e os critérios contextuais, que, como o próprio nome revela, contextualizam a produção da notícia.

Os critérios substantivos são: morte, notoriedade, proximidade, relevância, novidade, tempo, notabilidade (inversão, insólito, falha, excesso ou escassez), inesperado, conflito ou controvérsia, infração e escândalo. Os contextuais trazem como critérios: disponibilidade, equilíbrio, visualidade, concorrência e o dia noticioso. Já os valores-notícia de construção sugerem o que deve ser prioridade na elaboração de um acontecimento a ser noticiado. São eles: simplificação, amplificação, relevância, personalização, dramatização e consonância.

Nesse sentido, observamos que esses critérios atuam, de certa forma, como mecanismos argumentativos, cuja finalidade é prever aquilo que o auditório almeja saber/conhecer, a partir de hipóteses do que ele pensa ou sente. Sem dúvida, uma estratégia persuasiva inerente à prática do texto jornalístico que, assim como qualquer outro, busca a adesão do seu interlocutor.

Gomis (1991) pontua de forma interessante a notícia que, segundo ele, ocorre quando um fato é capaz de gerar comentários, repercutir em um determinado meio e alimentar a conversação entre a população atingida pelo veículo noticioso.

La esencia de la noticia es la capacidad de comentario que un hecho tenga. Si un hecho suscita comentarios, es noticia. Si no los suscita, no es noticia, aunque llegue a imprimirse, porque no produce los efectos que siempre se há

esperado de lãs notícias, es decir, los efectos que han dado origen a la existência misma de las noticias de prensa<sup>26</sup>. (GOMIS, 1991, p.53)

O autor defende, ainda, que o impacto das notícias televisivas é crescente e que a duração delas tende a aumentar. Para ele, a veiculação de um fato no meio eletrônico inspira mais confiança do que nos periódicos.

Las noticias de la televisión tienden a inspirar más confianza que las de los periódicos, cuando éstos cuentan las cosas de outra manera, pero la gente que sigue atentamente las noticias de la televisión es probable que lea um periódico. Los medios se combinan y se encuentran en el público, en las conversaciones de la gente<sup>27</sup>. (GOMIS, 1991, p.58)

O estudo de Gomis, em 1991, possibilitou que, em 2002, o autor escrevesse um ensaio sobre dois valores que ele considera “básicos no mercado da notícia”: o importante e o interessante. Um fato se transforma em notícia quando ele é importante e/ou interessante para o público que se deseja atingir. A função do importante é comunicar diariamente ao leitor/ouvinte/telespectador informações que precise conhecer para estar inserido no contexto dos assuntos públicos. O interessante fornece o material que possibilita comentários entre os receptores. (GOMIS, 2002, p.226)

Para ele, as notícias importantes são as mais raras, terão consequências e ficarão registradas na história. Dificilmente, os fatos importantes conseguem ser divulgados apenas em um só dia e costumam ser resultados (leis, decretos, ordens ministeriais, sentenças, nomeações, entregas de cargos). Tudo o que é importante tende a exigir tempo, cuidados, revisões e experimentos. O importante está associado ao lugar da qualidade que, conforme veremos no próximo capítulo, é um argumento previamente acordado com o auditório, já que representa aquilo que é exclusivo, precioso.

O interessante é tudo aquilo que é agradável conhecer. São as notícias interessantes que estimulam os comentários entre os espectadores e, normalmente, referem-se aos deslocamentos, como reuniões de pessoas, visitas e reuniões de Chefes de Estado, manifestações e greves. (GOMIS, 2002, p. 237) O importante e o interessante se encontram no noticiário e não são antagônicos. Eles se ajustam e se alternam com o mesmo desempenho.

---

<sup>26</sup> A essência da notícia é a capacidade de comentário que um fato tem. Se um fato suscita comentários, é notícia. Se não suscita, não é notícia, ainda que chegue a ser divulgado, porque não produz os efeitos esperados das notícias. [tradução nossa]

<sup>27</sup> As notícias televisivas tendem a inspirar mais confiança do que as dos periódicos, quando estes contam as coisas de outra maneira, porque a gente que segue atentamente as notícias da televisão, normalmente ler também no periódico. Os meios se combinam e se encontram no público, nas conversas da gente. [tradução nossa]

No *JN*, os critérios de noticiabilidade mesclam objetividade e subjetividade. Esses parâmetros descritos por Bonner (2009) são a abrangência (quanto maior o número de pessoas impactadas maior a probabilidade de ser divulgado), ou seja, o lugar de quantidade, argumento voltado para o universo numérico o qual estudaremos com mais detalhes no terceiro capítulo; a gravidade das implicações (quanto maior a gravidade de um fato, maior a chance de ser noticiado); o caráter histórico (fatos marcantes que, certamente, entrarão para a história, a exemplo de 11 de setembro de 2001, quando o complexo empresarial norte-americano *World Trade Center*, em Nova York, foi atingido por aviões sequestrados por terroristas) e o contexto (importância da notícia comparada às demais daquele dia).

Esses valores-notícias estão diretamente associados aos temas factuais. Para os temas ditos como “atualidades”, Bonner (2009) explica que podem ser escolhidos a qualquer momento, no decorrer de uma conversa entre os editores, na leitura de um livro, na fila de um banco ou observando ao redor. O principal pré-requisito é que seja importante para ajudar o telespectador a “compreender o mundo em que vive, a conhecer os problemas, a discutir soluções. Tudo sem aquele caráter urgente dos temas factuais”. (BONNER, 2009, p.117)

Segundo o jornalista, uma pauta sobre meio ambiente poderá ocupar espaço no *Jornal Nacional* se atender de imediato a alguns pré-requisitos. Entre eles, o alcance, ou seja, um assunto deve atingir um grande número de brasileiros, preferencialmente, mais do que uma cidade de porte médio; ser inédito e, em caso de denúncias, as provas são indispensáveis para converter o assunto em notícia. Nesse sentido, observamos que são os mesmos critérios de noticiabilidade do jornalismo não especializado.

Além disso, Bonner (2009, p.14) destaca que, assim como todos os outros veículos jornalísticos, o *JN* está sempre em busca de “furo”, ou seja, de uma informação relevante que nenhum meio jornalístico tenha publicado anteriormente. “Em jornalismo, o furo atrai todas as atenções porque é escasso, valioso, ostensivo e simbólico”. Numa perspectiva radical, Bourdieu (1997b) afirma que essa perseguição pelo furo é uma disputa de poder e que, ao contrário da originalidade, ocasiona certa homogeneização. Isso porque os veículos tendem a copiar os mesmos assuntos abordados pelo concorrente numa disputa de quem noticia mais. Com isso, todos terminam cobrindo os mesmos assuntos.

Bistane e Bacellar (2005) destacam, ainda, um aspecto importante para essa questão. De acordo com as autoras, essa busca frenética pode gerar informações distorcidas e até mesmo equivocadas. “De que adianta oferecer em primeira mão uma informação equivocada e ter que se desmentir depois? Em televisão se erra em público, perante milhares, milhões de

testemunhas. Mesmo pequenos deslizes adquirem notoriedade assustadora”. (BISTANE e BACELLAR, 2005, p.82)

Como os “furos” são raros, conforme destacou o próprio Bonner (2009), o *Jornal Nacional* se mantém por meio de notícias factuais que também emplacaram em outros veículos jornalísticos. Mas, para ser escolhida, a notícia precisa enfrentar alguns filtros ou portões (*gate* em inglês), por isso esse processo de seleção ficou conhecido como *gatekeeper*. (PENA, 2005, p.133) A seleção equivale a um julgamento realizado por um ou mais jornalistas aos assuntos que chegam à redação e se eles merecem ser publicados. Por isso, Bourdieu (1997b, p. 25) afirma que os jornalistas possuem óculos especiais capazes de fazê-los enxergar um fato de forma diferente dos demais.

Para Kunczik (2002, p.237), a escolha dos fatos que devem ser publicados pela imprensa contribui para contornar a imagem que o público tem da sociedade e do mundo em que vivem, evidenciando o papel importante da seleção das notícias para a construção de um imaginário coletivo em torno de um determinado acontecimento.

Segundo Burkett (1990), há critérios de noticiabilidade específicos para os redatores de ciência e que, de certa forma, também podem ser aplicados às reportagens ambientais, em especial, ao ‘jornalismo ambiental como subárea da ciência’, já que se entrelaçam. Essa escolha deve ter como fundamento critérios como impacto, significado, senso de oportunidade, *timing*, pioneirismo, interesse humano, proximidade, cientistas célebres, conflitos, necessidades de sobrevivência, necessidades culturais, necessidades de conhecimento e demografia.

Podemos perceber que esses valores-notícia se assemelham aos conceitos defendidos por Erbolato (1991), Traquina (2008) e Bonner (2009), entretanto, três deles chamam atenção para o jornalismo especializado em meio ambiente: necessidades de sobrevivência, necessidades culturais e necessidades de conhecimento.

As necessidades de sobrevivência referem-se aos assuntos que estão diretamente relacionados à manutenção da vida, a exemplo das questões ambientais. Depois de supridas as necessidades imediatas, o ser humano busca solucionar outros aspectos que facilitem a vivência em sociedade: são as necessidades culturais, como melhor qualidade de vida, de alimentação, de moradia e de trabalho. As necessidades de conhecimento não dizem respeito a itens de sobrevivência imediata, mas a informações necessárias à melhoria da conversação social.

As matérias desenvolvidas para proporcionarem respostas às necessidades de sobrevivência, cultura e conhecimento tendem a ser chamadas “matérias de serviço”. Proporcionam um serviço aos leitores que procuram orientação que os ajude nos afazeres diários. (BURKETT, 1990, p.62, grifo do autor)

Observamos, empiricamente, que há certa tendência do jornalismo em selecionar as notícias ambientais pelo próprio caráter de prestação de serviço para a população. Elaborar reportagens sobre temas como mudanças climáticas, escassez da água, utilização de agrotóxicos, reutilização do lixo, entre outros, é levar para os telespectadores informações relacionadas com a sua manutenção na Terra.

### **3.1.2 A produção das reportagens ambientais na televisão**

São muitos os fatores que estão relacionados à produção das mensagens jornalísticas no ambiente televisivo, que vão desde a seleção dos acontecimentos até a maneira como são apresentadas ao público, a disposição e a ênfase dada às mesmas. Esses aspectos estão diretamente associados à construção das notícias (*newsmaking*). (VIZEU, 2002, p.76)

Após o editor-chefe decidir que um determinado assunto possui um caráter noticioso, o pauteiro, “aquele que na imensidão dos acontecimentos na sociedade capta o que pode ser transformado em matéria” (BARBEIRO; LIMA, 2002, p.111), prepara a pauta, um roteiro com informações pré-apuradas para contextualizar o repórter sobre o fato a ser abordado. Na televisão, o profissional responsável pela sua elaboração é o produtor. É ele quem direciona a cobertura jornalística e quem agenda com os entrevistados o dia e a hora da entrevista. Conforme Curado (2002):

O produtor oferece o eixo da matéria. Marca entrevistas, identifica as fontes de imagens, reúne o arquivo sobre o assunto, roteiriza a pauta, propondo a forma como a matéria deve ser estruturada e, finalmente, encaminha essa produção ao repórter. (CURADO, 2002, p.44)

A pauta deve conter uma síntese da notícia com a proposta da matéria e qual deve ser a abordagem da reportagem. Barbeiro e Lima (2002, p.112) esclarecem que o texto da pauta deve ser informativo e sucinto com sugestões de perguntas para os entrevistados sem “cair no óbvio”. A pauta ambiental possui atributos próprios, mas, seguindo a prática jornalística, também deve originar-se de situações concretas, contemplar a controvérsia e o debate. Para

tanto, é preciso dominar os conceitos básicos do assunto proposto e não enfatizar somente uma discussão técnica, embora seja importante porque as questões que afetam o meio ambiente decorrem de decisões políticas, comerciais e econômicas, conforme ressaltou Bueno (2007).

Ele destaca, ainda, que a pauta ambiental não deve ser tendenciosa e nem mesmo ingênua ao enfatizar que é somente obrigação das autoridades resolverem os problemas ligados ao meio ambiente. É também preciso mostrar que “a solução depende de um esforço global e que toda a sociedade (e, portanto, cada um de nós) deve estar mobilizada para implementá-la”. (BUENO, 2007, p.42)

Curado (2002, p.44) pontua que é necessário inserir nas pautas dados sobre os entrevistados, como telefones e endereços, além de “incluir uma pesquisa com dados relevantes avivando os antecedentes dos fatos para contextualizar a matéria”. Munido de informações, o repórter está pronto para ir às ruas preparar a sua reportagem.

As pautas bem elaboradas e produzidas levam o profissional a bons entrevistados que, no jornalismo, ficaram conhecidos como fontes. Segundo afirma Erbolato (1991, p. 183), a “fonte é qualquer pessoa que presta informações ao repórter”. Nesse sentido, Wolf (2005, p.222) é categórico ao afirmar que “as fontes são um factor determinante para a qualidade da informação”.

Segundo Beltrão (1969, p.38), as fontes podem ser classificadas em informativa (ligadas aos órgãos oficiais), opinativa (estão inseridas no contexto, por isso podem opinar sobre o fato, mas não são oficiais), ilustrativa (são pessoas que servem de exemplo para a matéria com a finalidade de humanizar a reportagem, conhecidos como personagens) e a consultiva (especialistas em determinadas áreas). Cada uma delas pode disponibilizar informações preciosas e essenciais para a construção de uma boa reportagem.

Entretanto, a relação entre a fonte e o jornalista é delicada, porque há interesses dos dois lados. Wolf (2005) afirma que quatro fatores estimulam a fonte a prestar seu depoimento: os incentivos, o poder das fontes, a capacidade de fornecer informações fidedignas e sua proximidade social e geográfica dos jornalistas. Ele ressalta que a proximidade é o fator mais importante. As demais são complementares.

Já os fatores que motivam o jornalista a entrevistar uma determinada fonte são: oportunidade que se revelou anteriormente (informação correta e com credibilidade permitirá a fonte fornecer novas entrevistas); produtividade (informações suficientes para elaborar a matéria — fontes oficiais); fidedignidade (informações fornecidas com o mínimo de checagem pelo jornalista); confiabilidade (informações transmitidas com honestidade) e a

respeitabilidade (preferência por informações de fontes oficiais ou colocadas em posições institucionais).

Para Lage (2001, p.95), a relação entre fonte e jornalista é baseada numa permuta, mas nem por isso pode contrariar a ética. “A relação com as fontes deve ser cordial e direta. Trata-se inegavelmente de uma troca, mas o que deve ser troca é sempre informação, nada mais. Nem o repórter se transformará em agente da fonte nem o contrário”.

Wolf (2005) diferencia, ainda, o contato entre as fontes no jornalismo especializado e no jornalismo não-especializado. “Os jornalistas especializados desenvolvem relações estreitas e contínuas com as próprias fontes, que acabam se tornando fontes pessoais [...]” (WOLF, 2005, p. 239). Os não-especializados não conseguem se aprofundar em um determinado tema e, muitas vezes, estabelecem um contato casual sem qualquer proximidade.

Oliveira (2002) pontua que, muitas vezes, a relação estreita entre o jornalista e o pesquisador – principalmente no jornalismo científico e ambiental – é de subserviência aos “porta-vozes” da ciência.

O jornalista vai anotando tudo o que o cientista fala, sem entender muito do que escreve, e na hora de redigir o texto, ou repete o que copiou ou tenta traduzir o que não entendeu. E se o jornalista não entendeu, o leitor vai entender menos ainda. (OLIVEIRA, 2002, p.48)

A autora mapeou os tipos de pesquisadores que se relacionam com os jornalistas. Ela os difere em: Torre de Marfim, os que não gostam de dar entrevistas porque não confiam na competência dos redatores para decodificar a ciência; o cientista São Tomé, aquele que dá entrevista e pede para ler a matéria antes da publicação; cientista *socialite*, que quer estar na mídia e se preocupa mais em dar entrevista do que pesquisar e, por fim, o cientista bom samaritano, aquele que tem consciência do seu papel na sociedade e enxerga o jornalismo científico como uma forma de difundir a ciência.

Apesar de recorrer aos estereótipos que, segundo Ferrés (1998, p.32), “são representações sociais, institucionalizadas, reiteradas e reducionistas”, portanto, se limitam à superficialidade, os estudos de Oliveira (2002), de uma forma geral, possibilitam uma maior compreensão em torno da fragilidade da relação entre o jornalista e o pesquisador ao mostrar a postura do profissional de comunicação diante do cientista e a concepção do pesquisador-fonte sobre a prática jornalística.

Do ponto de vista do jornalismo, Burkett (1990) faz um alerta para evitar as fraudes científicas. Segundo ele, o repórter deve ser informado sobre a procedência do pesquisador na pauta. Para tanto, devem constar o local de trabalho do cientista e se ele possui algum tipo de relação com alguma universidade ou instituto de pesquisa de boa reputação, que aprovelem os seus estudos.

O passado educacional do pesquisador também traz pistas sobre o seu perfil. É necessário, ainda, averiguar se o estudioso publicou algum artigo ou texto em periódicos científicos conhecidos. Outra forma de detectar a sua representatividade é pedir ao cientista nomes de estudiosos que trabalhem na mesma área (BURKETT, 1990, p. 100 -103). As dicas de Burkett (1990) não revelam somente um cuidado com a escolha da fonte científica, mas significam estratégias de validação para o entrevistado-pesquisador enquanto representante da ciência.

Além das fontes científicas, o jornalismo ambiental se sustenta através de outros discursos e relatos. A escolha dos entrevistados decorre do próprio acontecimento. Uma reportagem sobre o uso de agrotóxicos em plantações, por exemplo, não deve se limitar a explicar, por meio do discurso científico, os riscos de contaminação tanto do agricultor quanto daquele que consumirá o produto. É preciso ouvir também outras vozes que integram o fato, como os cultivadores, os feirantes que comercializam as verduras, os legumes e as frutas plantadas, o proprietário da empresa responsável pela produção dos agrotóxicos, representantes dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização, o consumidor final, entre outros.

### 3.1.2.1 Peculiaridades do texto telejornalístico

Após coletar as informações, entrevistar as fontes e captar as imagens – essa última realizada pelo cinegrafista – o repórter já pode escrever o texto, respeitando a linguagem jornalística. De acordo com Lage (2006, p.50), ela é basicamente formada por palavras, expressões e regras combinatórias possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal. Sendo assim, ela incorpora:

[...] a) neologismos de origem coloquial, sintéticos (fusca, frescão) ou de grande expressividade (dedo-duro, pau-de-arara); b) denominações de objetos novos, de origem científica ou popular (lêiser, videoteipe, celular); c) metáforas com intenção crítica (mordomia, mensalão); d) atualizações necessárias (roqueiro, petista); e) designações técnicas que precisem ser consideradas em sua exata significação para entendimento ou eficácia do

texto. Tais incorporações, quando de emprego recente ou incomum, poderão ser marcadas por destaque gráfico (entonação especial de leitura) e acompanhadas de explicações. (LAGE, 2006, p.51)

A busca por uma linguagem simples, clara, precisa, objetiva e direta é recomendação prioritária do exercício do jornalismo. Diante disso, o discurso jornalístico preconiza a imparcialidade e neutralidade do repórter no processo de construção do texto jornalístico. Para atingir a objetividade, Lage (2005, p.129-130) recomenda eliminar da matéria, por exemplo, adjetivos e advérbios que expressam juízos de valor, como se fossem os principais e até mesmo únicos elementos de evidência da opinião do repórter no seu próprio texto.

Essa perspectiva pode ser contestada a partir dos estudos de Bakhtin ([1929], 2006, p.96). De acordo com o teórico russo, a língua, em sua dimensão viva e concreta, é dialógica e “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”. Para ele, apenas Adão, em sua visão mítica, pode ter evitado uma relação dialógica com a palavra por ter encontrado um mundo ainda não explorado.

Diante dessa afirmativa, a neutralidade jornalística não existe, já que as palavras não são únicas de quem as diz ou as escreve. No processo de seleção de um determinado termo, o jornalista também utiliza a palavra do outro, que está inserida num contexto sócio-ideológico. Seguindo a linha de pensamento bakhtiniano, Fiorin (2008) postula que os enunciados dialogam internamente com as palavras do outro, portanto, o discurso de um enunciadador é constituído de discursos de outrem. “Todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio” (FIORIN, 2008, p.19). Ele acrescentou, ainda, que “toda palavra dialoga com outras palavras, constitui-se a partir de outras palavras, está rodeada de outras palavras”.

Portanto, a visão de neutralidade do texto jornalístico é desmistificada, permitindo avanços na área de produção textual desse campo. É necessário um novo olhar sobre o discurso jornalístico, ultrapassando a perspectiva ingênua de que pode se manter imparcial quando, nenhum outro, consegue deixar de revelar pistas de sua intencionalidade. Retirar dos textos adjetivos, advérbios ou palavras que não tenham duplo sentido explícito é apenas uma tentativa pueril de quem enxerga a linguagem como uma marionete de palavras.

Barbeiro e Lima (2002, p.95) esclarece que “o texto do telejornal tem uma estrutura de movimento, instantaneidade, testemunhalidade, indivisibilidade de imagem e som, sintetização e objetividade”. Por isso, para Paternostro (2006) a preocupação fundamental na hora de redigir para a televisão é atentar-se para o fato de que a informação deverá ser assimilada de uma só vez, não tendo o espectador uma segunda chance para obtê-la.

Sempre que o jornalista escrever para a TV, deve lembrar que é um contador de história. Mas não romancista ou um ficcionista. O jornalista deve “contar” os acontecimentos do cotidiano de uma maneira que toda a sociedade entenda, como se estivesse conversando com uma pessoa. (PATERNOSTRO, 2006, p.94, grifo do autor)

Mas existem outros desafios nesse processo de elaboração da escrita para a televisão. É necessário também se preocupar com o tempo. “Resumir uma história em vinte segundos é um desafio maior, e é um desafio que o redator vence quando a história é bem contada”. (CURADO, 2002, p. 117) Diante disso, Rezende (2000, p.62) destaca que “a exigência de centrar o discurso no receptor obriga o comunicador a procurar uma linguagem mais adequada, mais compatível com as características da audiência”.

Na TV há, ainda, o casamento da palavra com a imagem. Por isso, o primeiro passo para redigir um texto para a televisão é conhecer as imagens registradas sobre o fato. Para Barbeiro e Lima (2002, p.95) é a sensibilidade do jornalista que vai fazer essa “união” atingir o objetivo de levar ao ar uma informação que seja fácil de ser compreendida pelo telespectador. Segundo eles, “o texto deve ser coloquial, mas sem apelos à linguagem vulgar”, evitando gírias e clichês.

Paternostro (2006) revela que a TV tem, ainda, obrigação de respeitar o telespectador com um texto bem escrito e sem equívocos gramaticais. Escolher as palavras certas também é um pré-requisito para escrever um bom texto jornalístico. De acordo com Rezende (2000, p.99), o jornalista de TV deve utilizar palavras mais conhecidas e com significados precisos, evitando termos ambíguos que possam confundir o telespectador. Além disso, devem preferir palavras curtas.

Para facilitar a compreensão, Barbeiro e Lima (2002, p.96) aconselham um texto com uma sequência lógica definida como “sujeito + verbo + predicado”. Bonner (2009, p.217) também demonstra preocupação com a clareza dos textos produzidos pela equipe do *JN* ao revelar que “[...] é preciso construir frases com início, meio e fim na ordem direta (porque orações invertidas, quando ouvidas, dificultam muito mais a compreensão, além de não serem usadas naturalmente na linguagem oral)”.

Diante disso, podemos constatar que escrever para a televisão é um desafio. Ao mesmo tempo em que há uma preocupação com o texto escrito é preciso ter ciência de que ele será empregado como um texto oral, aproximando-se da língua falada. Segundo Koch (2008b, p.77), fala e escrita são duas modalidades de utilização da língua, por isso possuem características próprias, mesmo recorrendo ao mesmo sistema linguístico. O que não significa

dizer que elas devam ser vistas de maneira dicotômica, já que existem textos escritos que se localizam mais próximos do pólo da fala conversacional, como é o caso do texto do jornalismo televisivo.

Essa junção torna o texto jornalístico para televisão ainda mais atraente. O repórter pode fazer seus rascunhos, escrever e reescrever o texto, reduzir os erros gramaticais, comuns na língua falada, e, ao mesmo tempo, se deslocar para a cena de aproximação com o telespectador como se estivesse contando uma história para ele, mesmo não ocorrendo uma interação face a face.

### 3.1.2.2 O casamento da palavra com a imagem

Já vimos que o texto jornalístico para televisão possui singularidades no que se refere à estrutura, principalmente, porque precisa estar em sintonia com a imagem. Afinal, ao escolher um telejornal para se informar o telespectador sabe que a linguagem televisiva é uma combinação entre palavra, imagens e efeitos sonoros, o que lhe permite não apenas ouvir a notícia, mas acompanhar as imagens capturadas pela equipe de jornalismo. Essa possibilidade de visualizar um fato mesmo estando ausente do acontecimento é uma forma de vivenciar a história do outro.

Nessa trama de sentidos, o espectador é impactado. Segundo Rezende (2000, p.40), na comunicação audiovisual há o predomínio dos valores emocionais sobre os racionais. É como se existisse um elo afetivo entre o telespectador e a imagem, já que o visual atua diretamente em sua memória. Nesse sentido, Franchi (2003) afirma que “a imagem é, portanto, capaz de “dizer”, “contar” histórias, nos levar à ação ou a nos convencer com seu poder de apreensão, de ser memorizável, de emocionar”. (FRANCHI, 2003, p. 27, grifo do autor)

Desse modo, Aumont (1993, p. 80) destaca que a produção de imagens jamais é aleatória, porque é sempre direcionada para um determinado uso, seja ele individual ou coletivo. Elas são utilizadas por meio de três dimensões: o modo simbólico, que surgiu com a finalidade religiosa de aproximar homens e mulheres da presença divina; o modo epistêmico, que permite utilizar a imagem como meio de informação visual sobre o mundo e, por fim, o modo estético, que visa agradar o seu espectador e promover nele sensações específicas.

No campo do telejornalismo, o modo epistêmico é o mais usado, embora os recursos audiovisuais também recorram ao modo estético para sensibilizar o seu telespectador. O império da imagem no jornalismo televisivo é um diferencial para atrair a atenção da audiência e, ao mesmo tempo, um recurso informativo precioso para validar o texto

jornalístico. Além disso, “é capaz de garantir a veiculação de um assunto que talvez nem fosse ao ar se o cinegrafista não tivesse a sorte de captar o flagrante”, conforme destacaram Bistane e Bacellar (2005, p. 41)

Apesar disso, alguns estudiosos enxergam uma relação de disputa entre a palavra e a imagem. Para Rezende (2000), sem o texto a maioria das imagens perde sentido.

A interveniência da palavra tem ainda o poder de, em muitas circunstâncias, orientar até mesmo o público na interpretação das imagens. Quando bem escolhidas, as palavras podem determinar a reação do público, por exemplo, à imagem de um protesto público. A impressão de sucesso ou fracasso da manifestação depende, muitas vezes, mais do que se diz do que das imagens mostradas. (REZENDE, 2000, p.81)

Para Joly (1996, p. 121) não existe uma relação de superioridade entre a imagem e a palavra. Elas são complementares. “As imagens engendram as palavras que engendram as imagens em um movimento sem fim”. Paternostro (2006) partilha dessa mesma concepção ao afirmar que na elaboração da reportagem televisiva a principal preocupação do repórter é fazer com que o texto e a imagem caminhem juntas. “O papel da palavra não é brigar com a imagem”. (PATERNOSTRO, 2006, p.86) Ela afirma, ainda, que a imagem faz parte da própria natureza da televisão, por isso é preciso usá-la em sintonia com a palavra.

Em conformidade com o posicionamento da autora, acreditamos na relação de complementaridade das imagens e das palavras. Em contrapartida, também reconhecemos que em determinadas circunstâncias as imagens falam por si só, não necessitando da interferência verbal. Paternostro (2006) destaca, ainda, que a imagem possui uma narrativa singular e, muitas vezes, é a principal aposta jornalística para comover o telespectador.

Caberá ao repórter cinematográfico eleger o melhor enquadramento, ou seja, a posição da lente em relação ao objeto, que definirá uma determinada cena para o telespectador. Numa filmagem, a câmera se desloca em apenas uma direção, a partir do traçado de uma linha imaginária para manter o eixo do processo de captação de imagens pelo repórter cinematográfico, considerado o “olho do telespectador”. (CURADO, 2002, p.50)

Essas tomadas são realizadas a partir de planos, que variam de acordo com a finalidade do registro fílmico. Segundo a autora, eles são divididos em plano geral (quando mostra uma pessoa de corpo todo ou cenas amplas); plano médio ou americano (traz o objeto para perto e focaliza uma pessoa da cintura para cima); meio plano (mostra do peito para cima) e *close up* (destaca a cabeça e o ombro). O enquadramento dependerá do cenário, da coerência entre o texto do jornalista e a paisagem local. Além disso, é possível observar por

meio da imagem, alguns elementos que vão influenciar na mensagem televisiva, a exemplo da postura, do olhar, da direção da cabeça do repórter e das fontes, entre outros.

Rezende (2000, p. 80) alerta que é preciso ter cuidado com o destaque excessivo à imagem, principalmente quando ela estiver carregada de emoção para que não ocorra a espetacularização da notícia, ou seja, priorizar a contemplação da imagem, muitas vezes descartando o real valor jornalístico, com notícias *fait divers*, curiosas, pitorescas. Para ele, “nada justifica também que uma imagem de impacto emocional ou estético prevaleça como critério de seleção de notícias, em detrimento do valor jornalístico”. (REZENDE, 2000, p. 53)

Embora a notícia espetacular ocorra em outros veículos de comunicação, no ambiente televisivo essa prática é mais perceptível, conforme destacou Noblat (2002). “Sobretudo na TV, notícia e espetáculo se confundem. Empregam-se técnicas de show para construir “a realidade”. E a fantasia que daí emerge garante audiência”. (NOBLAT, 2002, p.23, grifo do autor) Isso porque o próprio telejornal é um espaço performático. O cenário, a postura dos apresentadores, a forma como gesticulam, o semblante, o tom da voz ao ler a notícia, o envolvimento do repórter com a cena, o enquadramento feito pelo cinegrafista, a trilha sonora nas reportagens, a computação gráfica, enfim, tudo isso colabora para que o jornalismo televisivo tenha esse caráter de espetáculo.

Entretanto, isso não significa dizer que a notícia deva ser divulgada com um apelo sensacionalista, mostrando situações deploráveis do ser humano, expondo as fontes ao ridículo, abusando de imagens desnecessárias para atrair audiência ou, ainda, utilizar os recursos imagéticos para incitar o medo no telespectador, seja em reportagens policiais ou até mesmo ambientais, como ocorrem, muitas vezes, com as que abordam as mudanças climáticas. Elas trazem cenas de geleiras derretendo, desertificação, aumento no nível de água dos oceanos e tempestades, entre outros, com efeitos sonoros estrondosos numa tentativa de despertar o telespectador para a gravidade do tema.

### 3.1.2.3 Estrutura das reportagens no ambiente televisivo

A reportagem televisiva é composta, basicamente, por *off*, passagem e sonora. Assim que o texto escrito pelo repórter é aprovado pelo editor, ele está autorizado a gravar o *off*, que tem como finalidade complementar as imagens. A passagem é a gravação feita pelo jornalista no local do acontecimento com informações para serem usadas na reportagem e as sonoras são as falas dos entrevistados para compor a matéria. (PATERNOSTRO, 2006, p.213).

Diante disso, editar significa montar a reportagem: selecionar a imagem e som e permitir às imagens e sons escolhidos, uma sequência lógica, clara, objetiva, concisa e de fácil compreensão para o telespectador. A edição pode ser definida como a montagem final da matéria que será veiculada no telejornal e inicia assim que a fita chega ao estúdio.

A edição começa com a decupagem da fita gravada pelo repórter. O editor deve anotar todos os detalhes das imagens, sonoras, passagens e o *off* do repórter. Decupada a fita, o editor seleciona o que vai usar, tendo sempre em mente que vai contar uma história com início, meio e fim. (BARBEIRO; LIMA, 2002, p.100).

Editar requer paciência, dedicação, concentração, habilidade, criatividade e sensibilidade. E, sem dúvida, quando se fala em edição em telejornalismo, é preciso acrescentar ainda: fidelidade às informações. (PATERNOSTRO, 2006, p.162)

Curado (2002) divide o processo de edição em sete etapas, são elas: avaliação do conjunto de informações (junção de todos os dados da matéria - *off*, sonora e passagem); decupagem (avaliação da fita bruta com as imagens e entrevistas, localizando as partes que devem ser utilizadas na matéria); roteirização (estruturação da matéria a partir da sequência de imagens e *offs* que vão compor o VT, traçando o “esqueleto” do produto); redação (o texto deve estar em sintonia com as imagens, bem como a inserção das sonoras); gravação do texto (elaboração e gravação do *off* pelo repórter); montagem (adequação do texto e imagem em uma única narrativa) e áudio e som (equilibrar o áudio na matéria e inserir, se preciso, sons para enriquecer o produto).

Ao identificar que não há imagens suficientes para cobrir o *off* ou para facilitar a compreensão do telespectador sobre uma determinada informação, o editor pode recorrer aos recursos visuais – mapas, selos, desenhos, gráficos, legendas, fotos, animação, simulação, reconstituição, entre outros. Essas imagens são denominadas em telejornalismo de artes e são criadas por uma editoria específica. Machado (2005) demonstra com entusiasmo a inserção de recursos gráficos nos programas televisivos.

Enquanto o cinema foi buscar no computador basicamente recursos para simular a velha imagem realista da fotografia (os dinossauros de Spielberg ou o transatlântico naufrago de James Cameron), a televisão se deixou marcar fortemente por uma intervenção gráfica luxuriante, que acabou por de converter na sua marca distintiva. (MACHADO, 2005, p. 200)

Elas são utilizadas para ajudar o telespectador a entender a mensagem transmitida, mas devem ser usadas na medida exata para não transformar a matéria em alegoria. (PATERNOSTRO, 2006, p.89) Na série **A Nossa Mata** identificamos como recursos visuais a inserção de mapas e siglas. A **Reportagem B** contou com a ilustração de um mapa para elencar as cidades que mais preservaram a Mata Atlântica no País, começando pela Bahia, enquanto a **Reportagem E** utilizou o gráfico para apresentar a área de implantação do projeto intitulado Corredores Ecológicos em diversos municípios brasileiros. Já a **Reportagem D** deu maior visibilidade a sigla RPPN (Reservas Particulares de Patrimônio Natural) para facilitar a compreensão do telespectador.



Figura 1 – Arte Mapa Reportagem B



Figura 2 – Arte Mapa Reportagem E



Figura 3 – Arte Mapa Reportagem D

Traquina (2008, p. 89) também evidencia a importância do recurso visual como uma ferramenta interativa e eficaz para o entendimento das matérias. Muito mais que uma escolha, para ele a visualidade atua como um valor-notícia.

Depois de terminar a edição juntamente com o editor de imagens, o editor de texto deverá preencher o *script*<sup>28</sup> do telejornal com a cabeça ou *lead* – texto que será lido pelo apresentador como introdução à reportagem – e os créditos dos entrevistados, constando nome

<sup>28</sup> Significa a lauda do telejornalismo disponibilizada para a equipe na tela dos terminais de computadores. Ao preencher os dados no script todos terão acesso por meio de uma senha. (PATERNOSTRO, 2006, p.170)

de cada um deles e profissão, e a nota pé, quando houver necessidade de informações adicionais que não constam na matéria. Ao preencher esses dados, o *script* contabiliza o tempo, o que permite uma maior organização do telejornal.

Segundo Curado (2002, p.96-97), o tempo numa reportagem diária que em média, é de um minuto e trinta segundos, pode ser distribuído da seguinte forma: quinze segundos para a cabeça, o texto em *off*, narrado pelo repórter, entre vinte e trinta segundos, a sonora ou fala do entrevistado em um intervalo de dez a quinze segundos, a passagem entre quinze e vinte segundos, outra sonora entre doze e vinte segundos e a narração final em *off* com cerca de quinze segundos.

Essa seria apenas uma noção de distribuição, já que o jornalismo é dinâmico e imprevisível. Prova disso é que apesar de o jornalismo televisivo ser bem estruturado com funções pré-definidas, a sua prática no dia-a-dia é bastante oscilante, porque tem como alimento primordial os fatos noticiosos. Esses, por sua vez, possuem proporções diferentes capazes de alterar o funcionamento de toda a redação, além de lembrar aos jornalistas de televisão que o tempo é o seu maior chefe.

### 3.2 SÉRIE DE REPORTAGENS: UM NOVO FORMATO PARA A DIVULGAÇÃO AMBIENTAL NA TELEVISÃO

Para ultrapassar a falta de profundidade das matérias televisivas, principalmente em decorrência do pouco tempo para exibição, o telejornalismo encontrou nas séries de reportagens especiais a solução para acabar com o estigma de superficial, conforme destacou Marcondes Filho (2000) sobre o caráter descartável e volátil da notícia na televisão. “Nenhuma notícia sobrevive, nenhum relato é suficientemente trabalhado para criar raiz, tudo evapora” (MARCONDES FILHO, 2000, p.89).

Por meio da série jornalística é possível tratar um determinado assunto sob diversos aspectos e, com isso, atingir uma abordagem mais completa em torno das questões tratadas. Em decorrência da pouca literatura sobre esse novo formato, não encontramos estudos direcionados para o surgimento das séries de reportagens ou jornalismo seriado, expressões utilizadas como sinônimas no livro Memória Globo (2004). Entretanto, quem implantou a novidade no *Jornal Nacional*, telejornal referência para o presente trabalho, foi Evandro Carlos de Andrade, em 1996, na época diretor da Central Globo de Jornalismo, com a finalidade de oferecer ao telespectador um maior aprofundamento de temas de interesse

público, como contrabando de armas, situação do idoso, casas de jogos ilegais, entre outros. A primeira série, exibida entre 22 e 26 de janeiro, teve como foco o futuro do emprego.

Segundo Carlos Henrique Schroder, atual diretor da Central Globo de Jornalismo, em entrevista concedida para o arquivo da Globo, esse formato permitiu avanços perceptíveis na atividade jornalística desenvolvida pela equipe da emissora e colaborou para uma maior solidez do telejornalismo da Rede Globo. “Foi um marco, porque deu mais credibilidade e trouxe um amadurecimento ao telejornalismo, que sempre foi acusado de superficialidade”. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.321)

Em busca de uma maior compreensão sobre esse novo formato de edição do jornalismo televisivo, recorremos a Machado (2005) para entender como funciona a narrativa seriada na televisão e, a partir daí, buscar semelhanças e diferenças com a apresentação das reportagens em série telejornalística.

De antemão, observamos a influência da programação televisiva e da própria estrutura do telejornal para a construção desse formato de contar a notícia em capítulos. Ambos são concebidos em blocos. Seja para delimitar o espaço e o tempo de determinado programa ou matéria, seja para ordenar a inserção dos comerciais. Além disso, as próprias atrações televisivas são exibidas durante alguns meses, anos e até décadas numa periodicidade diária, semanal e mensal. Segundo Machado (2005), a serialidade - apresentação descontínua e fragmentada - tornou-se uma característica do próprio ambiente televisivo.

Entretanto, ele ressalta que não foi a televisão a precursora da narrativa seriada. A série surgiu com a literatura (cartas, sermões, entre outros) nas histórias míticas (As mil e uma noites), nos folhetins divulgados nos jornais coloniais, inspirando a radionovela. Esse tipo de narrativa só conheceu a sua primeira versão audiovisual com os seriados de cinema, em 1913, a exemplo de *Fântomas*, de Louis Feuillade. “Na verdade, foi o cinema que forneceu o modelo básico de serialização audiovisual de que se vale hoje a televisão”. (MACHADO, 2005, p.86)

Em formas narrativas, geralmente, o enredo é estruturado em capítulos ou episódios, subdivididos em blocos menores separados uns dos outros por intervalos comerciais e chamadas para outros programas da grade da emissora. A serialidade busca manter um clima de tensão e uma expectativa antes da pausa para os anunciantes ou para a próxima edição, no dia seguinte, visando manter a atenção e fidelização do telespectador. Outro recurso utilizado na narrativa seriada é a frequente contextualização do que estava ocorrendo antes da interrupção para refrescar a memória de quem está do outro lado da telinha.

De forma bastante contundente, Machado (2005, p.84) categoriza as narrativas seriadas televisivas em três tipos. A primeira delas refere-se a uma narrativa que ocorre de maneira única ou entrelaçada buscando uma linearidade no decorrer dos capítulos, a exemplo das telenovelas. Ele explica que, normalmente, a narrativa começa sempre com um conflito que só será resolvido nos capítulos finais.

O segundo tipo traz a cada exibição uma história independente com começo, meio e fim e o que se repete nos episódios seguintes são os personagens. Nessa estrutura, a sequência de exibição pode, inclusive, ser invertida que não haverá alteração na narrativa. Por isso, para Aronchi Souza (2004, p.135) o mais interessante desse formato é que “a história tem começo e fim em uma só edição e não exige do espectador conhecimento das personagens”.

Por fim, o terceiro modelo de serialização preserva somente a temática nos episódios, mantendo, em cada edição, não apenas uma história completa e distinta das outras, como também novos personagens e cenários. Essa vertente se encaixa perfeitamente ao perfil do jornalismo seriado na televisão. A partir de um tema específico são definidas as abordagens por capítulos, contendo histórias e personagens possivelmente diferentes entre uma edição e outra. É provável que haja repetição de entrevistado, já que, no telejornalismo, quem tem lugar de fala são as pessoas do cotidiano que concedem as entrevistas (as fontes) e a depender do assunto em questão e da sua notoriedade poderão participar de mais de um episódio, como um pesquisador de referência numa determinada área. A quantidade de capítulos dependerá do enredamento do assunto proposto.

Os temas, por sua vez, normalmente estão associados a um contexto atual e podem também ser factuais. Em 2003, por exemplo, o *JN* exibiu a série sobre professores entre 13 e 18 de outubro, na semana em que se comemorava o Dia do Professor. Durante os seis dias, foram abordados, entre outros assuntos, os salários, as condições de trabalho do professor em diversas regiões brasileiras e o nível de ensino do País. Recentemente, em 2009, foi veiculada uma série sobre aquecimento global, no período em que ocorreu a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, entre 7 e 18 de dezembro de 2009, na Dinamarca.

Normalmente, as séries de reportagens especiais têm duração entre três e seis minutos por episódio, diferentemente das matérias diárias que, raramente, chegam a dois minutos. Nas séries, os repórteres possuem mais tempo para contar a história, ouvindo uma maior quantidade de entrevistados e aparecendo mais vezes no vídeo, já que têm a possibilidade de gravar mais de uma passagem numa mesma reportagem. Sem ter de lutar contra o relógio, o conteúdo jornalístico se torna mais consistente e os telespectadores podem ter acesso a informações mais completas.

Por isso, Coutinho (2008) afirma que as reportagens em série podem ser um caminho para ultrapassar as limitações do espaço-tempo televisivo e, com isso, colocar em prática um jornalismo mais comprometido com a interpretação dos fatos, deixando de lado o jornalismo meramente declaratório.

[...] o formato série de reportagem televisiva poderia ser uma possibilidade para a prática de um telejornalismo interpretativo, na medida em que o tempo total de exibição dos capítulos seria uma forma de buscar o aprofundamento em narrativas que, pela sua brevidade, seriam de acordo com muitos superficiais. (COUTINHO, 2008, p.5)

A complexidade para divulgar as notícias ambientais e as novidades relacionadas à Ciência e Tecnologia impulsionaram a abordagem dessas temáticas no formato do jornalismo seriado. A forma encontrada pelo jornalismo televisivo para evocar assuntos densos e que necessitam ser mais explorados para uma melhor compreensão do público também agradou a comunidade científica.

Afinal, os pesquisadores são fontes recorrentes no jornalismo ambiental e, durante as rápidas entrevistas para as matérias diárias, muitas vezes se decepcionavam com os trechos escolhidos pelos editores na composição da matéria. Eles alegavam que havia distorção na informação e que a duração da reportagem editada era muito curta quando comparada ao tempo gasto para a gravação da entrevista. Nesse sentido, Burkett (1990) afirma que a série permitiu uma nova forma de divulgar os temas científicos na televisão.

Os cientistas argumentam que os prazos e limitações de espaço trabalham contra a precisão e adequação da notícia científica. Ao invés de cobrir as notícias científicas como “evento”, alguns cientistas e jornalistas iriam relatar os desenvolvimentos científicos como “processo”, usando matérias mais longas, mais minuciosamente pesquisadas ou o formato em série para mostrar como os desenvolvimentos científicos se constroem gradualmente a partir de uma série de descobertas de vários pesquisadores. (BURKETT, 1990, p. 65)

Nessa perspectiva, pudemos constatar que a narrativa seriada não se limita apenas aos programas voltados para o entretenimento, como os programas de auditório ou as telenovelas, mas também abarca todos aqueles que integram a programação das emissoras, independentemente da sua especificidade, seguindo um padrão de exibição.

### 3.2.1 As séries ambientais do Jornal Nacional

Desde 1996, quando estreou o jornalismo seriado no *JN* até a atualidade, foram cerca de trinta séries sobre meio ambiente<sup>29</sup>. Entre os temas estão seca, tráficos de animais silvestres, desperdício de alimentos, pesca e belezas naturais, além de assuntos abordados repetidamente, como escassez da água, reciclagem e desmatamento. Observamos que a série jornalística é dividida em episódios e segue uma sequência lógica para um melhor entendimento do telespectador.

Além disso, notamos que a prática do jornalismo televisivo é respeitada, seguindo a tradicional narrativa da reportagem jornalística com cabeça, *off*, passagem e sonora. Quando existe a necessidade de uma informação complementar há, ainda, uma nota pé, texto lido após a exibição da reportagem pelo apresentador no estúdio.

A diferença mais evidente é o tempo de exibição para a reportagem. A delimitação temporal é mais flexível, sendo orientada de acordo com a complexidade do tema. A série **A Nossa Mata**, por exemplo, conta com cinco reportagens com duração entre quatro minutos e vinte segundos e seis minutos e quarenta segundos. As reportagens começam com os apresentadores no estúdio, Willian Bonner e Fátima Bernardes, contextualizando para o público o viés da reportagem que será exibida naquele dia. Em seguida, uma vinheta<sup>30</sup> evidencia o tema da série com grafismo na cor verde – representando as florestas – e imagens de troncos de árvores e uma arara vermelha, simulando a extinção dos recursos naturais.

Segundo Coutinho (2008), a criação de uma vinheta denota a importância do tema pela emissora na edição do telejornal, uma vez que envolve outros setores da empresa, a exemplo do departamento de arte. Os editores descrevem o perfil da cobertura jornalística e as emoções que se pretendem despertar e os profissionais se encarregam em criar uma ilustração coerente com a proposta da série.

Após a vinheta, há a exibição da reportagem editada. Apenas a **Reportagem B** inseriu nota pé. No final da matéria, a apresentadora Fátima Bernardes acrescentou informações sobre os municípios brasileiros que mais conseguem preservar a Mata Atlântica, conforme abaixo:

---

<sup>29</sup> Levantamento realizado por meio do livro *Memória Globo* (2004, p.396-397) e no site do Jornal Nacional até dezembro de 2010. Disponível em: [www.globo.com/jornalnacional](http://www.globo.com/jornalnacional). Acesso em 3 set. 2009.

<sup>30</sup> A vinheta pode ser definida como uma chamada de curta duração usada para destacar início e final de programas (CURADO, 2002, p.190).

*A Fundação SOS Mata Atlântica fez uma relação das 100 cidades que mais preservaram a floresta até agora e destacam 10 que mais têm área de mata nativa. Na Bahia, Barro Preto e Uruçuca; em São Paulo, Ubatuba, Ilhabela, Iporanga, Tapiraí e Pedro de Toledo. No Paraná, Morretes e Antonina. No Rio Grande do Sul, Riozinho. E a capital da Mata Atlântica, segundo a pesquisa, é Florianópolis.*

A cada reportagem novos personagens – entrevistados – entram em cena. As fontes são pesquisadores, entidades governamentais, órgãos oficiais, membros de organizações sem fins lucrativos, trabalhadores rurais e a população em geral. Entretanto, elas podem se repetir no decorrer da mesma narrativa, como aconteceu na **Reportagem C** com o técnico do Ibama, José Tosato, que aparece três vezes em momentos distintos.

Além disso, a série **A Nossa Mata** foi elaborada por um repórter apenas, José Raimundo, o que não é habitual do *Jornal Nacional*. Normalmente, as séries de reportagens contam com a participação de repórteres de outras praças, em cidades diferentes, para uma abordagem ampla e diversificada. Mas para isso tem uma explicação. As reportagens foram gravadas somente na Bahia, espaço geográfico de atuação do repórter, como correspondente oficial da região baiana no telejornal.

O fato de a série ter tido um mesmo repórter possibilitou identificar certa linearidade nas matérias produzidas e a existência de recursos contínuos, como o uso assíduo do *sobe som*, em todas as reportagens exibidas. O *sobe som* significa a inserção do áudio ambiente do local, que pode ser um barulho, uma música, entre outros, até a gravação de um diálogo com a fonte sem que o microfone esteja posicionado para o entrevistado. Com isso, o que seria uma entrevista formal termina sendo uma conversa mais natural.

Sendo assim, pudemos averiguar que as séries de reportagens ambientais podem ser a solução para divulgar o meio ambiente extrapolando a abordagem minimalista realizada pelos veículos televisivos. Inclusive, por meio do jornalismo seriado é possível tratar a sustentabilidade com a seriedade que o tema exige, contemplando as suas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais reforçando o papel do jornalismo interpretativo. As séries ambientais representam, acima de tudo, uma possibilidade de se fazer um jornalismo ambiental mais consciente da sua função social.

#### 4. JORNALISMO AMBIENTAL E A ARTE DE PERSUADIR

O discurso jornalístico voltado para a preservação do meio ambiente requer muito mais do que divulgar para a população o quanto é importante viver em harmonia com a natureza. O jornalismo ambiental anseia, de fato, mobilizar o seu público a pensar de forma sustentável, colaborando para a manutenção do planeta, principalmente, em tempos de aquecimento global e escassez da água – temas assíduos na agenda midiática.

Quem revela essa intenção é o próprio texto jornalístico que, assim como qualquer outro, traz recursos argumentativos que visam persuadir seu público sobre uma determinada ideia. Segundo Koch (2008a, p.21), a argumentação se inscreve no texto, seja ele oral ou escrito, já que se constitui uma atividade estruturante do discurso.

Mosca (2001) também preconiza que a argumentatividade se faz presente em qualquer ato discursivo, uma vez que estimula o interlocutor a reagir e interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Além disso, ela ressalta que o ato de informar não existe em estado puro e tem como finalidade convencer e persuadir<sup>31</sup>.

Todo discurso é uma **construção retórica**, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe um próprio ponto de vista, para o qual pretende obter a adesão. (MOSCA, 2001, p.23, grifo do autor)

No caso do discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável a intenção é explícita. Os jornalistas, muitas vezes, costumam incluir nas reportagens ambientais dicas, orientações e sugestões para que a sua audiência passe a adotá-las em seu cotidiano, por meio do seu próprio texto (*off*), inserindo declarações dos entrevistados ou documentos oficiais (fontes), o que torna evidente a sua finalidade de não somente mostrar ao público que é preciso cuidar da fauna e da flora, mas também agir em prol dessa causa.

Na série **A Nossa Mata** podemos comprovar tal afirmativa. O repórter José Raimundo aborda na **Reportagem C** como o consumidor pode comprar madeira sem colaborar com o desmatamento. Para tanto, ele reproduziu o discurso de um técnico do Ibama – órgão responsável pela fiscalização da destruição das florestas. A declaração não foi introduzida de forma despretensiosa. Nesse contexto, o representante da entidade é uma

---

<sup>31</sup> Segundo Abreu (A.S, 2006, p.25), argumentar é a arte de convencer e persuadir. Entretanto, há uma diferença entre esses dois termos. O primeiro está situado na esfera da emoção, por isso persuadir é gerenciar relação, sensibilizando o outro a agir. Já convencer é gerenciar a informação, portanto, refere-se à razão.

autoridade. Ele detém propriedade e prestígio para abordar o assunto, o que facilita a aceitação do público para aderir a essa prática.

*OFF<sub>11</sub> - A construção é recente e ilegal. Pelas leis ambientais, a Mata Atlântica não pode mais fornecer madeira. Para o técnico do Ibama, crimes como este poderiam ser evitados.*

*SONORA José Augusto Tosato (técnico do Ibama) - O consumidor deve exigir do fornecedor que ele comprove que aquela madeira é de origem legal. Se não comprovar, ele deve procurar outro fornecedor. Assim ele está exercendo o seu papel preservacionista.*

Estratégias persuasivas são fruto de pesquisas desde o século V antes de Cristo, em Siracusa, na Magna Grécia, onde hoje é a Itália. Esse estudo direcionado para a arte de persuadir e convencer recebeu o nome de Retórica e surgiu num contexto jurídico. Nessa época, era bastante utilizada pelos sofistas – intelectuais considerados os primeiros advogados – para defender determinadas causas nos tribunais. Como possuíam amplo conhecimento, abrangendo diversos campos do saber, logo expandiram os seus serviços para outras áreas. Tal atitude foi imediatamente reprovada por Platão, que passou a rotular a Retórica como um falso saber ou sofística por tratar uma verdade meramente aparente, contrariando a filosofia.

A partir daí, o sofisma ficou conhecido como um raciocínio falacioso, enganador. Segundo Meyer ([1950], 2007, p.19), a concepção de Platão foi determinante para a má reputação da Retórica, vista como manipulação por meio do discurso, enquanto as reais correntes filosóficas seriam as responsáveis por libertar o aprisionamento ideológico ocasionado por ela.

Ao contrário de Platão, outros filósofos da época conceituavam a Retórica com mais entusiasmo intelectual e respeito, sendo definida como a capacidade de avaliar o que é adequado para persuadir. Para Hermágoras, ela era vista como a faculdade de falar bem no que envolve os assuntos públicos. Quintiliano a defendia como sendo a ciência do bem falar, enquanto para Aristóteles ([séc.IV a.C]) significava a exposição de argumentos que visam persuadir, conforme destacou Meyer ([1950], 2007, p.21).

Se no Império Romano diversas publicações reforçaram a notoriedade desse campo de investigação, na Idade Média o cenário era completamente diferente. A técnica persuasiva começou a não ter mais prestígio, sendo restringida à disciplina escolar. No século XIX, ficou conhecida como a arte de fazer versos, sendo bem utilizada pela literatura e rejeitada como ciência.

No fim do século XIX, a “retórica” foi violentamente criticada como disciplina não científica e eliminada no currículo da universidade republicana, à época em seus primeiros anos. Na França, a retórica como disciplina aplicada e articulada nunca se recompôs dessa acusação. (PLANTIN, 2008, p.13, grifo do autor)

Porém, a Retórica voltou a ter destaque na atualidade, graças a Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005). Eles foram os responsáveis por recuperar e revalorizar o legado deixado por Aristóteles ([séc.IV a.C]). Assim como o filósofo grego, que defendia a Retórica como sendo um estudo de técnicas determinadas a persuadir, cerca de dois mil e quinhentos anos depois, em 1958, os autores contemporâneos mantiveram esse conceito ao afirmar que o objetivo do discurso retórico é, de fato, provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses apresentadas.

Eles também conservaram a definição de Aristóteles ([séc.IV a.C]) sobre o auditório, que é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.23), bem como outros aspectos: a retórica procura obter a adesão intelectual do auditório somente com o uso da argumentação, sem recorrer à violência; o objetivo do orador é fazer o auditório pensar como ele; se preocupa mais com a adesão e não com a verdade propriamente dita e faz uso da linguagem comum e não de uma linguagem técnica ou especializada, entre outros. “A linguagem não é somente meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.150)

Entretanto, os autores não se limitaram ao resgate da retórica antiga e avançaram em alguns conceitos. Entre eles, o que merece maior destaque é o próprio objeto de estudo. Eles romperam com a distinção feita por Aristóteles ([séc.IV a.C]) entre retórica (conjunto de técnicas de que dispõe um orador) e dialética (estudos dos argumentos numa situação de contestação ou numa discussão com um orador único). Se na retórica antiga, o *corpus* de investigação era a arte de falar em público, diante de uma multidão aglomerada em praça pública, a perspectiva contemporânea abarca a diversidade da linguagem, inclusive, a escrita. “[...] como nosso cuidado é analisar a argumentação, não podemos limitar-nos ao exame da técnica do discurso oral”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.6)

Nesse sentido, podemos afirmar que argumentação e retórica estão imbricadas. A Nova Retórica tem como viés a estrutura argumentativa, que, por sua vez, se caracteriza como um ato de persuasão. Conforme destacou Mosca (2001, p.24), não existe discurso sem auditório e não há argumentação sem retórica.

#### 4.1 O GRANDE ENCONTRO: RETÓRICA E JORNALISMO AMBIENTAL

De todos os estudos retóricos realizados na Grécia Antiga, a retórica preconizada por Aristóteles é, de fato, a que nos interessa. Ela se adapta perfeitamente ao discurso jornalístico e se aplica à prática do jornalismo ambiental, afinal, como já explicamos no primeiro capítulo, o jornalismo especializado é, antes de tudo, jornalismo. Essa aproximação fez com que Cotta (2002, p.18) pontuasse algumas semelhanças entre a retórica aristotélica e o texto jornalístico, suscitando, até mesmo, a possibilidade de o filósofo grego ser o pai “genético” do jornalismo.

Na perspectiva de Aristóteles ([séc.IV a.C]), o discurso retórico pode ser classificado de acordo com o objetivo do orador: o discurso judiciário (voltado para o passado, determina se uma atitude é justa ou não, por isso é característico dos tribunais, sermões, entre outros); o discurso epidítico (centrado no estilo atraente, é considerado o discurso comemorativo e utilizado em ocasiões solenes, cerimônias etc.) e o discurso deliberativo (voltado para o futuro, aconselha em relação a algo a ser feito de útil ou prejudicial e está presente em discursos políticos e pronunciamentos). Podemos enquadrar o discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável como deliberativo, pois trata questões relacionadas à coletividade e às decisões a serem tomadas em benefício público.

Quaisquer desses discursos devem começar sempre de forma atraente para assegurar a fidelização dos ouvintes. É o que ele denomina *exórdio*. Na narrativa jornalística, o *lead* tem essa mesma finalidade. “O *lead* pode ser definido como o parágrafo sintético, vivo, leve com o que se inicia a notícia, na tentativa de prender a atenção do leitor” (ERBOLATO, 1991, p.67). Lage (2005) esclarece o surgimento do *lead* e traz pistas da sua relação com o *exórdio* difundido por Aristóteles ([séc.IV a.C]).

A origem do *lead* não está relacionada à tradição literária – ao épico, ao lírico, ao trágico, ao dialético – mas ao uso oral, isto é, à maneira como, numa conversação, alguém relata algo a que assistiu. Sua natureza é pragmática, ou seja, relacionada às condições da comunicação e à intenção de torná-la eficaz. (LAGE, 2005, p.74)

Essa natureza pragmática do *lead* evidencia uma relação próxima com a retórica. Segundo Brandão (2001, p.162), a Pragmática<sup>32</sup> é a retórica da antiguidade greco-romana.

---

<sup>32</sup> De acordo com Marcondes (2000, p.39), a pragmática se caracteriza pelo estudo da linguagem em uso, ou, segundo a definição de Charles Morris, em 1938, o primeiro a usar esse termo contemporaneamente, o estudo da “relação dos signos com seus intérpretes”.

“Os antigos retóricos já refletiam sobre as relações existentes entre a linguagem, a lógica (sobretudo a argumentativa) e os efeitos do discurso sobre o auditório”.

No telejornalismo, o termo *lead* é conhecido tecnicamente como a cabeça da matéria e, segundo Paternostro (2006, p.146), “deve conquistar, seduzir e convidar o telespectador a assistir a reportagem”. Na série investigada, constatamos a sua importância. Além de atrair a atenção do público, no jornalismo seriado o *lead* tem a função de manter o telespectador ciente de que as reportagens – mesmo sendo exibidas em dias diferentes e com uma narrativa completa com início, meio e fim – integram uma série. O apresentador, responsável por ler o texto inicial da matéria, também indica quem é o jornalista responsável pela reportagem.

*CABEÇA William Bonner - O Jornal Nacional vai exibir, nesta semana, uma série de reportagens especiais sobre um patrimônio brasileiro ameaçado. Um retrato rico e atual da Mata Atlântica, registrado pelo repórter José Raimundo. (Reportagem A)*

O repórter é o “líder de uma equipe de externa. Dá ritmo ao time, discute as necessidades do trabalho em campo, reúne as informações, faz as entrevistas e apronta o texto da reportagem”. (CURADO, 2002, p. 46) Portanto, mesmo com toda a dinâmica que envolve a produção do telejornal, conforme vimos no capítulo anterior, o repórter é o orador na reportagem televisiva, ou seja, aquele que assina a matéria jornalística e manifesta seu ponto de vista a partir da sua construção retórica. No presente estudo, o orador é o repórter José Raimundo.

Apesar de o apresentador William Bonner enfatizar que a primeira reportagem faz parte de uma série jornalística sobre a Mata Atlântica, o *lead* de todas as outras retomam essa informação, já que existe a possibilidade do telespectador não acompanhar todas as edições. Além disso, é importante manifestar para o público que o a reportagem veiculada é apenas um recorte de uma abordagem mais ampla.

Na **Reportagem B**, o exórdio contou com a atuação de dois apresentadores na bancada, o que permitiu uma maior dinâmica ao texto introdutório. Dentre as cinco reportagens, essa foi a única que teve uma participação dupla na leitura do *lead*.

*CABEÇA<sub>1</sub> Fátima Bernardes - O Jornal Nacional apresenta nesta semana uma série especial de reportagens sobre a agressão a um patrimônio brasileiro. A devastação impiedosa da Mata Atlântica.*

*CABEÇA<sub>2</sub> William Bonner - A destruição de uma floresta desequilibra todo o meio ambiente ao redor. E os primeiros a sofrer com isso são os animais. É o que José Raimundo nos mostra na reportagem de hoje.*

Além disso, enquanto eles apresentavam à série ao público uma imagem bastante significativa fazia a composição da cena enunciativa. De um lado, o verde de uma Mata Atlântica rica, saudável. Do outro, uma floresta irreconhecível, destruída. Desta forma, o *lead* contou, ainda, com o apelo da imagem para despertar a atenção do telespectador.



Figura 4 - William Bonner Reportagem B Figura 5 - Fátima Bernardes Reportagem B

Segundo o pensamento aristotélico, após essa abertura há o desenvolvimento do discurso, por meio de um raciocínio lógico, exposição dos fatos e as provas. Segundo Citelli (2007, p.12), “é parte do discurso persuasivo a prova que se diz. A credibilidade do argumento fica dependente da capacidade de comprovar as afirmativas”. É o que também acontece com a narrativa jornalística. Ela é estruturada de acordo com o grau de importância da informação e agrupada de maneira coerente. Além disso, as provas são fundamentais para validar o discurso do repórter. A notícia é confirmada, muitas vezes, pela versão das fontes (os testemunhos) e apresentação de documentos oficiais. Os telejornais contam, ainda, com o recurso visual para comprovar que um fato realmente ocorreu.

A etapa final do discurso retórico é o epílogo, definido por Aristóteles ([séc.IV a.C]) como o desfecho. É a última oportunidade do orador para assegurar a fidelização do público, por isso cabe a ele retomar os principais pontos abordados durante a sua fala. Na prática jornalística, o repórter não tem essa chance. Ele somente apresenta as informações, dados e depoimentos, não resumindo para a audiência os aspectos mais relevantes da sua reportagem.

O discurso persuasivo defende, ainda, a utilização de uma linguagem comum, simples e direta, como também recomendam os manuais de jornalismo. O cuidado com a linguagem é também uma preocupação recorrente da prática do jornalismo ambiental e científico, conforme destacou Bueno (1984). “Pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência”. (BUENO, 1984, p. 19).

De acordo com Melo (2006, p.119), é dever do profissional que trabalha com divulgação científica “utilizar uma linguagem capaz de permitir o entendimento das informações pelo cidadão comum”. E vai além: “o jornalista é um profissional que deve ser capaz de codificar qualquer informação para o grande público, independentemente da sua especificidade [...]”.

Aristóteles ([séc.IV a.C]) também destaca o distanciamento do orador ao afirmar que ele não é o causador dos fatos que expõe. Essa também é uma *práxis* do jornalismo, já que os repórteres se posicionam fora do acontecimento, recorrendo a outros componentes para demonstrar a existência do evento, como entrevistas realizadas com os envolvidos na situação, as testemunhas que presenciaram o ocorrido, especialistas do assunto em questão, enfim, as fontes.

O jornalista deve, portanto, reunir provas para atingir o máximo de exatidão na informação divulgada. Nesse aspecto, o telejornal conta com um ponto a seu favor: o suporte televisivo. Ao contrário dos jornais impressos que podem somente inserir fotografias nas reportagens como provas documentais e o rádio somente provas sonoras, a televisão reúne esses dois aspectos. O mesmo ocorre com as novas tecnologias, a exemplo da *Internet*. Como o presente trabalho contempla o campo televisivo, nos limitaremos a ele.

Na série **A Nossa Mata**, observamos que as reportagens ganham força no processo argumentativo com as provas que são apresentadas. Na televisão, a palavra precisa estar casada com a imagem, logo o orador não deve citar um fato sem mostrá-lo para não tornar o seu discurso vazio. E foi justamente isso que o repórter José Raimundo fez. Ao exibir o funcionamento de uma carvoaria dentro da Mata Atlântica, na **Reportagem A**, ele apresentou o flagrante.

*OFF<sub>8</sub> - É também na calada da noite que a mata vira fumaça, carvão. Essa carvoaria já foi fechada, multada e insiste em não obedecer. No depósito mais de mil e quinhentos sacos. Na embalagem, uma mentira: produto de reflorestamento. A prova do crime está nos fornos.*



Figura 6 - Depósito da carvoaria Reportagem A      Figura 7 - Embalagem do crime Reportagem A



Figura 8 - Madeira no forno Reportagem A

Na **Reportagem C**, o orador mostra qual o destino das madeiras retiradas da Mata Atlântica. Muitas delas foram transformadas em móveis. Com o recurso visual, o telespectador pode constatar a veracidade da informação transmitida pelo repórter. Afinal de contas, a imagem coincide com aquilo que o orador diz.

*OFF<sub>1</sub> - Quem vê tanta terra abandonada onde a mata crescia, não imagina qual foi o destino de milhões de árvores que tombaram. Galho de jequitibá virou pé de mesa. A peroba foi parar no chão da sala.*



Figura 9 - Jequitibá virou pé de mesa Reportagem C      Figura 10 - Peroba chão da sala Reportagem C

Como podemos observar, toda argumentação é seletiva. Ela utiliza determinados elementos previamente escolhidos e se preocupa com a forma de torná-los presentes. Nesse sentido, o telejornalismo possui a vantagem do recurso visual para que haja a presença, um fator essencial para a argumentação, e que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p.126), atua diretamente sobre as emoções do auditório.

Podemos afirmar, portanto, que se uma das inquietações do orador é ocasionar a presença por meio da palavra daquilo que considera importante para a argumentação, nas reportagens televisivas o objeto mostrado pode ocasionar uma adesão que somente com uma descrição seria incapaz de provocar. Por isso, a imagem é um auxílio valioso para o processo argumentativo. É através dela que o jornalismo televisivo se ancora e costura seu discurso

utilizando outras vozes, muitas vezes, explícitas (as fontes), como destacamos no segundo capítulo deste estudo.

Na Antiguidade Clássica, Aristóteles ([séc. IV a.C]) já antecipava a importância da precisão para persuadir e convencer seus ouvintes. No caso do jornalismo, ela está diretamente relacionada com a apuração do fato, a credibilidade da fonte, as provas e a sensibilidade do jornalista para evocar aquilo que é mais relevante.

Ao mesmo tempo, a atividade jornalística apela para a objetividade e a imparcialidade que, por muito tempo, foram referência para a precisão do texto elaborado por jornalistas, mas que são totalmente desconstruídas na perspectiva retórica. Isso porque o discurso é atravessado pela intencionalidade. “A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende ‘neutro’, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade”. (KOCH, 2008a, p. 17)

#### 4.1.1 Condições para argumentação

Para que haja a argumentação, o orador precisa inicialmente eleger a tese que deve ser defendida e identificar para qual tipo de problema ela é resposta. Exatamente como ocorre com o texto jornalístico. Antes de elaborar a reportagem, o repórter é orientado sobre o enquadramento que deve seguir, de acordo com a linha editorial do veículo. Ele começa a idealizar antecipadamente a proposição que deve ser sustentada e quais elementos deverá utilizar para conseguir o seu objetivo. Para tanto, o jornalista que atua em televisão recebe uma pauta com instruções do viés a ser seguido, bem como informações sobre as fontes e detalhes de imagens para compor o VT (*videotape*).

No jornalismo seriado televisivo essa lógica ocorre da mesma maneira, entretanto, é necessário definir um tema macro, sendo apreciado sob diversas ópticas. Na série **A Nossa Mata** a tese principal é a destruição da Mata Atlântica e seus impactos ao meio ambiente. Para uma abordagem mais completa, os assuntos que envolvem essa temática foram distribuídos em cinco reportagens – conectadas entre si – para que pudesse contemplar variados olhares em torno dessa questão. Todas as reportagens seguem a estrutura do discurso retórico proposto por Aristóteles.

A **Reportagem A** defende a tese de que a destruição da Mata Atlântica é crescente, podendo ser evitada pela população.

*OFF<sub>1</sub> - Era desse jeito: exuberante, rica, o paraíso da fauna, fonte da vida, berço das nascentes. Essa floresta ocupava 15% do território brasileiro. Se estendia por um milhão e trezentos mil quilômetros quadrados. Hoje, resta muito pouco, de acordo com as pesquisas da Fundação S.O.S Mata Atlântica.*

*OFF<sub>2</sub> - E continuamos a perder mesmo com todas as proibições. Nenhuma árvore pode ser derrubada na Mata Atlântica. Nenhuma atividade madeireira pode funcionar.*

A **Reportagem B** sustenta a ideia de que os animais também estão sumindo da Mata Atlântica, seja em decorrência do desmatamento ou por meio da atuação dos caçadores.

*OFF<sub>2</sub> – Traficantes, caçadores, são os maiores inimigos da fauna, além do desmatamento. Das 400 espécies ameaçadas de extinção no Brasil 70% estão na Mata Atlântica, em pequenas ilhas de floresta.*

A **Reportagem C** apresenta a tese de que o uso de madeira ilegal decorrente da Mata Atlântica é reflexo do desperdício e da falta de consciência da população, setor privado e entidades governamentais.

*PASSAGEM<sub>1</sub> - Algumas extravagâncias revelam o nível de consciência ecológica de muitos brasileiros. Isso aqui poderia ser uma cerca normal, mas o dono desse sítio resolveu sacrificar a mata para cercar toda a propriedade dele com esse muro imenso de madeira.*

Na **Reportagem D**, o orador tenta persuadir o seu auditório de que é possível lucrar com a mata sem precisar devastá-la.

*PASSAGEM<sub>1</sub> - O compromisso mais importante do dono de uma reserva particular é com a preservação. Vantagens? São várias. A floresta pode se transformar numa fonte de renda. Dá para ganhar dinheiro, por exemplo, com o turismo ecológico e com a educação ambiental.*

Por fim, a **Reportagem E** defende a tese de que existem programas voltados para a conservação da Mata Atlântica, apresentando o projeto Corredores Ecológicos e os seus benefícios para a floresta.

*PASSAGEM - Tirar os animais silvestres do isolamento, permitir que eles circulem em toda a Mata Atlântica e assim evitar a extinção de muitas espécies. Esse é o desafio do projeto Corredores Ecológicos.*

Além da tese, a segunda condição para argumentação pontuada por Abreu (A.S, 2006, p.38), é a existência de uma linguagem compatível com o auditório. Nesse quesito, a prática jornalística já é extremamente cuidadosa. Os jornalistas partem do pressuposto de que

precisam se comunicar com um público variado, daí a necessidade de uma linguagem simples, clara e direta. A terceira condição refere-se ao contato amistoso com o auditório. Por isso, é fundamental o conhecimento prévio daqueles que se aspira conquistar. A quarta e última circunstância está relacionada à ética, ou seja, o orador deve discursar de forma transparente e honesta, despertando um atributo importante para a argumentação: a credibilidade.

#### 4.1.2 O auditório

Como vimos na página 87, o auditório é denominado como o conjunto de pessoas que o orador deseja exercer influência com sua argumentação. Por isso, o auditório detém um papel primordial no processo argumentativo, cabendo a ele determinar a qualidade da argumentação e a maneira como os oradores devem se comportar. Por isso, compete àquele que busca persuadir idealizar um auditório hipotético bastante próximo daquele que enfrentará.

Nessa perspectiva, o auditório atua como um termômetro para quem profere o discurso. Isso porque o orador não está preocupado com a verdade, mas com a verossimilhança que só se torna válida ao corresponder às expectativas do auditório, ou seja, ele precisa falar o que o seu público quer ouvir. “O importante na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.27)

Ainda segundo os autores, existem três principais tipos de auditório: particular, individual e universal. O auditório particular é formado por um ouvinte ou por um grupo específico, enquanto o auditório individual se constitui pelo próprio locutor, a exemplo dos diários pessoais, monólogos, entre outros. Já o auditório universal é aquele que constitui a Humanidade em geral. Diante da sua amplitude, eles reconhecem a dificuldade em conseguir a adesão diante de um público tão complexo e diverso, debulhando um novo olhar sobre esse tipo de auditório.

O auditório universal é constituído por cada qual a partir do que sabe de seus semelhantes, de modo a transcender as poucas oposições de que tem consciência. Assim, cada cultura, cada indivíduo tem sua própria concepção do auditório universal, e o estudo dessas variações seria muito instrutivo, pois nos faria conhecer o que os homens consideraram, no decorrer da história, *real, verdadeiro e objetivamente válido*. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.37, grifo do autor)

Nesse contexto, é comum o orador almejar persuadir um auditório heterogêneo, contemplando pessoas com valores e situações socioeconômicas diferentes. É o caso do *corpus* deste estudo. Conforme destacou Bonner (2009, p.18), os telespectadores do *Jornal Nacional* são brasileiros de “todas as idades, todos os níveis de escolaridade, todas as faixas econômicas etc, etc”.

Por conta disso, foi necessário estabelecer diversos critérios para divulgar um determinado assunto com a finalidade de atingir tanto o morador de Manaus quanto o de Porto Alegre, por exemplo. A ideia era não enfatizar uma determinada região em detrimento de outra modificando, inclusive, expressões com conotações distintas a depender da localização geográfica. O *feedback* da audiência foi fundamental para que isso ocorresse.

Nos primeiros anos, no boletim do *Jornal Nacional* “tempo bom” significava dia de sol e “mau tempo”, dia de chuva, até que alguns telespectadores passaram a reclamar. No Nordeste, castigado pela seca, “sol” queria dizer tempo ruim. A partir de então, passou-se a ter o cuidado de não empregar o adjetivo “bom” ou “mau” para se referir ao tempo, usando no lugar as expressões “dia ensolarado” e “dia chuvoso”. (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.39, grifo do autor)

Além de ser transmitido em rede nacional, o programa jornalístico também alcança diversos países do mundo através da Globo Internacional<sup>33</sup> e do próprio site do telejornal que disponibiliza na íntegra as suas edições, ampliando, ainda mais, a sua audiência. Por isso, é válido ressaltar, que quando uma fonte jornalística concede uma entrevista ao repórter do *JN*, o auditório não é o jornalista, mas sim os milhares de telespectadores que assistem a atração.

Nesses casos, o indicado é utilizar inúmeros argumentos para cativar o seu auditório, além de utilizar diversos meios, como músicas, paisagem, imagens, iluminação, entre outros, afinal, “é a arte de levar em conta, na argumentação, esse auditório heterogêneo que caracteriza o grande orador”. (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.24)

Foi exatamente o que notamos na série **A Nossa Mata**. Para aproximar os variados telespectadores do *Jornal Nacional* à temática ambiental e, com isso, conseguir a adesão do público, o orador inseriu nas reportagens depoimentos de entrevistados com perfis e argumentos distintos, a exemplo de pesquisadores, professores, estudantes, agricultores, empresários, ambientalistas, representantes governamentais, entre outros.

<sup>33</sup> Há 11 anos, a programação da Rede Globo ultrapassa as fronteiras. Totalmente em português, a TV Globo Internacional atinge aproximadamente 5,5 milhões de pessoas, incluindo brasileiros, portugueses e lusófonos. Atualmente, o canal pago está disponível em 115 países, com aproximadamente 550.000 assinantes nos cinco continentes: África, Américas, Ásia, Europa e Oceania. A transmissão é 24 horas. As informações foram retiradas do site [www.tvglobointernacional.globo.com](http://www.tvglobointernacional.globo.com). Acesso em 4 fev. 2011.

Ele apostou, ainda, nos recursos audiovisuais – que fazem parte da natureza do telejornalismo – para impactar a audiência. Cenas fortes, como árvores caindo no chão, madeiras sendo transportadas de forma ilegal, serrarias funcionando dentro da mata e o sofrimento dos animais atingidos pelos caçadores, foram utilizadas para ampliar a chance de aceitação do auditório a preservar as florestas brasileiras.

#### **4.1.3 O acordo**

Para provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses apresentadas – como objetiva a retórica – é necessário estabelecer um contato intelectual entre o orador e o auditório. Essa aproximação no campo das ideias se articula por meio de um acordo que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p.73), tem por objeto aquilo que é presumidamente admitido pelos ouvintes/leitores.

Nesse sentido, qualquer acordo está fundamentado em duas categorias: a relativa ao real e a relativa ao preferível. A primeira engloba os fatos (aquilo que todos aceitam sem discussão), as verdades (tudo que se diz sobre um fato) e as presunções (suposições fundamentadas dentro daquilo que é normal ou verossímil).

Já a segunda se caracteriza pelos valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Os valores estão vinculados à multiplicidade de grupos e são fundamentais para aquele que deseja persuadir. Ele precisa identificar previamente quais as crenças, princípios e normas do auditório que pretende obter a adesão.

Existem valores universais que são aqueles acolhidos por todos, como o belo, feio e verdadeiro. Além disso, eles podem ser concretos, quando vinculados a uma pessoa, um grupo determinado ou objeto particular; ou abstratos, que são aqueles passíveis de crítica. Por não considerarem um ente vivo, os valores abstratos são usados como critérios para modificar uma ordem estabelecida, a exemplo da justiça, amizade e honestidade.

Como os valores variam de pessoa para pessoa e estão diretamente relacionados a fatores históricos, culturais e ideológicos, é necessário instituir um grau de importância para eles. Por isso, Abreu (A.S, 2006, p.77) afirma que “[...] se dois grupos possuem os mesmos valores, mas em escalas diferentes, acabam por configurar dois grupos diferentes”. Nesse sentido, a hierarquização dos valores é decisiva numa argumentação não somente pelos valores em si, mas porque possuem intensidades díspares que vão fazer toda a diferença no processo argumentativo.

Para ordenar os valores do auditório, os gregos utilizaram algumas técnicas conhecidas como lugares (*topoi*). Eles funcionavam como locais virtuais de fácil acesso dos oradores para que pudessem ter argumentos disponíveis nos momentos de necessidade, conforme pontuou Abreu (A.S, 2006, p.81). Nessa perspectiva, os lugares são primordiais para as premissas, já que atuam como argumentos previamente aceitos pelo auditório.

Eles podem ser de quantidade (a preferência por algo baseado numa valorização da quantidade), qualidade (valoriza o único, o que é raro), ordem (superioridade do anterior sobre o posterior), essência (superioridade da essência humana em relação às diferenças étnicas), pessoa (tem a ver com o aspecto humano dos indivíduos) e existente (superioridade do que existe, do que é atual e real, sobre o possível).

#### 4.1.3.1 Série **A Nossa Mata** e o telespectador: acordo firmado?

Numa perspectiva macro, a série **A Nossa Mata** tem como o fato a destruição da Mata Atlântica e as verdades são todas as informações que sustentam a ideia de que a mata está sendo aniquilada (depoimentos, dados científicos, imagens de antes e depois, entre outros). As presunções, por sua vez, transitam em torno da possibilidade de desaparecimento da floresta e os impactos ambientais que causarão não somente para a fauna e para a flora, mas também para a sobrevivência da espécie humana.

Com um formato diferenciado, ela possui cinco reportagens, sendo que cada uma delas também busca a sua adesão individual. Portanto, a **Reportagem A** tem como fato a ameaça a um dos patrimônios brasileiros mais valiosos: a Mata Atlântica. As verdades são as provas que mostram o cenário anterior e atual da floresta, com imagens e pesquisas divulgadas pelo órgão que defende a manutenção da mata, além dos flagrantes de pessoas desmatando a área em plena luz do dia. Diante disso, as presunções direcionam para a extinção da Mata Atlântica em até 30 anos, como destacou o orador.

A **Reportagem B** apresenta como fato o desequilíbrio ambiental causado pela devastação, destacando como verdade o sofrimento dos animais que tiveram o seu *habitat* destruído e invadido por homens e mulheres. A presunção é que muitas espécies podem desaparecer da Terra. Já na **Reportagem C** o fato é a destruição impiedosa das árvores por meio da ação humana. A verdade é a utilização de madeira de forma indiscriminada por muitos brasileiros, que visam apenas os seus próprios interesses e não possuem um compromisso ambiental. A presunção é que a falta de conscientização poderá acarretar o fim da Mata Atlântica.

A **Reportagem D** traz como fato as reservas particulares como alternativa de renda para quem precisa sobreviver da mata. As verdades são as explicações do orador sobre os benefícios das RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural), além de exemplos e ilustrações utilizados para evidenciar o fato. As presunções giram em torno da possibilidade de lucrar com a floresta sem danificá-la.

Por fim, a **Reportagem E** encerra a narrativa jornalística da série mostrando como fato a recuperação da mata. Como verdade, o orador mostra que com o projeto Corredores Ecológicos é possível resgatar a vegetação local. As presunções apontam que é possível retirar os animais do isolamento, permitir que eles circulem livremente e assim evitar a extinção de muitas espécies.

Os valores do auditório previamente levantados pela reportagem se dão a partir dos valores-notícia, conforme vimos no capítulo anterior, que antecipam o interesse da população por determinados assuntos, como proximidade e significado. Esses valores-notícias perpassam, antes de tudo, por valores coletivos. Na série **A Nossa Mata** reconhecemos valores como bem-estar do próximo, da humanidade e da natureza.

Para hierarquizá-los, o repórter José Raimundo utilizou alguns argumentos previamente admitidos pelo auditório. Nesse sentido, foi possível identificar na série a utilização dos lugares da argumentação, preconizados pelos gregos na Antiguidade Clássica. O lugar de quantidade, por exemplo, se faz presente na **Reportagem A**, quando o orador prioriza os números de eucaliptos plantados no lugar da floresta.

*OFF<sub>14</sub> - Entre o extremo sul da Bahia e o Espírito Santo, a floresta foi substituída por mais de 500 mil hectares de eucalipto, matéria-prima das indústrias de celulose e papel.*

Ao contrário do lugar da quantidade há o lugar da qualidade, que valoriza aquilo que é exclusivo, único e raro. Na **Reportagem D**, por exemplo, o orador destaca uma árvore, entre tantas outras, por ser uma raridade.

*OFF<sub>5</sub> - Muitas outras raridades são encontradas aqui. Embaixo da gameleira, um registro de outra espécie ameaçada.*

*PASSAGEM<sub>2</sub> - Não parece, mas isso aqui é uma raiz gigante que curiosamente cresceu como um tronco na superfície da terra. Raiz de uma das árvores mais perseguidas pelos madeireiros: o jequitibá. Uma raridade hoje em dia. Esse aqui tem mais de 70 metros.*

Sobe som

*Repórter - E qual é a idade desse jequitibá?*

*Henrique Berbert, dono da fazenda – Foi feito um cálculo por um botânico, um pesquisador aqui da reserva, de 500 e poucos anos de idade para esse jequitibá.*

*Repórter - A idade do Brasil?*

*Henrique Berbert, dono da fazenda – É. Provavelmente quando Cabral chegou aqui, esse jequitibá estava nascendo.*

Na **Reportagem B** identificamos o lugar de ordem, o argumento que postula a superioridade do primeiro pelos demais. A reportagem traz a lista das cidades que mais conservaram a floresta, destacando aquela que aparece no topo do *ranking*.

*NOTA PÉ - A Fundação SOS Mata Atlântica fez uma relação das 100 cidades que mais preservaram a floresta até agora e destacou 10 onde há mais áreas de mata nativa. Na Bahia, Barro Preto e Uruçuca; em São Paulo, Ilha Bela, Ubatuba, Iporanga, Tapiraí e Pedro de Toledo. No Paraná, Morretes e Antonina. No Rio Grande do Sul, Riozinho. E a capital da Mata Atlântica, segundo a pesquisa, é Florianópolis.*

O orador recorreu, ainda, ao lugar de essência ao inserir na **Reportagem E** uma fonte como representante de uma categoria. Nesse contexto, o entrevistado representa a essência daquilo que seria um professor, ou seja, um profissional comprometido com pesquisas e atento a novos saberes.

O repórter fez questão de destacar a instituição que o docente atua, uma referência não meramente informativa, mas diretamente relacionada à credibilidade da fonte. No jornalismo é muito comum nomear o entrevistado de acordo com o seu exercício profissional mais impactante. Neste caso, o orador não quis intitulá-lo como pesquisador, mesmo tendo discursado apenas sobre um estudo que realizou sobre a Mata Atlântica. O *status* de professor vinculado a uma Universidade Federal teve um apelo mais forte.

*OFF<sub>6</sub> - Este professor da Universidade Federal do Rio concluiu uma pesquisa que revela as vantagens da preservação. Ele cruzou dados econômicos do censo do IBGE com estudos do Ibama e da Fundação S.O.S Mata Atlântica.*

Nessa mesma reportagem reconhecemos o lugar de pessoa, que tem como característica a superioridade das pessoas em detrimento de quaisquer outros aspectos. Na declaração de Seu Almir, que foi agregada ao discurso do orador, ele traz esse lugar ao esclarecer por que resolveu preservar a natureza ao seu redor. Em seu discurso, o que prevalece é o aspecto humano.

*SONORA Seu Almir - Ele produzindo e preservando a natureza, ele está preservando a gente, tá preservando a família, tá preservando o vizinho e tá preservando os animais.*

Diante disso, observamos que a estrutura do texto jornalístico segue a mesma composição prescrita por Aristóteles e também respaldada por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), ou seja, o discurso jornalístico traz sempre o fato, a verdade e as presunções, bem como reconhece antecipadamente alguns valores importantes para a adesão da audiência. Além disso, utiliza os lugares da argumentação. Diante disso, não é exagero afirmar que o discurso jornalístico é um discurso persuasivo por excelência.

#### 4.2 A TRIÁDE RETÓRICA: *ETHOS, PÁTHOS E LÓGOS*

Após abordarmos o ponto de partida para a argumentação – as condições, o auditório e o acordo –, chegamos ao coração da retórica: os meios ou provas de persuasão. De acordo com o pensamento aristotélico a arte retórica fundamenta-se, primordialmente, por meio de provas, uma espécie de demonstração. Isso porque tanto para Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005) como para Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), o que está em questão na Retórica não é o conteúdo, ou seja, as ideias do orador, mas sim os elementos que são utilizados para conseguir o consentimento por parte do ouvinte.

Nesse sentido, Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005) identificou três meios que vão interferir nesse processo que envolve um orador, um auditório e uma linguagem. As provas persuasivas desenvolvidos pelo filósofo grego são classificados em não-técnicos ou não-artísticos, que são as evidências concretas do fato e existem independentemente do papel do orador, como as testemunhas, as leis e os tratados, e técnicos ou artísticos, que são aqueles incorporados à argumentação do próprio orador. Os técnicos são divididos em três grupos: o *ethos* (caráter do orador), o *páthos* (as emoções despertadas pelo orador em seu auditório) e o *lógos* (o próprio discurso argumentativo).

Para Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005, p.37), pode-se persuadir pelo caráter quando o discurso é pronunciado de tal forma que venha a causar a impressão de que o orador é honesto e bem intencionado. Pela disposição dos ouvintes é possível persuadir quando eles são conduzidos a emoções no decorrer do discurso, já que o julgamento do auditório transita pelos sentimentos, como amor ou ódio. Por fim, persuade-se pelo discurso quando são apresentadas as verdades ou aquilo que pareça verdadeiro.

Santana Neto (2005, p.22) ressalta, entretanto, que os três elementos da persuasão não concorrem entre si, pelo contrário, eles são complementares para todo o movimento

argumentativo. “Na realidade, o tipo de argumento utilizado intervém também na construção e na imagem do orador, na exteriorização de seus sentimentos e em sua capacidade de inflamar o auditório”. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que a sinergia entre o *ethos*, *páthos* e *lógos* é o segredo para conseguir a adesão do auditório.

#### 4.2.1 *Ethos*: a imagem do orador

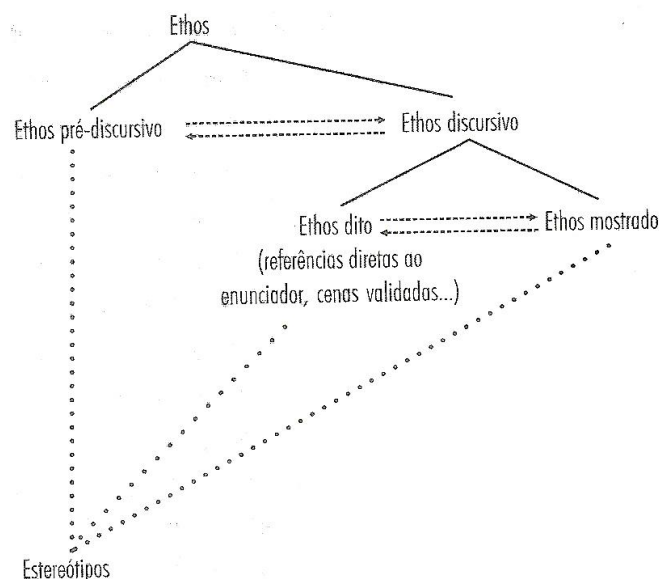
Na visão aristotélica é possível persuadir pelo caráter quando o orador consegue transmitir no próprio discurso uma imagem de boa fé e honestidade, sem a influência de uma opinião prévia sobre a conduta daquele que profere o argumento. Ao estabelecer uma relação de confiança com o auditório, torna-se mais fácil a sua adesão. Por isso, para Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005, p.96) o *ethos* é o principal meio de persuasão.

Com o avanço dos estudos em torno da Retórica, a noção de *ethos* tem sofrido algumas transformações. Maingueneau (2008) é um dos precursores desse estudo moderno e investiga o *ethos* na perspectiva da análise do discurso francesa (AD). Para ele, a persuasão também não se estabelece se o auditório não puder ver no orador um homem que tenha o mesmo *ethos* seu. Essa identificação é importante para a aceitação do ouvinte/leitor.

Em sua reformulação, o autor preconiza que o orador não tem controle daquilo que diz, contrariando a perspectiva aristotélica. Ele questiona, ainda, outro aspecto do *ethos* de Aristóteles ([séc.IV a.C]), no que se refere à imagem daquele que profere o discurso. Para Maingueneau (2008), não se pode rejeitar a construção de representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que se pronuncie, porque o ato de projetar imagens prévias do orador faz parte do próprio ato de enunciação. Por isso, ele estabelece a diferença entre *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*.

O primeiro refere-se ao conceito de *ethos* dos gregos e o segundo remete-se a um conhecimento antecipado que o auditório possui sobre o orador e que fará diferença para a adesão dos argumentos. Esse conceito também engloba os casos em que o auditório desconhece o caráter do enunciador, mas que pelo fato de estar inserido num determinado gênero traz pistas de seu posicionamento ideológico e que pode incitar expectativas em torno do *ethos*.

O *ethos discursivo* pode ser dividido em *ethos dito* (o discurso) e o *ethos mostrado* (tom de voz, expressões faciais, postura, os gestos, entre outros). A interação de todas essas instâncias compõe o que Maingueneau (2008) intitulou como *ethos efetivo*, conforme a figura abaixo (In:AMOSSY, 2008, p.83):

Gráfico 1: *Ethos*

O *ethos* no discurso jornalístico televisivo está presente sob diversas formas, afinal, a estrutura das reportagens possui como peculiaridade a participação de co-oradores, ou seja, pessoas que complementam o processo argumentativo proposto pelo repórter. É o caso dos apresentadores do *Jornal Nacional*, Fátima Bernardes e William Bonner, responsáveis por contextualizar a reportagem para o auditório. É importante destacar que há mais de 13 anos eles estão à frente do telejornal e, além de serem colegas de bancada, são casados e possuem três filhos – referenciais que, de certa forma, também norteiam o *ethos pré-discursivo* dos jornalistas. Bonner possui, ainda, um duplo papel na redação, já que é o editor-chefe do *JN*, podendo retirar, inserir ou corrigir previamente o discurso do repórter.

Nesse sentido, os demais editores da reportagem – que lidam diretamente com o orador e, com isso, acoplam o seu pensamento às ideias do repórter – e os entrevistados também constroem a própria imagem durante a fala. Mesmo havendo essa distinção entre repórter e fonte, o discurso jornalístico na televisão se compõe graças a essa junção.

Ao escolher um trecho de uma determinada fonte e não de outra, o repórter e o editor comungam com a perspectiva de que aquilo que foi dito ali representa, mesmo que nas entrelinhas, um posicionamento a favor ou contra do repórter, que precisa estar ajustado com a linha editorial do veículo. Não é sem propósito a inserção dos entrevistados na narrativa jornalística. Na **Reportagem E**, por exemplo, o repórter cedeu espaço para uma turista opinar sobre a paisagem da Mata Atlântica. Ela questionou como alguém pode ter coragem de

devastar tanta beleza, nos permitindo inferir que esse ponto de vista é compartilhado pelo orador.

*SONORA Tatiana Viana (turista) - Não dá para entender como as pessoas têm coragem de destruir uma maravilha dessa. Isso é muito lindo.*

Utilizamos o termo co-orador para destacar as importantes relações implícitas e explícitas presentes na prática jornalística e que, sem dúvida, colaboram para que o movimento argumentativo ocorra com amplitude. Nesse sentido, podemos afirmar que o repórter é, de fato, o principal orador numa reportagem, mesmo recebendo interferências e contribuições da equipe de trabalho e das fontes.

Diante disso, propomos investigar o *ethos* do repórter José Raimundo, enquanto orador/condutor determinante para a realização da reportagem. Não nos interessa, nesse primeiro momento, tentar diagnosticar no discurso do repórter a influência dos editores. É um trabalho que requer outro arcabouço teórico e que foge da proposta do presente trabalho.

Nesse sentido, realizamos uma investigação do *ethos* numa perspectiva estritamente pragmática. O *ethos pré-discursivo* de José Raimundo traz ao imaginário coletivo um profissional experiente, o que lhe rendeu admiradores no País. Ele começou na TV Bahia, afiliada da Rede Globo, em 1989, já como correspondente do *JN*. Antes desse período, ele atuou em outras emissoras, como TV Itapoan, TV Aratu, TV Globo de São Paulo, entre outras<sup>34</sup>.

Há 22 anos, José Raimundo é o responsável por elaborar reportagens especiais, prioritariamente, no estado baiano para as atrações jornalísticas da rede, entre elas, o *Jornal Nacional* e o *Globo Repórter*. O que não significa dizer que não possa fazer matérias em outra cidade. Quando há necessidade, a emissora o desloca para cobrir um fato fora do eixo da Bahia.

José Raimundo teve reportagem reconhecida internacionalmente, como *Trabalho do menor*, exibida pelo *Globo Repórter*, em 1994, recebendo diploma de honra ao mérito no Festival de Filme e Televisão de Nova York<sup>35</sup>. Além disso, está vinculado ao principal jornal da televisão brasileira e nunca se envolveu em escândalos na carreira, realizando um trabalho ético e sério. Isso tudo colabora para uma imagem prévia positiva para que o seu discurso seja bem aceito pelo auditório. A prova disso é que a última reportagem da série **A Nossa Mata**,

<sup>34</sup> Informações baseadas na entrevista concedida pelo repórter ao site Ibahia. Disponível em <http://ibahia.globo.com/especiais/diadojornalista/joseraimundo.asp>. Acesso em: 1 dez. 2010.

<sup>35</sup> Segundo registro do site Memória Globo, disponível em <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-238604,00.html>. Acesso em: 1 dez. 2010.

inscrita no “Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica”, foi a vencedora do concurso realizado em 2005, um ano após exibição da matéria<sup>36</sup>.

Em relação ao *ethos dito*, o discurso do repórter Jose Raimundo ergue uma imagem de um orador engajado e humano. Durante a argumentação, ele esboça a sua preocupação com o meio ambiente, independentemente do seu papel ali, naquele instante, como repórter. Essas pistas reforçam o seu caráter e permite um olhar mais atento por parte do auditório. Na **Reportagem B**, por exemplo, ele verbaliza a sua esperança e confiança em dias melhores para a Mata Atlântica ao utilizar a expressão “tomara que seja verdade”.

*OFF<sub>16</sub> - Depois da reunião, uma promessa. Espingardas, gaiolas, tudo no fogo, para simbolizar o fim da perseguição aos animais. Tomara que seja verdade.*

Na **Reportagem C**, ele ressalta a sua posição contrária à postura de alguns fazendeiros. Para ele, parece ser inadmissível cercar a área de um terreno com madeira. Uma verdadeira afronta para a sustentabilidade da mata. Isso ficou claro com os termos escolhidos para imprimir a sua ideia. Ele utiliza o substantivo “farra”, um termo popular, que não somente tem o sentido de excesso e desperdício, mas também como um momento de diversão, reforçando o contraste entre a ação e a seriedade que o tema impõe.

Além disso, recorre ao adjetivo “caprichos” para explicar a finalidade do uso das árvores derrubadas. Fica evidente, por exemplo, que tal ato poderia ter sido evitado, já que é uma extravagância, uma atitude egoísta e, ao mesmo tempo, sem necessidade de sobrevivência.

*OFF<sub>2</sub> - Uma farra de madeira só pra satisfazer caprichos de fazendeiros. Vejam as cercas que protegem os pastos: na horizontal, em vez de arame, quilômetros de braúna. Talvez por isso, a espécie esteja ameaçada de extinção.*

Num outro trecho, ainda na mesma reportagem, ele retoma a sua repulsa pelo uso indiscriminado de madeiras oriundas da Mata Atlântica, manifestando o seu engajamento. O repórter apresenta para o telespectador que até mesmo os equipamentos públicos utilizam em excesso a madeira, sendo que deveriam ser os primeiros a preservar o patrimônio natural. O fato demonstra a ausência de consciência das autoridades, que deveriam atuar em prol da sustentabilidade com políticas públicas assertivas, mas, ao contrário, avigoram a desarmonia entre o poder público e a natureza.

---

<sup>36</sup> Dados extraídos do site oficial do Prêmio de Reportagem sobre a Biodiversidade da Mata Atlântica: [www.premioreportagem.org.br](http://www.premioreportagem.org.br), na seção Galeria de Vencedores. Acesso em: 1 dez. 2010.

*OFF<sub>7</sub> - Nem os equipamentos públicos economizam. A rodoviária de Porto Seguro é também um exemplo de extravagância. Em muitas cidades do litoral brasileiro a Mata Atlântica parece ser a única matéria-prima da construção civil.*

Ao mesmo tempo em que José Raimundo demonstra uma personalidade austera, rígida com as suas convicções e com os seus posicionamentos, o seu *ethos mostrado* apresenta um orador transparente, afetivo, sensível e humano. Ele interage com os objetos cênicos, demonstra carinho pelos animais e pelas plantas e se envolve com as palavras pronunciadas.

Na **Reportagem A**, ele se abaixa no chão para mostrar ao telespectador o pó de serra ainda presente no local, uma prova que as serrarias continuam funcionando dentro da mata. Ele chama a atenção do auditório, como se estivessem interagindo face a face.



Figura 11 - José Raimundo Reportagem A

*PASSAGEM - Vejam só aqui quanto pó de serra. Assim, eles evitam o transporte das toras. Já levam tudo em forma de tábuas, pranchas, pra enganar a fiscalização.*

Na **Reportagem B**, José Raimundo acaricia uma preguiça-de-coleira internada após tentativa de captura na floresta. Um gesto de compaixão pelo animal que sofre com a ação de caçadores da região.



Figura 12 - José Raimundo Reportagem B

*PASSAGEM - Muitas dessas preguiças não resistem aos maus-tratos. Metade das que são internadas aqui no hospital morre antes de terminar o tratamento. É que esse é um animal muito sensível, dificilmente sobrevive fora da floresta. Até a alimentação é especial.*

Na **Reportagem E**, ele segura a planta com olhar fixo. O gestual denuncia a sua cumplicidade com a muda recém-nascida e, ao mesmo tempo, o seu discurso verbal mostra a sua preocupação com o futuro da espécie. Um *ethos mostrado* bastante humanizado.



Figura 13 - José Raimundo Reportagem E

*PASSAGEM - Esta é uma sapucaia recém-nascida. Brotou há menos de seis meses. Mas pra chegar ao tamanho daquela que existe lá na mata, de 40 metros, se der sorte, ela vai levar 100 anos crescendo. Quer dizer: o que o homem destroi em três, quatro minutos de moto-serra, a natureza precisa de pelo menos um século para repor.*

Nessa perspectiva, ressaltamos que o *ethos* é, de fato, um meio de persuasão valioso para argumentação. Observamos que a postura do orador e a forma como imprime o seu caráter para o auditório têm um peso favorável para a aceitação da tese. De um lado, a imagem de um homem idealista, rigoroso e firme nas suas convicções – importante para reafirmar a seriedade do tema – e do outro a imagem de um orador humano, sensível e confiante de que dias melhores virão.

Outro diferencial proposto por Maingueneau (2008) é a magnitude da construção do *ethos*, já que não se limitou à oralidade ou ao contexto judiciário. Para ele, é possível, ainda, estabelecer uma imagem nos textos escritos, por meio de uma vocalidade específica capaz de criar um “tom” daquele que escreveu e, com isso, construir um corpo para o enunciador, que não se refere a um corpo físico.

A leitura faz surgir uma instância subjetiva que atua como um fiador daquilo que é dito, permitindo ao leitor identificar, por meio de pistas textuais, um caráter (traços psicológicos) e uma corporalidade (imagem física) de quem enuncia. Esses dois aspectos se fundamentam por um conjunto de representações sociais e estereótipos que servem de apoio à enunciação. “O texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-

enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir “fisicamente” a um certo universo de sentido”. (MAINGUENEAU, 2008, p.73, grifo do autor)

Além disso, o *ethos* na noção da AD não é considerado um meio de persuasão, mas sim uma parte constitutiva da cena de enunciação proposta pelo discurso, composta pelas cenas ‘englobante’, ‘genérica e ‘cenografia’. A ‘cena englobante’ equivale a um tipo de discurso, como literário, religioso ou jornalístico, como é o caso deste estudo. A ‘cena genérica’ está associada a um gênero, ou seja, editorial, sermão, entre outros. No *corpus* investigado a ‘cena genérica’ é a reportagem telejornalística, enquanto a ‘cenografia’, que é uma cena apropriada para validar um determinado discurso, é a série **A Nossa Mata**, exibido pelo *Jornal Nacional*.

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p.362) também destacaram a importância da construção de uma imagem de si confiável por parte do orador. “Com efeito, o orador deve inspirar confiança; sem ela seu discurso não merece crédito”. Podemos afirmar, portanto, que o *ethos* é fundamental para legitimar a enunciação, seja na concepção aristotélica ou nas perspectivas modernas apresentadas.

#### **4.2.2 *Páthos*: paixão despertada no auditório**

Durante o processo argumentativo, o auditório é despertado por diversas emoções. Isso porque, segundo Aristóteles ([séc.IV a.C], 2000), as relações interpessoais se estabelecem por meio das paixões, que estão intimamente associadas ao prazer e ao sofrimento. Ele afirma, ainda, que “as paixões refletem, no fundo, as representações que fazemos dos outros, considerando-se o que eles são para nós, realmente ou no domínio de nossa imaginação”. (ARISTÓTELES, [séc.IV a.C], 2000, p.XLI).

Para comover o auditório, entretanto, é preciso conhecer a sua inclinação para determinadas emoções, ou seja, é necessário buscar a identificação com aqueles que devem ser persuadidos. Dentre as paixões mais comuns do auditório, o filósofo grego destacou algumas, a exemplo da cólera, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, imprudência, compaixão, indignação e inveja.

Assim como o *ethos*, o *páthos* também foi investigado numa perspectiva contemporânea. Partindo do pressuposto de que a paixão é uma poderosa estratégia de mobilização do auditório em favor de uma tese, Santana Neto (2005; 2008) propôs uma noção moderna de *páthos*, fundamentado nos estudos de Maingueneau, que desde a década de 1980 investiga o *ethos* discursivo.

Segundo Santana Neto (2005; 2008), o *ethos* visa a influência afetiva, pretendida e exercida pelo orador sobre o auditório com a finalidade de exercitar nele afetos suaves. Já o *páthos* visa a influência afetiva, pretendida e exercida pelo orador sobre o auditório com a finalidade de exercitar, favoravelmente a sua proposta, afetos violentos. Este grau afetivo leva à ação por meio de um impulso imediato e consiste na adesão à tese apresentada. (SANTANA NETO, 2008, p. 227)

Para ele, o *páthos* pode ser subdividido em dois: o *páthos pré-discursivo* e o *páthos discursivo*. O primeiro remete-se às emoções que o orador antecipa do seu auditório, enquanto o segundo são as emoções transmitidas pelo auditório durante o discurso. Esse último foi repartido em *páthos encenado* e *páthos do auditório*. Quando o orador recorre à cenografia para instaurar uma realidade verossímil das paixões reveladas pelos personagens há o *páthos encenado*, que, por sua vez, influencia o *páthos do auditório*, ou seja, a paixão propriamente dita despertada pelo discurso do orador.

No jornalismo televisivo há, apenas, o *páthos* pré-discursivo, já que o orador não tem um *feedback* do seu auditório, enquanto profere o seu discurso. Entretanto, podemos observar um forte apelo para a emoção do telespectador nas reportagens exibidas na televisão. O excesso dessa influência afetiva terminou deturpando a função do jornalismo que, muitas vezes, deixou de ser informativo e passou a ser sensacionalista com imagens impactantes, cenas trágicas e lágrimas, ocasionando uma espetacularização da notícia.

Para provocar a emoção no público, o repórter conta com recursos valiosos. A imagem, a interação com o cenário, tom da voz, a roupa, a forma como encara a câmera e a trilha sonora são mecanismos que favorecem a argumentação no ambiente televisivo. É dessa forma, que ele pode colocar em prática a sua performance.

Na série **A Nossa Mata**, por exemplo, o orador mostra cenas de maus-tratos aos animais, despertando indignação no auditório. Como se não bastasse o aniquilamento das florestas, os serralheiros ainda utilizam bichos para colaborar com a sua ação criminosa, conforme apresentou a **Reportagem A**. O boi foi usado para deslocar os troncos das árvores derrubadas. Além do peso, o animal levou chicotada de um homem como estímulo para realizar o trabalho. A cena evidencia a crueldade humana, bem como a total indiferença com a fauna e a flora. Na **Reportagem B**, o orador apresenta a aflição de alguns animais que sofreram algum tipo de abuso dos caçadores, conforme abaixo:

*OFF<sub>5</sub> - O boi sofre para arrastar os troncos derrubados no meio da reserva. Este tem uns 10 metros. (Reportagem A)*

*OFF<sub>1</sub> - O grito é de desespero, tristeza. São vítimas da perversidade. Este macaco foi capturado na mata para pagar o conserto de um carro. Vivia preso numa oficina. Este outro ficou órfão na fase de amamentação. (Reportagem B)*

A principal emoção na **Reportagem C** também é a indignação. Desta vez, o orador evidencia a falta de consciência de muitos fazendeiros, destacando o sentimento de revolta do técnico do Ibama em relação à construção de cercas de madeira. Essa indução também leva o auditório a concordar e se sentir da mesma maneira que o entrevistado.

*OFF<sub>3</sub> - Do outro lado, o espaço entre as estacas é tão pequeno que revoltou o técnico do Ibama.*

*SONORA José Augusto Tosato (técnico do IBAMA) - Olha aqui: tem cerca de 30 centímetros de uma estaca pra outra. Isso é um absurdo. A distância normal poderia ser dois, dois metros e meio. Quem tem dinheiro pra gastar com tanta madeira, poderia muito bem fazer uma cerca como aquela, uma cerca de concreto. Desta forma, estaria preservando muito mais a Mata Atlântica.*

Apesar de defender o uso de madeira de forma sustentável, o técnico do Ibama transmitiu uma informação completamente equivocada. Se por um lado, a substituição de cerca de madeira por cerca de concreto reduz a destruição das árvores, por outro há os impactos ambientais ocasionados pela construção de muros, contrariando a lógica da sustentabilidade. Isso porque os materiais utilizados são obtidos por meio da extração de recursos naturais, como areia, cimento, aço, entre outros. Além disso, a produção de resíduos sólidos e líquidos no processo de construção pode causar a impermeabilização do solo. (SIRKIS, 2008, p.216)

Nas reportagens ligadas ao meio ambiente é comum buscar a adesão por meio do *páthos* da culpa, mostrando que o cenário de degradação ambiental decorre da ação humana. Ora, se tudo isso ocorre com a participação de homens e mulheres, significa dizer que somos todos culpados. De forma generalizada, o repórter comprova que a devastação da Mata Atlântica poderia ser evitada se a população tivesse uma maior conscientização ambiental. O desmatamento, a tortura aos animais, a morte de muitos deles, o uso de madeira ilegal, entre outros, são mostrados sempre associados ao descaso de homens e mulheres com a natureza.

Essa emoção, resultado de um conflito, pode causar diferentes impactos no auditório. O primeiro, talvez o que tenha inspirado o orador a utilizá-la, pode fazer com que o público repense alguns hábitos, passando a agir de forma mais sustentável. O segundo é capaz de

causar rejeição da audiência. Muitos dos telespectadores podem não concordar com essa paixão, porque vivem em outra realidade ou região do País.

Além disso, o orador não explica o que leva muitas pessoas a violentar a natureza. Durante a reportagem, há certa tendência a pensar que agir dessa forma é uma questão de escolha e que todos os criminosos sabem que estão agindo de má fé. Quando, ao contrário, muitos precisam utilizar a mata para sobreviver e desconhecem a ilegalidade. Se eles deveriam saber e não sabem é preciso partir para a esfera da educação, inclusive, a ambiental ainda distante para muitos brasileiros.

Observamos que essas hipóteses não foram pensadas previamente pelo repórter e que a sua abordagem defende a floresta sem levar em consideração, de fato, o meio ambiente. É o que acontece na **Reportagem C**. Ele transmite a conversa que teve com um vendedor de objetos de madeira, na beira da estrada, por meio de um recurso bastante usado pelo repórter, o *sobe som*, que significa inserir o áudio ambiente ou mostrar para o telespectador a sua interatividade com a fonte sem precisar estar com o microfone posicionado como numa entrevista tradicional.

De forma rasa, ele termina expondo o jovem. Em nenhum momento, questiona se ele tem ciência de que não é permitido utilizar madeira de árvores nobres para quaisquer finalidades. Ele também não apura os motivos que o levaram a vender as peças de artesanato. O orador somente expõe, mas não reflete e não ultrapassa o senso comum aprisionado a uma visão elitista.

*OFF<sub>6</sub> - Nas margens das estradas, árvores nobres são exibidas como peças de artesanato. Produção industrial, distribuída para todo o país.*

Sobe som

*Repórter – O que é isso aqui?*

*Artesão – Isso aqui é uma “trevesa”, em formato de peixe.*

*Repórter – Uma bandeja em formato de peixe. Que madeira é?*

*Artesão - Parajú.*

*Repórter – E pra onde é que vocês mandam isso aqui?*

*Artesão – Isso aqui nós manda pra qualquer lugar do Brasil que nós achar comprador nos estamos mandando.*

Dentre outras paixões identificadas nas reportagens, estão a compaixão e o amor. Na **Reportagem B**, o orador mostra essas emoções por meio de uma bióloga, que se dedica à recuperação de muitos animais. Durante o seu discurso, ela não resiste às lágrimas. A oportunidade que o orador precisava para comover o seu auditório.

*OFF<sub>10</sub> - Mais de 90 preguiças já foram salvas pelas mãos de Vera. Ela se emociona quando consegue devolver à natureza um animal que estava condenado à morte. Mas fica apreensiva.*

*SONORA Vera Lúcia (bióloga) - Cada vez que a mata vai embora, ele também está indo embora. Dá uma dor no coração em saber que é uma espécie que nós vamos conhecer em museu.*

Ao encerrar a última reportagem, o sentimento de esperança toma conta do orador, que, pela primeira vez na série, recorre ao epílogo postulado por Aristóteles ([séc. IV a.C]). Ele deixou a emoção vir à tona, vislumbrando a possibilidade de mudança do atual cenário da floresta, despertando, entre inúmeros sentimentos, o nacionalismo. O texto traz a expressão “povo brasileiro”, evidenciando a unicidade desse contexto e reforçando que todos os habitantes do Brasil estão no mesmo patamar e precisam defender o seu patrimônio.

Como recurso persuasivo, o orador utilizou uma trilha sonora enquanto mostrava imagens de animais livres percorrendo pelo seu *habitat*, da destruição das florestas e de turistas apreciando as belezas naturais do lugar. Como símbolo da esperança, ele mostrou um pôr do sol, representando um recomeço, afinal, hoje a realidade é essa, mas com o amanhecer é possível desenhar uma nova história para a Mata Atlântica.



Figura 14 – Encerramento da série **A Nossa Mata**

*OFF<sub>14</sub> - A floresta que já foi a mais rica do planeta, mais do que nunca, precisa de socorro. O remédio depende de todos nós, de todo o povo brasileiro.*

Todas essas estratégias de sensibilização visam tocar o auditório de forma íntima e pessoal, estimulando-o a reagir contra a atual situação da Mata Atlântica. O uso da emoção aumenta a probabilidade dos telespectadores agirem de forma mais harmônica com a natureza. Por isso, em conformidade com Meyer ([1950], 2007, p.38), ressaltamos que a paixão é um poderoso reservatório para mobilizar o auditório em favor de uma tese.

### 4.2.3 *Lógos*: o discurso propriamente dito

O *lógos*, que é considerado a parte mais importante da oratória por ser o discurso propriamente dito, traz tipos de argumentos que vão facilitar a adesão do auditório. Entre eles, Aristóteles destacou os argumentos lógicos, que se apresentam como as induções (utilização de exemplos) e as deduções, intituladas pela retórica como entimemas. O entimema, que também foi denominado como silogismo retórico, é um tipo de raciocínio em que as premissas não se referem àquilo que é verdadeiro, mas àquilo que é verossímil, ou seja, o que se constitui em verdade a partir de sua própria lógica.

Ao comparar o raciocínio com a indução, Aristóteles ressalta que a segunda tem maior poder persuasivo por ser mais acessível aos sentidos e estar ao alcance das pessoas, independentemente do seu grau de instrução.

A indução é, dos dois, a mais convincente e mais clara; aprende-se mais facilmente pelo uso dos sentidos e é aplicável à grande massa dos homens em geral, embora o raciocínio seja mais potente e eficaz contra as pessoas inclinadas a contradizer. (ARISTÓTELES, [séc.IV a.C], 1987, p.46)

Porém, para o pensamento aristotélico é a conclusão tirada das premissas apresentadas (silogismo), que carrega a força do convencimento (COTTA, 2002, p.64). Ausente da paixão tão manifestada por Aristóteles, o *lógos* de Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) é somente argumentativo. Segundo ele, enquanto o orador discursa o auditório ficará propenso a argumentar de maneira espontânea acerca do que lhe foi dito. Isso porque ao contrário do que ocorre com a demonstração, na qual os procedimentos ocorrem no interior de um sistema isolado, a argumentação se caracteriza por uma interação constante entre todos os seus elementos.

O ouvinte que percebe os argumentos não só pode percebê-los à sua maneira como é o autor de novos argumentos espontâneos, o mais das vezes não expressos, mas que ainda assim intervirão para modificar o resultado final da argumentação. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.213)

A Nova Retórica, entretanto, recorreu a esquemas, também intitulados como lugares da argumentação, diferenciados em ligação e dissociação. O primeiro consegue aproximar elementos distintos a uma mesma situação, visando estruturá-los de maneira positiva ou negativa um pelo outro. Os processos de dissociação são técnicas de ruptura, que visam

separar elementos considerados um todo. De acordo com o pensamento perelmaniano, ambas se complementam e operam em conjunto, mas a depender da forma de argumentação pode enfatizar se está favorecendo uma ou outra.

Os esquemas de ligação englobam os argumentos quase-lógicos – que apresentam força de convicção na medida em são comparados a raciocínios lógicos e matemáticos - e os argumentos baseados na estrutura do real, que estabelecem uma junção entre julgamentos admitidos e outros que se procuram promover.

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) realizaram um mapeamento minucioso desses tipos de argumentos. Os quase-lógicos se sustentam inicialmente na construção do argumento formal e depois em operações de redução, que permitem inserir dados comparáveis e semelhantes. Na série **A Nossa Mata** identificamos os seguintes argumentos quase-lógicos: contradição (enunciados incoerentes); ridículo (consiste em criar uma situação irônica); identidade (uso de conceitos e aplicação de uma determina classificação); análise (após a definição, há uma aplicação analítica dos dados apresentados); comparação (comparar objetos para avaliá-los entre si) e sacrifício (sistema de trocas, escambo).

Já o argumento baseado na estrutura do real, não está conectado a uma descrição do fato de maneira objetiva, mas sim, a pontos de vistas e opiniões referentes a ele. No objeto empírico deste trabalho foram encontrados vínculo causal (relação de causa e efeito); pragmático (aprecia um ato de acordo com as suas consequências positivas e negativas); os fins e os meios (apelo a uma mudança); desperdício (encoraja continuar uma ação já iniciada até alcançar êxito); propagação (alerta contra fenômenos); superação (possibilidade de ir além numa certa direção); autoridade (ato ou juízo de uma pessoa como meio de prova a favor de uma tese); grau e ordem (refere-se à intensidade e posição de um ato); exemplo (permite uma generalização); ilustração (reforça a adesão a uma regra); modelo (conduta a ser imitada) e antimodelo (conduta a ser rejeitada).

#### 4.3 OS ARGUMENTOS NA SÉRIE A NOSSA MATA

Conforme pontuamos no início deste capítulo, a argumentatividade se faz presente em todo o discurso. Afinal de contas, aquele que o profere não tem como finalidade apenas exibir as suas ideias, mas também pretende estimular o seu interlocutor a concordar com elas. Partindo desse pressuposto, investigamos os argumentos utilizados na série **A Nossa Mata** para melhor compreender as estratégias persuasivas empregadas pelo *Jornal Nacional* para

persuadir o seu telespectador a preservar a natureza, em especial, as florestas brasileiras e os animais.

Nas cinco reportagens da série, identificamos 19 tipos de argumentos, tendo como maior incidência o de autoridade, utilizado 45 vezes, o equivalente a 31% do total. Em segundo lugar está a ilustração com 21 inserções (15%). A terceira posição é ocupada pelo exemplo com 14 argumentos (10%). Na sequência, foram localizados os argumentos antimodelo com 6%, o equivalente a 9 utilizações, e os demais com percentual igual ou menor a 5%, tais como: fins/meios, pragmático, modelo, propagação, contradição, ridículo, entre outros. Segue, abaixo, o gráfico para melhor visualização.

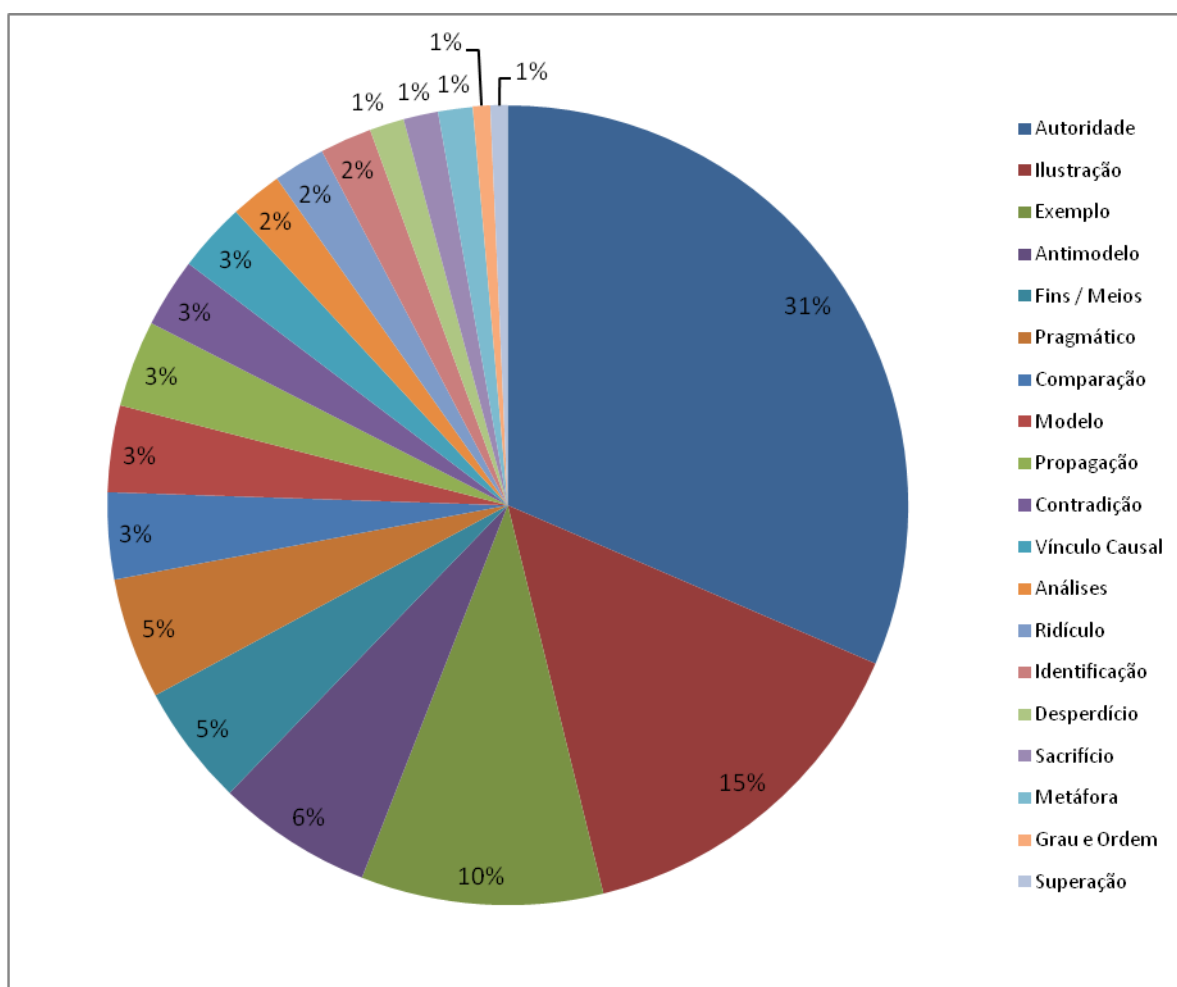


Gráfico 2: Estatística dos argumentos da série **A Nossa Mata**

Reconhecemos a importância de cada um deles para o processo argumentativo, mas para cumprir os objetivos propostos pelo presente trabalho a delimitação torna-se inevitável. Diante disso, priorizaremos para análise os argumentos de maior ocorrência, entre eles: Autoridade, Ilustração, Exemplo e Antimodelo. Além disso, investigaremos o Argumento

pelo Modelo para estabelecermos um contraponto com o Antimodelo, o Ridículo, por utilizar uma figura retórica, a ironia, e a Propagação, por ser um argumento inerente ao discurso do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, conseguiremos traçar não somente os mecanismos argumentativos presentes no discurso jornalístico voltado para a sustentabilidade, mas também poderemos constatar que todo e qualquer discurso é atravessado pela intencionalidade daquele que o pronuncia. Sendo assim, não há a imparcialidade ou neutralidade jornalística. Os argumentos utilizados nas reportagens carregam pensamentos, ideias e interesses do jornalista e da linha editorial do telejornal. Nesse sentido, podemos observar que o processo argumentativo não é aleatório e está diretamente relacionado com o ponto de vista do orador e também do auditório, já que é preciso haver uma sintonia entre eles para que a argumentação ocorra de forma bem-sucedida.

#### **4.3.1 Argumento de Autoridade**

O discurso que advém de uma autoridade utiliza o prestígio de uma pessoa ou um grupo como meio de prova para validar uma tese. Nesse tipo de argumento está imbricado a honra, a palavra e a credibilidade daquele que diz. “Com efeito, quanto mais importante é a autoridade, mais indiscutíveis parecem suas palavras”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.351)

Segundo os autores, o argumento de autoridade é extremamente relevante para os estudos argumentativos e, mesmo quando contestado, não deve ser tratado como irrelevante, porque, de fato, não é o argumento que está sendo colocado em xeque, mas a autoridade invocada. Normalmente, o argumento de autoridade atua de maneira complementar para a argumentação, por isso não é utilizado como uma única prova.

Na prática jornalística, o texto é construído por meio de outros discursos, tendo como critérios aqueles que representam credibilidade. Para selecionar o entrevistado é preciso checar se ele possui notoriedade e se está envolvido diretamente com a notícia. É necessário, acima de tudo, reconhecer o seu prestígio.

É o caso dos cientistas que, para o auditório, são pessoas dignas de crédito por trabalharem com dados, estatísticas e informações fundamentadas; as organizações oficiais, como Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e IBGE (Instituto Brasileiro e Geografia e Estatística); o discurso jurídico, porque, teoricamente, é imbuído de valores éticos e de justiça e o discurso religioso, entre outros.

Por isso, a alta incidência dos argumentos de autoridade na série **A Nossa Mata** não é surpreendente. O próprio tema ambiental requer explicações de pesquisadores nesse campo de estudo, o que não significa dizer que somente eles compõem o jornalismo especializado em meio ambiente, conforme explicamos no primeiro capítulo.

Na **Reportagem A**, por exemplo, José Raimundo apresentou ao seu telespectador um comparativo entre a Mata Atlântica, antes das grandes destruições, e o cenário atual. Mesmo com o auxílio da retórica da imagem, ele recorreu à autoridade da ciência ao citar o percentual de desmatamento. Para validar os números apresentados fez questão de ressaltar a origem da pesquisa, realizada pela Fundação SOS Mata Atlântica.

A credibilidade dessa organização sem fins lucrativos, que atua há 24 anos na luta pela preservação da floresta, permitiu a sua inserção na reportagem. Sem dúvida, existem outras instituições que desenvolvem trabalhos nesta área, mas para ganhar espaço na mídia precisa ter representatividade no imaginário coletivo, principalmente, para o telejornal de maior audiência do País, que busca atrair a atenção de milhares de brasileiros.

Entretanto, apenas reproduzir os números da entidade não foi suficiente para o orador. Como estratégia retórica, ele também permitiu que o representante da instituição explicasse – olhando para a câmera – o percentual de destruição, gerando maior respeito por parte do auditório à tese apresentada.

*SONORA Mário Montovani (SOS Mata Atlântica) – Nós fizemos uma destruição de 93% sem saber o que destruimos. Nós não sabemos o patrimônio que perdemos.*

Ainda na **Reportagem A** o repórter traz o argumento de autoridade, só que dessa vez recorre ao discurso jurídico para persuadir o telespectador de que existe uma legislação específica para preservar as florestas brasileiras.

*OFF<sub>11</sub> - Pelo Código Florestal Brasileiro, toda propriedade rural é obrigada a manter pelo menos 20% de mata nativa.*

Na **Reportagem B**, o orador mantém o discurso jurídico e mostra claramente que agir contra a natureza é crime, recorrendo à autoridade de um promotor do Ministério Público da Bahia. Durante uma reunião, ele informa quais são as punições previstas por aqueles que capturam os animais na mata. De forma estratégica, o orador sai de cena e mostra somente o encontro entre o promotor e os caçadores. Essa visibilidade numa perspectiva distanciada do repórter é fundamental para que o auditório entenda a gravidade do assunto, principalmente,

expondo a figura de um promotor de justiça, profissional encarregado pela lei de defender a qualidade de vida, direitos e patrimônio da sociedade.

Sobe som

*Promotor do Ministério Público (sem identificação) - Matar, perseguir, caçar ou apanhar animais silvestres em rota, que esteja em rota migratória, isso é crime, com pena que pode chegar a detenção de seis meses a um ano e multa.*

Muitos outros discursos presentes nas reportagens são legitimados por meio de informações científicas. Na **Reportagem B**, o repórter mostra que muitos animais sofrem maus-tratos dos caçadores e que mesmo depois de se recuperarem no centro de reabilitação eles voltam a correr risco na floresta. Para tanto, ele traz a explicação de um biólogo, que representa um argumento de autoridade nesse contexto. Podemos observar que o orador exibe o diálogo que teve com o especialista numa posição de aluno, como se estivesse aprendendo junto com o telespectador.

*SONORA Elbano Pascoal (biólogo) - Daí para frente é a luta pela sobrevivência. Eles terão que se adaptar ao ambiente, estabelecer seus territórios e se defender dos predadores.*

*Repórter – Mas não há garantia de que serão novamente capturados, não, né?*

*SONORA Elbano Pascoal (biólogo) - Infelizmente, não há nenhuma garantia de que eles não serão recapturados.*

Na **Reportagem E**, José Raimundo também cede lugar para que os próprios biólogos expliquem as alternativas para a recuperação da mata. Mesmo fazendo intervenções durante a narrativa jornalística, a autoridade se estabelece em seu discurso com a contribuição de pesquisadores. O que representa um mecanismo persuasivo fundamental para que o auditório tire as suas conclusões de acordo com a tese enfatizada.

*SONORA Luiz Paulo Pinto (biólogo) - É muito importante que os projetos de recuperação florestal estejam associados à recuperação dos recursos hídricos, rios, córregos porque a água é elemento essencial, não só para a fauna e para a flora, mas também para as comunidades humanas.*

No decorrer da argumentação, ele ressalta um estudo sobre as vantagens da preservação, por meio da fusão de três autoridades: o pesquisador, que ele faz questão de citar

a universidade de filiação; o IBGE, órgão de pesquisa oficial do País, e novamente a Fundação SOS Mata Atlântica, entidade com total respaldo na área florestal em destaque.

*OFF<sub>6</sub> - Este professor da Universidade Federal do Rio concluiu uma pesquisa que revela as vantagens da preservação. Ele cruzou dados econômicos do censo do IBGE com estudos do Ibama e da Fundação S.O.S Mata Atlântica.*

O discurso autoritário da ciência permitiu a convergência de outros argumentos, como análises e pragmático. Isso porque ao explicar a sua pesquisa, o pesquisador traz uma visão analítica das áreas desmatadas, inclusive, numa perspectiva socioeconômica, pontuando as consequências da destruição das florestas e o melhor caminho a ser seguido.

*SONORA Carlos Eduardo Young (pesquisador UFRJ) - Nós municípios onde havia mais desmatamento, não há nenhuma evidência de aumento de emprego. Pelo contrário, há uma leve tendência de diminuição de emprego acima da média. A gente ignora que o desmatamento traz um custo, perda de áreas de lazer, enchentes na época da chuva e seca na época do inverno. Você está com racionamento de água em São Paulo, porque nós temos perda de biodiversidade, nós temos processos de erosão. A grande mensagem é que é melhor, nessa região específica da Mata Atlântica, é melhor investir em conservação do que em desmatamento.*

É válido ressaltar que todas as reportagens da série **A Nossa Mata** utilizaram o argumento de autoridade. Para se ter uma ideia, o orador recorreu a esse argumento 13 vezes na **Reportagem A** e 15 vezes somente na **Reportagem B**, representando um quinto do total presente na série, entre discursos jurídicos e científicos. Já a **Reportagem E** usou esse argumento sete vezes, enquanto a **Reportagem C** e **Reportagem D** empataram com cinco inserções. Elas abordaram o destino das madeiras retiradas das árvores da Mata Atlântica e a possibilidade de lucrar com a floresta sem precisar destruí-la, respectivamente.

#### **4.3.2 Exemplo e Ilustração**

Por acreditar que seu papel é apresentar aquilo que é real para a opinião pública, podemos afirmar que o discurso jornalístico, em especial, o telejornalístico, recorre insistentemente aos argumentos pelo exemplo e ilustração, como estratégia de validar aquilo que diz ou mostra no campo visual. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p.402), o argumento pelo exemplo supõe um acordo prévio sobre uma possível

generalização por meio de casos particulares. Para ser invocado deverá ter estatuto de fato nem que este seja temporário.

Diante disso, observamos o argumento pelo exemplo na **Reportagem A**. Com a finalidade de mostrar que a Mata Atlântica está ameaçada de extinção, o orador aproveita para apresentar um local na floresta que está sendo bastante destruído. Por meio desse exemplo, ele tenta induzir o auditório a pensar de maneira generalizada, ou seja, se na Serra do Conduru está ocorrendo isso, certamente em outras áreas a situação é bastante semelhante.

*OFF<sub>3</sub> - Serra do Conduru, sul da Bahia. Esta é uma reserva ecológica que deveria estar protegida. Mas basta percorrer algumas trilhas para se descobrir que as leis ambientais não estão sendo respeitadas.*

Na **Reportagem D**, o exemplo foi inserido em outro contexto. Desta vez, como incentivo para o auditório. Ele mostrou que ao invés de integrar os locais de desmatamento, a Serra do Teimoso contempla um território bem aproveitado, graças a um projeto de reflorestamento intitulado RPPNs (Reservas Particulares de Patrimônio Natural), um parque ecológico reconhecido pelo Ibama.

*OFF<sub>2</sub> - Serra do Teimoso, município de Jussari, na Bahia. A fazenda de 200 hectares foi transformada em RPPN. Hoje, é um dos pontos mais visitados da Mata Atlântica.*

Na **Reportagem E**, o orador trouxe outro argumento pelo exemplo para mostrar que os biólogos estão trabalhando em prol da Mata Atlântica.

*OFF<sub>3</sub> – Serra da Jibóia, Recôncavo Baiano. Aqui, os biólogos buscam num pedaço de mata nativa, as sementes do reflorestamento.*

Da primeira até a última reportagem da série, José Raimundo mostrou a força argumentativa do exemplo. Além disso, ele apostou nas ilustrações. Ao contrário do exemplo, que possui a competência de fundamentar uma regra, a ilustração tem como função reforçar uma regra conhecida e já aceita para, a partir de casos particulares, conseguir explicar o enunciado geral. “Enquanto o exemplo deve ser incontestável, a ilustração, da qual não depende a adesão à regra, pode ser duvidosa, mas deve impressionar vivamente a imaginação para impor-se à atenção”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.407)

Para apresentar ao auditório que a caça de animais é um problema grave na Mata Atlântica, o repórter destacou quatro tipos de bichos que são imã dos criminosos. Eles

funcionam como um argumento de ilustração na **Reportagem B**, já que eles reforçam o fato propriamente dito, que gira em torno da possível extinção de animais na floresta. Além disso, eles conferem presença e antecipam o enunciado, características da ilustração.

*OFF<sub>11</sub> - Caititus, primatas, aves e pássaros. Eles estão sempre na mira da caça e do tráfico. A grande maioria morre em cativeiros. Na Mata Atlântica, apenas 30% dos animais que passam pelos centros de reabilitação ganham a liberdade de volta.*

O uso da ilustração no telejornalismo é, ainda, um recurso argumentativo de aproximação e até identificação com o telespectador. Isso porque é muito comum e corriqueiro no jornalismo televisivo a inserção de personagens para ilustrar a reportagem. Foi a forma que o jornalismo encontrou para humanizar a notícia.

Exatamente o que mostra a **Reportagem A**, quando José Raimundo revela a história de um morador das proximidades da mata que sofreu ameaças quando passou a protestar contra as indústrias de papel e celulose no extremo Sul da Bahia. Ele foi utilizado como ilustração para mostrar que a situação de exploração desenfreada na floresta é uma ofensa para quem reconhece o valor da natureza. Engajado, o personagem é um escultor polonês que transforma fragmentos de árvores em obras de arte. Até então, o discurso retórico do orador nessa reportagem era atravessado, em sua maioria, pelos argumentos de autoridade.

*OFF<sub>15</sub> - Este homem foi um dos primeiros a protestar e sofreu até ameaça de morte. Frans Krajcberg, escultor polonês naturalizado brasileiro, teve seu sítio incendiado duas vezes. Replantou tudo novamente. Ele transforma restos de árvores recolhidos nas queimadas em obras de arte. No museu que está construindo, quer deixar para as futuras gerações as imagens de sua revolta.*

*SONORA Frans Krajcberg (escultor polonês) - Que arte que eu devo fazer? Defender o que? As galerias ou a minha revolta? Isso é o meu grito.*

Na **Reportagem D**, o orador defende a ideia de que é possível sobreviver da mata sem precisar devastá-la com a ilustração do turismo ecológico e educação ambiental. Para tanto, mostra um grupo de professores e alunos de uma escola pública conhecendo mais sobre a natureza numa aula prática, dentro da reserva.

*OFF<sub>3</sub> - Nas trilhas, professores e alunos de uma escola pública. Estão conhecendo, pela primeira vez, uma floresta nativa que não sofreu nenhuma alteração. A nascente nunca secou. Fornece água para a fazenda e para os vizinhos.*

Apesar de não haver correlação entre Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) e o jornalismo, podemos afirmar que a prática jornalística se apropria perfeitamente do uso da ilustração na mesma perspectiva dos autores contemporâneos. “A verdade é que a ilustração é muitas vezes escolhida pela repercussão efetiva que pode ter”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.410)

### 4.3.3 Modelo e Antimodelo

Os argumentos modelares estão diretamente relacionados à conduta de uma pessoa ou um grupo de pessoas. Nesse sentido, determinada conduta objetiva estimular uma ação no auditório. Ela pode ser espontânea a uma imitação ou rejeição, no caso do antimodelo. “Não se imita qualquer um; para servir de modelo, é preciso um mínimo de prestígio”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.410)

Na argumentação proferida pelo repórter José Raimundo observamos que esses dois tipos de argumentos foram bastante utilizados. Abordar bons e maus exemplos não é um desafio para o orador quando se trata de um *lógos* focado numa temática ambiental. Parece, inclusive, uma tarefa simples por mostrar o descaso de muitos brasileiros com o verde. Nessa perspectiva, o repórter também fez um contraponto, ciente de que uma conduta exemplar poderá refletir no auditório e, com isso, mobilizar seu público a fazer o mesmo.

Na **Reportagem B**, o orador relata a iniciativa de uma bióloga em ajudar a salvar os animais doentes. Poderíamos pensar que essa é a sua função enquanto profissional, mas ela vai além. Segundo o repórter, Vera Lúcia não se preocupa somente com os cuidados físicos dos bichos, mas também se envolve emocionalmente com eles, dá afeto e carinho. É uma pessoa que se dedica a salvar vidas.

*OFF<sub>7</sub> - A bióloga Vera Lúcia montou um hospital só para cuidar da preguiça-de-coleira. Esse bicho dócil ficou desprotegido com o avanço do desmatamento. É um dos mais perseguidos.*

*OFF<sub>8</sub> - Remédio, mamadeira, carinho. Ela faz tudo o que pode para recuperar os doentes.*

Na **Reportagem E**, Seu Manoel, um fazendeiro que herdou uma área totalmente destruída, é uma referência a ser imitada. Por iniciativa própria, recuperou o lugar e por conta de seu desempenho recebe de presente diversas mudas de plantas produzidas em um viveiro

da região. E tudo isso, ele faz com amor. Sentimento exaltado pelo orador durante o seu discurso (*páthos*).

*OFF<sub>8</sub> - Seu Manoel é herdeiro de uma fazenda que foi totalmente desmatada. Mas há 15 anos ele começou a mudar a paisagem dos pastos. Toda semana, ganha de presente espécies que foram destruídas no passado.*

*OFF<sub>9</sub> - Por enquanto, Seu Manoel tem uma pequena floresta em fase de crescimento. Tudo plantado por ele.*

*SONORA Seu Manuel – É a minha grande paixão hoje é isso aqui.*

Em seguida, o orador mostra a história de Seu Almir. Ele mora num assentamento e plantou árvores frutíferas na terra que recebeu. Colaborou com os Corredores Ecológicos – projeto de preservação ambiental –, atraindo animais de volta à natureza. Ele também consegue se manter financeiramente com a produção. Seu Almir é um argumento pelo modelo. Sua ação deve ser imitada para quem vive da mata. Ele não precisa causar estragos na floresta para poder gerar a sua própria renda.

*OFF<sub>12</sub> - A família de seu Almir, que mora num assentamento, é um exemplo de como é possível se produzir sem precisar derrubar a mata. Plantou no lote que recebeu só árvores frutíferas. Contribuiu para os corredores ecológicos, trouxe os animais de volta e já começou a ganhar dinheiro com a produção. Por enquanto, três salários mínimos por mês. Seu Almir, agora quer convencer os vizinhos a fazer a mesma coisa.*

*SONORA Seu Almir - Ele produzindo e preservando a natureza, ele está preservando a gente, tá preservando a família, tá preservando o vizinho e tá preservando os animais.*

Atitudes que devem ser rejeitadas também fazem parte da argumentação do repórter José Raimundo. Apresentar más condutas é um recurso persuasivo para que o telespectador reflita sobre ações que violentam a natureza. Na **Reportagem A**, o orador mostra o flagrante de um homem serrando troncos de árvores derrubadas.

A conversa entre eles foi inserida na reportagem como uma forma de mostrar ao auditório que aquele que pratica o desmatamento reconhece que é ilegal. Com esse argumento de antimodelo, ou seja, aquilo que não deve ser imitado, o auditório tende a concordar com o orador. Nesse caso, fica mais do que evidente que não há conscientização ambiental por parte de alguns integrantes da sociedade.

*OFF<sub>4</sub> - Mais uma clareira. Mais árvores no chão. O homem da moto serra tentou se explicar*

Sobe som

*Repórter: Se a polícia chegar aqui dá tempo correr?*

*Homem: Não, que correr que dá?*

*Repórter: E aí?*

*Homem: Falo que só derrubei essa, porque tá aí amostra.*

*Repórter: E aquelas outras lá?*

*Homem: É a mesma.*

*Repórter: É a mesma árvore?*

*Homem: É a mesma.*

Na mesma reportagem, mais um argumento pelo antimodelo. Desta vez, Seu Antônio, um pecuarista que destruiu mais de 95% da mata e quer transformar em pasto a pouca área que restou. Apesar de mostrar esse mau exemplo, o orador deixa escapar que essa atitude talvez ocorra em consequência da falta de conhecimento prévio de Seu Antônio. Para o pecuarista, não existe nenhum problema ambiental utilizar a área verde para a pecuária, desde que conserve um rio próximo.

*OFF<sub>12</sub> - Seu Antônio já destruiu mais de 95% e quer transformar em pasto o pedacinho que sobrou.*

Sobe som

*Repórter - Então, se o senhor tirar aquele resto de mata ali não vai lhe fazer falta nenhuma?*

*Seu Antônio (pecuarista) - Não. Eu largando a água, vai fazer falta de quê? Nenhuma.*

*OFF<sub>13</sub> - Seu Antônio ainda não entendeu que em área de serra derrubar a mata pra plantar capim dá prejuízo.*

Na **Reportagem C**, o antimodelo foi utilizado através dos grandes fazendeiros da região. Eles dão vazão ao exagero, utilizando muitas madeiras apenas para cercar a sua área.

*OFF<sub>5</sub> - Ele contorna toda a área do sítio. Pelo menos mil e quinhentos metros de extensão. Só aqui, são mais de cinco mil estacas.*

*SONORA José Augusto Tosato (técnico do IBAMA) - Isso demonstra que uma mata recentemente foi destruída, provavelmente aqui mesmo no sul da Bahia.*

Como pudemos observar, a referência a um modelo tem como finalidade impulsionar determinados comportamentos, já o antimodelo atua como um contraste. Na série **A Nossa Mata**, os mecanismos modelares tiveram um papel importante no processo argumentativo para mostrar que, mesmo diante de um cenário desfavorável, é possível fazer a diferença na floresta.

#### 4.3.4 Outros argumentos

Alguns argumentos não tiveram tanta incidência durante o discurso persuasivo do orador, mas merecem ser pontuados para uma maior compreensão das técnicas argumentativas utilizadas. É o caso do argumento pelo ridículo, utilizado na **Reportagem C**. O repórter mostra para o telespectador o diálogo que teve com o proprietário de um hotel que utiliza a madeira sem qualquer preocupação ambiental.

Sobe som

*Repórter - O senhor tem uma ideia de quantos metros de madeira o senhor tem aqui no seu hotel?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel - Assim, de cabeça, não. Mas, acredito que alguns, uns 300 metros cúbicos ou mais.*

*Repórter: Uma floresta tem aqui dentro, não é?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel: Uma floresta, bem aproveitada.*

Após a conversa, o orador fez questão de ressaltar o seu descontentamento com a falta de conscientização do proprietário. Ele continuou pontuando as extravagâncias do estabelecimento, causando certo constrangimento para o telespectador. O ridículo é uma forma de repudiar um comportamento esdrúxulo, desde que não seja necessário o uso da violência. “Fica de imediato ridículo aquele que peca contra a lógica ou se engana no enunciado dos fatos, contanto que não o considerem um alienado ou um ser que nenhum ato pode desqualificar, por não gozar do menor crédito”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.233-234)

O argumento pelo ridículo ocorre muitas vezes com a utilização da ironia, como podemos observar, abaixo, no discurso do orador.

*OFF<sub>9</sub> - Seu Ivan fez questão de mostrar em sua floresta morta, uma preciosidade que não existe mais. Os quartos do hotel são de jacarandá.*

Aristóteles e Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) apontam o valor argumentativo das figuras de linguagem, como a ironia. Por isso, mesmo não havendo incidência significativa no *corpus* deste trabalho, acreditamos ser relevante pontuar a influência das figuras retóricas no discurso persuasivo. Segundo Meyer ([1950], 2007, p.82), a metáfora ocupa um lugar central em relação todas as outras figuras, porque, assim como Aristóteles, acredita ser a precursora das demais.

Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) analisam a metáfora como sendo uma analogia condensada no processo argumentativo, o que significa dizer que a metáfora pode tornar uma analogia admissível. “Toda analogia – afora aquelas que se apresentam em formas rígidas como a alegoria, a parábola – torna-se espontaneamente metáfora”. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.457)

Na série **A Nossa Mata**, identificamos uma metáfora na **Reportagem A**. O representante da entidade SOS Mata Atlântica, Mário Montovani, estabeleceu uma analogia entre a destruição da mata e um paciente em estado terminal. O discurso metafórico é, ainda, impregnado de apelo emotivo, sem dúvida, uma estratégia para comover o público (*páthos*).

*SONORA Mário Montovani (SOS Mata Atlântica) - É como se tivéssemos um doente com 7% de possibilidade de viver numa UTI e em vez de estar sendo colocado lá o sangue nós tivéssemos drenando o pouco que resta. Isso não pode continuar. Nós temos que tentar de todas as formas recuperar esse ser que é a Mata Atlântica, porque estaremos recuperando a nós mesmos.*

Outro argumento que também merece destaque é o de propagação. Ele é um tipo de argumento de direção e tem como finalidade alertar contra alguns fenômenos. Por ser uma reportagem essencialmente ambiental com foco na sustentabilidade, é perceptível a necessidade do orador se ater à futurologia, ou seja, a previsões de que se não houver uma mudança drástica de hábitos e posturas a Mata Atlântica será extinta. É o que mostra a **Reportagem A** em trechos distintos.

O primeiro traz um alerta à população sobre os efeitos da devastação florestal, atuando concomitantemente com o argumento de autoridade da ciência, nesse caso, representado pelos botânicos. O segundo mostra a previsão dos ambientalistas.

*OFF<sub>6</sub> - Os botânicos dizem que essa região concentra a maior biodiversidade do planeta: 456 espécies vegetais por hectare. Uma raridade ameaçada de desaparecer.*

*OFF<sub>16</sub> - Pelos cálculos dos ambientalistas se a destruição continuar, nos próximos 30 anos, a Mata Atlântica vai desaparecer do mapa.*

O discurso argumentativo na **Reportagem B** também contempla o argumento de propagação, seguindo uma tentativa de antever o amanhã.

*Repórter: E qual o futuro desses animais?*

*SONORA Saturnino Neto (biólogo) - O futuro infelizmente é a extinção. Corremos o risco, daqui a 50 anos, não encontrar mais espécie em seu ambiente natural, na floresta.*

Nessa perspectiva, podemos ressaltar que os argumentos de propagação são bastante comuns no jornalismo ambiental, já que, muitas vezes, visa alertar à população sobre fenômenos de grande impacto para a sobrevivência humana. Prova disso é a repercussão de notícias sobre o aquecimento global, falta de água e previsões de catástrofes naturais.

Sendo assim, podemos notar que o discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável proferido pelo *Jornal Nacional* se sustenta por meio do argumento de autoridade, basicamente ancorado no discurso científico, além de estabelecer uma aproximação ou rejeição do telespectador em relação aos entrevistados. Ora, o repórter recorre ao argumento pelo modelo como uma forma de incentivar o seu público a imitar a postura e o comprometimento ambiental da fonte, ora ele apresenta um comportamento completamente contrário às perspectivas da sustentabilidade. Por meio do antimodelo, a audiência passa a repudiar tal atitude e, com isso, começa a fiscalizar a ação do próximo, bem como repensar os seus próprios hábitos.

Além disso, o repórter ridiculariza a atuação daquele que abusa dos recursos naturais, causando certo constrangimento para o telespectador. A vergonha ocasionada também pode servir de incentivo para que o público jamais adote a mesma postura e comece a enxergar a natureza com maior cautela, parceria e como patrimônio coletivo.

## 5. CONCLUSÃO

Com o presente estudo foi possível concluir que o discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável é um discurso persuasivo por excelência. Isso porque identificamos semelhanças entre a estrutura da narrativa do jornalismo ambiental e o funcionamento discursivo voltado para a persuasão, preconizado tanto pela Retórica de Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005), quanto pela Nova Retórica defendida por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005).

Assim como orienta a retórica aristotélica, o repórter inicia a reportagem por meio de uma abertura inicial (*lead*), cuja finalidade é despertar a atenção do público. Em seguida, ele desenvolve as suas ideias a partir de um raciocínio lógico, recorrendo ao uso de testemunhos e provas para demonstrar o fato (as fontes e os documentos oficiais). A conclusão, por sua vez, nem sempre é tão evidente quanto a que propõe o filósofo grego, mas está presente, mesmo que de forma implícita, na argumentação.

Além disso, para que o processo argumentativo ocorra com êxito é preciso conhecer os valores do auditório. Na *práxis* jornalística eles são previamente identificados por meio dos valores-notícia, que são os critérios de seleção que determinam quando um assunto deve ser noticiado, tais como proximidade, necessidade de sobrevivência, impacto, entre outros.

Os mecanismos argumentativos se valem, ainda, da tríade *ethos*, *páthos* e *lógos*, elementos-chave para o mecanismo persuasivo. O *ethos* aristotélico está diretamente associado ao caráter do orador, ou seja, à imagem que ele projeta durante o seu discurso. Numa perspectiva contemporânea, Maingueneau (2008) traz um conceito mais amplo em torno do *ethos* dividindo o *ethos discursivo* em *ethos dito* (o próprio discurso) e *ethos mostrado* (postura, tom da voz, gestos, entre outros). Ele defende, ainda, a existência de um *ethos pré-discursivo*, isto é, uma imagem do orador construída previamente pelo auditório antes mesmo dele iniciar o seu discurso.

Nesse sentido, o repórter José Raimundo, considerado o orador do *corpus* do presente estudo, ergue uma imagem antecipada de um homem sério, responsável e consciente da sua função enquanto profissional de comunicação, visto que durante os seus 22 anos de telejornalismo nunca se envolveu em escândalos e sempre se destacou com reportagens premiadas. Durante a série **A Nossa Mata**, ele manteve essa mesma postura, mostrando para o telespectador a sua seriedade, o seu engajamento com as questões ambientais ao denunciar abusos de empresários e das autoridades, a sua preocupação em preservar a natureza, o seu

lado humano que, a todo instante, se revelou ao interagir com os animais de forma afetiva. Sem dúvida, uma imagem de honestidade e boa fé capaz de mobilizar o auditório a acreditar naquilo que diz.

Ao aflorar a sua consciência ambiental deixando claro para o telespectador que não assume um papel apenas de repórter, mas de cidadão que reconhece a importância de conservar o patrimônio natural, ele apela, de certa maneira, para as emoções do auditório. Essas paixões representam o *páthos* que, segundo Santana Neto (2005; 2008), pode ser subdividido em *páthos pré-discursivo* (emoções que o orador antecipa do seu auditório) e *páthos discursivo* (emoções transmitidas pelo auditório durante o seu discurso). No caso do telejornalismo, vimos que só é possível o *páthos pré-discursivo*, já que não há um contato face a face entre o orador e o auditório, impossibilitando o *feedback* capaz de nortear o repórter enquanto profere o seu discurso.

De forma geral, as paixões tornaram-se ainda mais evidentes no processo argumentativo no ambiente televisivo. O orador utiliza recursos visuais e sonoros para levar o público até a cena exibida, como se eles estivessem presenciando o fato em questão. Nesse sentido, ele mostrou florestas sendo destruídas e animais sofrendo maus-tratos, inseriu imagens espetaculares, opiniões de entrevistados que representam uma parcela da população (personagens) e despertou no auditório emoções como indignação, culpa, piedade, compaixão e esperança.

A última reportagem encerra a série com a ideia de que o atual cenário da Mata Atlântica pode ser superado por meio de atitudes sustentáveis e da união do povo brasileiro, exaltando outro sentimento, o nacionalismo. Todas essas paixões enaltecem o lado emotivo do auditório, permitindo, assim, uma maior sensibilização e, ao mesmo tempo, uma possível aceitação da tese apresentada.

Ciente de que o telespectador do *Jornal Nacional* é bastante heterogêneo, uma vez que atinge a população brasileira em múltiplas partes do País e até mesmo do mundo, o discurso propriamente dito (*lógos*) contou com diversos argumentos para persuadir o auditório sobre a importância de agir de forma ecologicamente correta. Entretanto, os argumentos de maior incidência identificados neste estudo foram os de autoridade, principalmente, ancorados no discurso hegemônico da ciência e no discurso jurídico; os argumentos pelo exemplo e ilustração, que, por meio de casos particulares, tendem a induzir o telespectador a generalizar uma situação; os argumentos modelares que atizam o auditório através da representação de um ideal, ou seja, um modelo a ser imitado e, em oposição, o antimodelo, que traz uma conduta a ser rejeitada.

Observamos, ainda, que o discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável aposta no argumento de propagação, evidenciando para o público que o uso desmedido dos recursos naturais poderá ocasionar uma catástrofe ambiental. Daí a necessidade de preservar a natureza hoje, mantendo-a sadia para as próximas gerações, conforme a lógica da sustentabilidade. Podemos afirmar, portanto, que os três meios de persuasão – *ethos*, *páthos* e *lógos* – atuaram de forma complementar, exercendo influência entre si durante o mecanismo argumentativo.

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, que, como já vimos, investigou as estratégias retórico-argumentativas utilizadas nas reportagens ambientais do *JN*, percorremos por alguns caminhos essenciais para a realização do presente estudo. De antemão, percebemos que a problemática desenvolvimento sustentável ultrapassa a fauna e a flora, trazendo à tona questões de ordem política, econômica, cultural e social, entre outras. Diante disso, o discurso jornalístico voltado para a sustentabilidade precisa evocar todas essas esferas para cumprir o seu papel de divulgador do desenvolvimento sustentável, tema prioritário no jornalismo especializado em meio ambiente, que, dentre outras funções, desloca a informação ambiental da comunidade científica para o campo social.

No caso da série **A Nossa Mata**, o repórter não avançou numa abordagem multidisciplinar da sustentabilidade. A cobertura jornalística, muitas vezes rasa e direcionada pelos pesquisadores da área, trouxe pistas das influências históricas do jornalismo ambiental, que ora denuncia, questiona e adota um caráter militante, ora é seduzido pelo marketing verde e ora atua como subárea da ciência. Essas vertentes evidenciam a mobilidade do discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável que, como qualquer outro, não pode ser visto de forma engessada até mesmo pela própria natureza dinâmica do jornalismo.

No meio televisivo, o jornalismo especializado em meio ambiente teve de se adequar às peculiaridades do suporte audiovisual, reunindo texto, imagem e som num breve espaço de tempo. Nesse sentido, ressaltamos as séries de reportagens como um formato promissor para abordar a temática ambiental, ultrapassando a superficialidade das matérias na televisão que duram, em média, um minuto e trinta segundos. Por meio do jornalismo seriado, os assuntos podem ser mais bem explorados, possibilitando um jornalismo mais interpretativo e menos declaratório.

Apesar de a retórica não levar em consideração o conteúdo, mas sim as estratégias utilizadas para persuadir o auditório, o presente estudo fez questão de lançar um olhar crítico em relação ao enquadramento das reportagens, bem como a utilização de determinadas fontes ao invés de outras, por reconhecer que nenhuma escolha é aleatória. O fato do discurso jornalístico de desenvolvimento sustentável pregar a importância de cuidar do meio ambiente

o difere, pelo menos no campo das ideias, do jornalismo não-especializado que, ainda no século XXI, defende a possível neutralidade e imparcialidade dos jornalistas durante a elaboração das reportagens.

Nesse sentido, os estudos retórico-argumentativos nos permitem investigar o texto jornalístico sob uma óptica distante da perspectiva romântica e utópica do exercício do jornalismo. Por meio da argumentatividade, torna-se evidente a participação intencional do profissional de imprensa que, durante a captação, elaboração e edição das informações, imprime posicionamentos e pontos de vistas. Não existe discurso neutro, porque não há palavra neutra.

Na produção da notícia tudo pode se modificar: o texto, as imagens, os editores, o enquadramento da notícia, o tom da voz, a composição visual, os gestos, entre outros. O que não pode mudar, mesmo, é a certeza de que aquele que profere o discurso também está presente naquela trama de palavras, porque o fato de escolhê-las já o transfere para o universo das intenções.

Sendo assim, esperamos que esta dissertação contribua para os estudos do campo da retórica, bem como para a prática jornalística, incluindo, o exercício do jornalismo ambiental. Além disso, sugerimos que este trabalho seja continuado por outros pesquisadores, objetivando afirmar ou contestar as hipóteses aqui levantadas, além de ampliarem o *corpus* com a inserção de outras obras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 11. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2006.

ABREU, Míriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa**: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável. Florianópolis: EdUFSC, 2006.

ABREU, Míriam Santini de. Desenvolvimento sustentável, jornalismo insustentável. In: VICTOR, C. et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print, 2009. p.31-48.

AFONSO, Cíntia Maria. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade**: uma ruptura urgente. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. Campinas, SP: UNICAMP, 1998. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

ARBEX, José; TOGNOLI, Cláudio Júlio. **Mundo pós-moderno**. São Paulo: Scipione, 1996.

ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sofisticos. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, [séc. IV a.C], 1987. (Coleção Os Pensadores)

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. Tradução Isis Borges B. da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [séc. IV a.C], 2005.

ARONCHI SOUZA, José Carlos. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

AUMONT, Jacques. **A Imagem**. Tradução Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. 13. ed. São Paulo: Papirus, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, [1929], 2006.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de telejornalismo: os segredos da notícia na TV**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.

BESSERMAN, Sérgio. A lacuna das informações ambientais: o papel das estatísticas e indicadores. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 91-105.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2005.

BONNER, Willian. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

BORTOLIERO, Simone. Papel das universidades na promoção da cultura científica: formando jornalistas científicos e divulgadores da ciência. In: PORTO, Cristiane (Org.). **Difusão e cultura científica: alguns recortes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas: Papyrus, 1997a, p. 137-156.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

BRANDÃO, Elisa. Figuras da retórica e argumentação. In: MOSCA, Lineide do Lago Salvador (Org.). In: **Retóricas de ontem e de hoje:** São Paulo, Humanitas, 2001, p. 145-160.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/gab/asin/lei.html>>. Acesso em: 1 fev. 2011.

BRUNDTLAND, Gro Halem. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico no Brasil:** os compromissos de uma prática dependente. São Paulo, SP: USP, 1984. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1984.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo científico:** resgate de uma trajetória. São Paulo, 1998. Disponível em: <[http://editora.metodista.br/COM30/cap\\_10.pdf](http://editora.metodista.br/COM30/cap_10.pdf)>. Acesso em: 11 nov. 2009.

BUENO, Wilson da Costa. **Os desafios do jornalismo ambiental no Brasil.** Portal Imprensa. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas\\_noticias/2006/05/25/imprensa7618.shtml](http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2006/05/25/imprensa7618.shtml)>. Acesso em: 8 fev. 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio Ambiente:** teoria e pesquisa. São Paulo, SP: Mojoara, 2007.

BURKETT, Warren. **Jornalismo científico:** como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Tradução Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CALDAS, Graça. Mídia, meio ambiente e mobilização social. In: VICTOR, C. et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável.** São Paulo: All Print, 2009. p.49-69.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável:** dimensões e desafios. 4.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CARCANHOLO, Marcelo; CARCANHOLO, Reinaldo A D.; MALAGUTI, Manoel; **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2007.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, **COP15**. 2009, Copenhague. Mesmo sem unanimidade, ONU “toma nota” do Acordo de Copenhague. Disponível em: <<http://www.cop15brasil.gov.br/pt-BR/?page=noticias/acordo-de-copenhague>>. Acesso em: 6 abr. 2010.

CONSENTINO, Marcos Gonçalves. **Globo Ecologia: o discurso ambiental na televisão**. São Paulo: UESP, 2007. Originalmente apresentada como dissertação na Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: manual de educação. Brasília: Consumers International/MMA/MEC/IDEC, 2005, 160 p.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: elementos para políticas em direção a um consumo sustentável. São Paulo: Secretaria do Meio ambiente/Consumers International/, 1998, 108p.

CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, 1992. **O Brasil e a Convenção**. Disponível em: <[http://www.mct.gov.br/upd\\_blob/0005/5390.pdf](http://www.mct.gov.br/upd_blob/0005/5390.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2010.

COTTA, Pery. **Aristóteles, o pai “genético” do jornalismo**. Rio de Janeiro: Comum, 2002. p. 44-72.

COUTINHO, Iluska. **Séries de reportagem em televisão: Reflexão sobre um possível telejornalismo interpretativo**. In: INTERCOM. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal, 2 a 6 de setembro de 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia-a-dia de quem faz jornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DELFIN NETTO, Antônio. Nunca tive a ilusão de que esta astronave independente, rosando em torno do sol, tivesse recursos finitos. In: **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. ARNT, Ricardo (Org.). São Paulo: 34, 2010, p.11-32.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de Codificação em Jornalismo**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991.

FELDMANN, Fábio. A parte que nos cabe: consumo sustentável. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 143-157.

FERRÉS, Joan. **Televisão subliminar**. Porto Alegre: Artmed,1998.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2008.

FRANCHI, Antonio Carlos. **Estratégia persuasiva e intenção comunicativa da imagem**. In: Revista Imes, julho/dezembro, 2003.

GIANNETTI, Eduardo. Estamos presos a uma corrida armamentista de consumo. In: **O que os economistas pensam sobre sustentabilidade**. ARNT, Ricardo (Org.). São Paulo: 34, 2010, p.65-86.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991

GIRARDI, Ilza M. T. et al. Jornalismo Ambiental e Científico na construção da cidadania. In: VICTOR, C. et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print, 2009. p.94-112.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GOMIS, Lorenzo. **Do importante ao interessante**: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. In: Revista de Jornalismo. n. 4 , Salvador: Calandra, nov. 2002, p. 225-242.

HAGEN, Sean. **Jornalismo, mito e linguagem: uma abordagem teórica dos apresentadores-estrela**. In: VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss eletrônico**. São Paulo: Objetiva, 2009. CD-ROM

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2008. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic\\_sociais2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2008/indic_sociais2008.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2010.

INMETRO; IDEC. **Meio Ambiente e Consumo**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/infotec/publicacoes/cartilhas/ColEducativa/meioambiente.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2010

INSTITUTO AKATU. **Doze princípios do consumidor consciente**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.akatu.org.br/akatu\\_acao/publicacoes/manuais-praticos-do-consumo-consciente/doze-principios-do-consumidor-consciente/at\\_download/file](http://www.akatu.org.br/akatu_acao/publicacoes/manuais-praticos-do-consumo-consciente/doze-principios-do-consumidor-consciente/at_download/file)>. Acesso em 9 jun. 2010.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Tradução Marina Appenzeller. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

JURBERG, Cláudia. **Ciência na TV: um erro histórico**. In: INTERCOM, XXIV, 2001, Campo Grande. Trabalho apresentado. Campo Grande: Fiocruz, 2001.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008b.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**. Tradução Rafael Varela Júnior. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LEIS, Héctor Ricardo. **Ambientalismo: um projeto realista utópico para a política mundial**. In: VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998.

LOURES, Rodrigo C. da Rocha. **Sustentabilidade XXI: educar e inovar sob uma nova consciência**. São Paulo: Gente, 2009.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. 4. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta, 1993.

MARCONDES, Danilo. **Desfazendo mitos sobre a pragmática**. v.1. Rio de Janeiro: Alceu, 2000. Disponível em:  
<<http://www.ifcs.ufrj.br/~cehc/Artigos/danilo%20marcondes/pragmatica.pdf>> Acesso em: 4 de dezembro de 2010.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MAWHINNEY, Mark. **Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico**. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MEMÓRIA GLOBO. **Globo Ecologia**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:  
<<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-267932,00.html>>. Acesso em: 4 jun. 2010.

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional: a notícia faz história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, [1950], 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/agenda21>>. Acesso em: 4 abr. 2010.

MMA; ISER. **O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.repams.org.br/downloads/uso%20sust.%20dos%20RN.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2010.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Senac, 2001.

MORAIS, Regis de. **Educação, Mídia e Meio Ambiente**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: \_\_\_\_\_ (Org.) **Retóricas de ontem e de hoje**: São Paulo, Humanitas, 2001, p. 17-54.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 350.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Contexto, 2002.

NOVAES, Washington. Agenda 21. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 323-331.

NOVAES, Washington. Apresentação. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Mundo sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2005.

NUNES, Mônica. COP10 cria Protocolo de Nagoya e define plano estratégico. **Planeta Sustentável**. São Paulo, nov. 2010. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/cop10-protocolo-nagoya-plano-estrategico-607759.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2011.

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. In: SOUZA-LIMA, Edmilson. (Org.) **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 15-29.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts-. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1958], 2005.

PINHEIRO, Flávia. O melhor e o pior. **Ibahia.com**. Salvador. Disponível em: <<http://ibahia.globo.com/especiais/diadjornalista/joseraimundo.asp>>. Acesso em: 2 dez. 2010.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PORTILHO, Maria de Fátima. **O discurso internacional sobre consumo sustentável: possibilidades de ambientalização e politização da esfera privada**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. Originalmente apresentada como tese de doutorado, Universidade estadual de Campinas, 2003.

PRÊMIO DE REPORTAGEM SOBRE A BIODIVERSIDADE DA MATA ATLÂNTICA. Galeria de vencedores. **Prêmio Reportagem**. Disponível em: <[http://www.premioreportagem.org.br/mainMenu\\_2.sub?c=Brasil%20TV&cRef=Brazil%20TV&year=2005](http://www.premioreportagem.org.br/mainMenu_2.sub?c=Brasil%20TV&cRef=Brazil%20TV&year=2005)>. Acesso em 1 dez. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1998, New York. **Padrões de Consumo para o Desenvolvimento Humano**. Tradução IPAD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/rdh98/index.php>>. Acesso em: 7 abr. 2010.

RETONDAR, Anderson Moebus. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo: Annablume; Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. In: STROH, Paula Yone. (Org.) 4.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 96 p.

SANTANA NETO, João Antônio de. **Processos argumentativos**: estudo retórico de textos didáticos medievais. Salvador: Quarteto, 2005.

SANTANA NETO, João Antônio de. **A defesa dos réus nos Autos da Conspiração dos Alfaiates**: um estudo argumentativo. v. 11. Londrina: Signum, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/3058>>. Acesso em: 4 nov. 2009.

SCHARF, Regina. Verde como dinheiro. In: VILAS BOAS, Sérgio (Org.). **Formação & Informação Ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004. p. 49-77.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução Clóvis Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. **Sustentável mata atlântica**: a exploração de seus recursos florestais. 2. ed. São Paulo: Senac, 2003.

SIRKIS, Alfredo. O desafio ecológico das cidades. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.). **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 215-230.

SOUZA, Cidoval. Para relativizar Ciência e Jornalismo. In: DINIZ, Augusto. **Comunicação da Ciência**: análise e gestão. São Paulo: Cabral e Universitária, 2004, p. 25-34.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na idade mídia. In: TRIGUEIRO, A. (Coord.) **Meio ambiente no século 21**. 5. ed. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2008. p. 75-89.

TV CULTURA. **Repórter Eco**. São Paulo. Disponível em: <<http://www2.tvcultura.com.br/reportereco/reportereco.asp>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, [1948], 2008.

VICTOR, Cilene. Sustentabilidade: pauta jornalística ou marketing verde?. In: VICTOR, C. et al. **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print, 2009. p.15-30.

VIEIRA, Paulo Freire. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo J. et al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Recife, PE: UFPE, 2002. Originalmente apresentada como dissertação, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

VOGT, Carlos (Org.). **Cultura científica: desafios**. São Paulo: Edusp, 2006.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Paulo: Pioneira Thomson Learning, [1904], 2001.

WOLF, Mauro. **Teoria das comunicações de massa**. Tradução Karina Jannini. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

YANAZE, Mitsuru Higuchi. **Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2007.

## APÊNDICE A

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS</b>		
Série: <b>A Nossa Mata</b>		Data: <b>24/05/2004</b>
Retranca: <b>Reportagem A</b>		
<b>Texto</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
Era desse jeito: exuberante, rica, o paraíso da fauna, fonte da vida, berço das nascentes. Essa floresta ocupava 15% do território brasileiro. Se estendia por um milhão e trezentos mil quilômetros quadrados. Hoje, resta muito pouco, de acordo com as pesquisas da Fundação S.O.S Mata Atlântica.	Repórter – Off	Autoridade/Comparação
Nós fizemos uma destruição de 93% sem saber o que destruímos. Nós não sabemos o patrimônio que perdemos.	Fonte Mário Montovani, da SOS Mata Atlântica	Autoridade
E continuamos a perder mesmo com todas as proibições. Nenhuma árvore pode ser derrubada na Mata Atlântica. Nenhuma atividade madeireira pode funcionar.	Repórter – Off	Autoridade
Serra do Conduru, sul da Bahia. Esta é uma reserva ecológica que deveria estar protegida. Mas basta percorrer algumas trilhas para se descobrir que as leis ambientais não estão sendo respeitadas.	Repórter – Off	Exemplo / Autoridade
As trilhas sempre terminam em clareiras como esta aqui. É onde os madeireiros improvisam pequenas serrarias. As árvores derrubadas são beneficiadas aqui mesmo no meio da floresta. Vejam só aqui quanto pó de serra. Assim, eles evitam o transporte das toras. Já levam tudo em forma de tábuas, pranchas, pra enganar a fiscalização.	Repórter – Passagem	Exemplo
Mais uma clareira. Mais árvores no chão. O homem da moto-serra tentou se explicar.  Repórter: Se a polícia chegar aqui dá tempo correr? Homem: Não, que correr que dá? Repórter: E aí? Homem: Falo que só derrubei essa, porque tá aí amostra. Repórter: E aquelas outras lá? Homem: É a mesma.	Repórter – Off / Fonte Homem	Antimodelo

Repórter: É a mesma árvore? Homem: É a mesma.		
O boi sofre para arrastar os troncos derrubados no meio da reserva. Este tem uns 10 metros.	Repórter – Off	Ilustração
Os botânicos dizem que essa região concentra a maior biodiversidade do planeta: 456 espécies vegetais por hectare. Uma raridade ameaçada de desaparecer.	Repórter - Off	Autoridade / Propagação
Os fiscais do Ibama descobrem um desmatamento recente, perto de um parque nacional. Até as nascentes e os riachos foram destruídos.	Repórter – Off	Autoridade / Ilustração
Eles fazem tudo isso na calada da noite. Infelizmente, quando a gente descobre o crime já foi cometido e eles já fugiram.	Fonte Benevaldo Nunes, chefe do parque	Autoridade
É também na calada da noite que a mata vira fumaça, carvão. Essa carvoaria já foi fechada, multada e insiste em não obedecer. No depósito mais de mil e quinhentos sacos. Na embalagem, uma mentira: produto de reflorestamento. A prova do crime está nos fornos.	Repórter – Off	Ilustração
Aí temos Imbiruçu, temos pau-sangue, farinha seca. Tudo, tudo, tudo da Mata Atlântica.	Fonte fiscal do Ibama	Ilustração/Autoridade
Caminhão carregado rodando no escuro? Sinal de que as serrarias também desrespeitam a lei. Esta já foi fechada duas vezes. Os fiscais tinham lacrado todas as máquinas.	Repórter – Off	Ilustração/Autoridade
Um dos lacres do Ibama foi colocado aqui nessa serra. Não existe mais, foi estourado. E pelo pó aqui no chão a gente percebe que recentemente eles serraram madeira aqui nessa máquina. É que nos fins de semana os fiscais do Ibama não trabalham e as serrarias voltam a funcionar.	Repórter - Passagem	Ilustração
Olhando do alto a paisagem se tem uma ideia melhor do estrago que as madeiras deixam. Matam rios, derrubam e abandonam árvores em fase de crescimento, destroem até as montanhas, áreas de preservação obrigatória.	Repórter – Off	Pragmático/Vínculo causal
Isso ocorre em quase todos os estados onde existe a Mata Atlântica. Só no Paraná, em apenas um município, 16 mil hectares foram desmatados em menos de dois anos. Uma área quase do tamanho da cidade de Curitiba.	Repórter – Off	Exemplo/Comparação
Analisando as imagens, nós percebemos que desses 93% destruídos apenas 40% é usado pela agricultura. Os outros 50% estão abandonados.	Fonte Mário Montovani – SOS Mata Atlântica	Autoridade

Pelo Código Florestal Brasileiro, toda propriedade rural é obrigada a manter pelo menos 20% de mata nativa.	Repórter – Off	Autoridade
Seu Antônio já destruiu mais de 95% e quer transformar em pasto o pedacinho que sobrou.  <i>Largando a água, vai fazer falta de quê? Nenhuma.</i>  Seu Antônio ainda não entendeu que em área de serra derrubar a mata pra plantar capim dá prejuízo.	Repórter – Off  Fonte – Pecuarista  Repórter – Off	Antimodelo
Aquilo que o animal vai ingerir de energia é muito menos do que o que ele gasta subindo e descendo o morro.	Fonte Raul Lomanto Neto, agrônomo	Autoridade/Contradição
Entre o extremo sul da Bahia e o Espírito Santo, a floresta foi substituída por mais de 500 mil hectares de eucalipto, matéria-prima das indústrias de celulose e papel.	Repórter – Off	Exemplo
Este homem foi um dos primeiros a protestar e sofreu até ameaça de morte. Frans Krajcberg, escultor polonês naturalizado brasileiro, teve seu sítio incendiado duas vezes. Replantou tudo novamente. Ele transforma restos de árvores recolhidos nas queimadas em obras de arte. No museu que está construindo, quer deixar para as futuras gerações as imagens de sua revolta.	Repórter – Off	Ilustração
Que arte que eu devo fazer? Defender o que? As galerias ou a minha revolta? Isso é o meu grito.	Fonte Frans Krajcberg, escultor polonês	Ilustração
Pelos cálculos dos ambientalistas se a destruição continuar, nos próximos 30 anos, a Mata Atlântica vai desaparecer do mapa.	Repórter – Off	Autoridade/Propagação
É como se tivéssemos um doente com 7% de possibilidade de viver numa UTI e em vez de estar sendo colocado lá o sangue nós tivéssemos drenando o pouco que resta. Isso não pode continuar. Nós temos que tentar de todas as formas recuperar esse ser que é a Mata Atlântica, porque estaremos recuperando a nós mesmos.	Fonte Mário Montovani, SOS Mata Atlântica	Metáfora/Superação

## APÊNDICE B

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS</b>		
Série: <b>A Nossa Mata</b>		Data: <b>25/05/2004</b>
Retranca: <b>Reportagem B</b>		
<b>Texto</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
O grito é de desespero, tristeza. São vítimas da perversidade. Este macaco foi capturado na mata para pagar o conserto de um carro. Vivia preso numa oficina. Este outro ficou órfão na fase de amamentação.	Repórter – Off	Exemplo
Está abaixo do peso e do tamanho. Faltam proteínas, infelizmente. Isso são as consequências do tráfico, do comércio ilegal de animais silvestres.	Fonte Elbano Pascoal, biólogo	Autoridade
Traficantes, caçadores, são os maiores inimigos da fauna, além do desmatamento. Das 400 espécies ameaçadas de extinção no Brasil 70% estão na Mata Atlântica, em pequenas ilhas de floresta.	Repórter – Off	Lugar de Quantidade
Esta reserva biológica do Ibama é o único abrigo de um animal exclusivo do sul da Bahia. Aqui vivem os últimos grupos de micos-leões-de-cara-dourada.	Repórter – Off	Exemplo
Gilvan é o anjo da guarda deles. Com um rádio transmissor, passa o dia nas trilhas, seguindo o rastro dos bichos.	Repórter – Off	Metáfora
São territorialistas. Um grupo não pode ocupar a área do outro e, quando isso acontece, é briga feia. Essa floresta é pequena para todos eles. Por isso, os micos aqui vivem disputando espaço.	Repórter – Passagem	Grau e Ordem
A guerra é por comida, diz o chefe da reserva. Como a floresta encolheu, a população de micos também diminuiu. Eram 600, dois anos atrás. Hoje, são 500, pelo último censo do Ibama. O mais grave é que os biólogos descobriram, entre os grupos, indícios de canibalismo.	Repórter – Off	Vínculo Causal/Autoridade
O canibalismo é um indicador negativo muito ruim, porque a espécie já percebeu que não pode mais crescer, que não tem espaço físico, não tem floresta, não tem alimento, não tem nada.	Fonte Saturnino Neto, biólogo	Autoridade/Identificação

Repórter: E qual o futuro desses animais?  O futuro infelizmente é a extinção. Corremos o risco, daqui a 50 anos, não encontrar mais espécie em seu ambiente natural, na floresta.	Repórter;  Fonte Saturnino Neto, biólogo	Autoridade/Propagação
Esta é outra raridade que também pode sumir da Mata Atlântica.	Repórter – Off	Ilustração/Propagação
Venha cá, venha, sua dorminhoca. Vera Lúcia montou um hospital só para cuidar da preguiça-de-coleira. Esse bicho dócil ficou desprotegido com o avanço do desmatamento. É um dos mais perseguidos.	Sobe som Vera Lúcia (bióloga)  Repórter - Off	Autoridade/Modelo
Filhotes com unhas cortadas... Então é o mesmo que cortar nossos pés. O animal fica mutilado.	Fonte Vera Lúcia, bióloga	Autoridade/Comparação
Remédio, mamadeira, carinho. Ela faz tudo o que pode para recuperar os doentes.	Repórter - Off	Modelo
Muitas dessas preguiças não resistem aos maus-tratos. Metade das que são internadas aqui no hospital morre antes de terminar o tratamento. É que esse é um animal muito sensível, dificilmente sobrevive fora da floresta. Até a alimentação é especial.	Repórter – Passagem	Autoridade
Das folhas, elas tiram a água e todas as proteínas de que precisam.	Repórter - Off	Autoridade
O alimento já tem baixo teor energético e, com poucas espécies de plantas de que se alimenta, por ser seletiva, então a preguiça termina enfraquecida.	Fonte Vera Lúcia, bióloga	Autoridade/Identificação
Mais de 90 preguiças já foram salvas pelas mãos de Vera. Ela se emociona quando consegue devolver à natureza um animal que estava condenado à morte. Mas fica apreensiva.	Repórter - Off	Modelo
Cada vez que a mata vai embora, ele também está indo embora. Dá uma dor no coração em saber que é uma espécie que nós vamos conhecer em museu.	Fonte Vera Lúcia, bióloga	Vínculo causal
Caititus, primatas, aves e pássaros. Eles estão sempre na mira da caça e do tráfico. A grande maioria morre em cativeiros. Na Mata Atlântica, apenas 30% dos animais que passam pelos centros de reabilitação ganham a liberdade de volta.	Repórter – Off	Ilustração/Autoridade
Daí para frente é a luta pela sobrevivência. Eles terão que se adaptar ao ambiente, estabelecer seus territórios e se defender dos predadores.	Repórter – Off	Pragmático
Mas não há garantia de que serão novamente capturados, não, né?	Repórter	Autoridade

Infelizmente, não há nenhuma garantia de que eles não serão recapturados.	Fonte Elbano Pascoal, biólogo	
Nem as cobras escapam dos traficantes. E com tanta destruição, elas também se tornam presas fáceis. A jiboia passou dois meses em tratamento e quando se viu livre do cativeiro mostrou ao biólogo que reaprendeu a se defender.	Repórter – Off	Ilustração
Por mais dóceis que eles pareçam, eles vão continuar se defendendo, tá vendo aí?	Fonte Elbano Pascoal, biólogo	Autoridade
Esta reunião foi convocada por ambientalistas baianos e o Ministério Público Estadual. Diante do promotor, mais de cem caçadores. Eles foram alertados sobre os riscos da matança de animais e ficaram sabendo quais são as penas para esse tipo de crime.	Repórter – Off	Autoridade
Matar, perseguir, caçar ou apanhar animais silvestres em rota, que esteja em rota migratória, isso é crime, com penas que podem chegar a detenção de seis meses a um ano e multa.	Sobe som promotor do Ministério Público (sem crédito)	Autoridade
A reação de alguns caçadores foi surpreendente: entregaram suas armas de caça. Depois da reunião, uma promessa. Espingardas, gaiolas, tudo no fogo, para simbolizar o fim da perseguição aos animais. Tomara que seja verdade.	Repórter – Off	Fins / Meios
A Fundação SOS Mata Atlântica fez uma relação das 100 cidades que mais preservaram a floresta até agora e destacou 10 onde há mais áreas de mata nativa. Na Bahia, Barro Preto e Uruçuca; em São Paulo, Ilha Bela, Ubatuba, Iporanga, Tapiraí e Pedro de Toledo. No Paraná, Morretes e Antonina. No Rio Grande do Sul, Riozinho. E a capital da Mata Atlântica, segundo a pesquisa, é Florianópolis.	Nota Pé	Autoridade/Modelo

## APÊNDICE C

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS</b>		
Série: <b>A Nossa Mata</b>		Data: <b>26/05/2004</b>
Retranca: <b>Reportagem C</b>		
<b>Texto</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
Quem vê tanta terra abandonada onde a mata crescia, não imagina qual foi o destino de milhões de árvores que tombaram. Galho de jequitibá virou pé de mesa. A peroba foi parar no chão da sala.	Repórter – Off	Exemplo
Uma farra de madeira só pra satisfazer caprichos de fazendeiros. Vejam as cercas que protegem os pastos: na horizontal, em vez de arame, quilômetros de braúna. Talvez por isso, a espécie esteja ameaçada de extinção.	Repórter – Off	Antimodelo
Olha aqui: tem cerca de 30 centímetros de uma estaca pra outra. Isso é um absurdo. A distância normal poderia ser dois, dois metros e meio. Quem tem dinheiro pra gastar com tanta madeira, poderia muito bem fazer uma cerca como aquela, uma cerca de concreto. Desta forma, estaria preservando muito mais a Mata Atlântica.	Fonte José Augusto Tosato, técnico do Ibama	Autoridade/Pragmático
Preservaria também se construísse uma cerca viva, como esta. Bonita e barata. Mas o exagero acaba prevalecendo.	Repórter – Off	Comparação/Desperdício
Algumas extravagâncias revelam o nível de consciência ecológica de muitos brasileiros. Isso aqui poderia ser uma cerca normal, o dono do sítio resolveu sacrificar a mata para cercar toda a propriedade dele com esse imenso muro de madeira.	Repórter – Passagem	Desperdício/Antimodelo
Ele contorna toda a área do sítio. Pelo menos 1,5 mil metros. Só aqui, são mais de cinco mil estacas.	Repórter – Off	
Isso demonstra que uma mata recentemente foi destruída, provavelmente aqui mesmo no sul da Bahia.	Fonte José Augusto Tosato	Autoridade/Análises

<p>Nas margens das estradas, árvores nobres são exibidas como peças de artesanato. Produção industrial, distribuída para todo o país. A madeira: parajú.</p> <p>Repórter – O que é isso aqui?</p> <p>Artesão – Isso aqui é uma “trevesa”, em formato de peixe.</p> <p>Repórter – Uma bandeja em formato de peixe. Que madeira é?</p> <p>Artesão - Parajú.</p> <p>Repórter – E pra onde é que vocês mandam isso aqui?</p> <p>Artesão – Isso aqui nós manda pra qualquer lugar do Brasil que nós achar comprador nos estamos mandando.</p>	<p>Repórter – Off</p> <p>Sobe som</p>	<p>Antimodelo</p>
<p>Nem os equipamentos públicos economizam. A rodoviária de Porto Seguro é também um exemplo de extravagância. Em muitas cidades do litoral brasileiro a Mata Atlântica parece ser a única matéria-prima da construção civil.</p>	<p>Repórter – Off</p>	<p>Contradição e incompatibilidade/Exemplo</p>
<p>Neste hotel, pra qualquer lado que se olhe, se vê pedaços da floresta. Até a cachoeira cai sobre peças de madeira.</p>	<p>Repórter – Off</p>	<p>Antimodelo</p>
<p>Repórter: - O senhor tem uma ideia de quantos metros de madeira o senhor tem aqui no seu hotel?</p> <p>Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel - Assim, de cabeça, não. Mas, acredito que alguns, uns 300 metros cúbicos ou mais.</p> <p>Repórter: Uma floresta tem aqui dentro, não é?</p> <p>Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel: Uma floresta, bem aproveitada.</p>	<p>Sobe som</p> <p>Repórter – Off / Fonte Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel</p>	<p>Ridículo</p>
<p>Seu Ivan fez questão de mostrar em sua floresta morta, uma preciosidade que não existe mais. Os quartos do hotel são de jacarandá.</p>	<p>Repórter – Off</p>	<p>Contradição/Ilustração</p>
<p>Passarelas de casas de shows, pistas de dança, barracas de praias. É só prestar</p>	<p>Repórter – Off</p>	<p>Antimodelo</p>

atenção: em todos os lugares se encontra lembranças da mata.		
Nessa barraca, não há um metro sequer de alvenaria ou concreto. O que não é vidro é só madeira. No piso, na estrutura, paredes, telhados. Os esteios das varandas são de uma árvore rara da Mata Atlântica: a quari-quara, madeira nobre.	Repórter – Off	Antimodelo
A construção é recente e ilegal. Pelas leis ambientais, a Mata Atlântica não pode mais fornecer madeira. Para o técnico do Ibama, crimes como este poderiam ser evitados.	Repórter – Passagem	Autoridade
O consumidor deve exigir do fornecedor que ele comprove que aquela madeira é de origem legal. Se não comprovar, ele deve procurar outro fornecedor. Assim ele está exercendo o seu papel preservacionista.	Fonte José Augusto Tosato, técnico do Ibama	Autoridade
As madeiras da região sempre dão um jeito de funcionar. Os donos dizem que seus estoques estão vindo de muito longe. De Rondônia, do Pará, de quase toda a Amazônia.	Repórter – Off	Antimodelo
Repórter - Todo esse estoque que tem aqui vem de lá?  Gerente de uma madeireira – Todo vem de lá.  Repórter – Não tem madeira da Mata Atlântica?  Gerente de uma madeireira - Não tem madeira da Mata Atlântica.	Sobe som	Ridículo
Ele só não soube explicar por que a madeireira há poucos dias foi multada pelo Ibama. Este lote de parajú foi apreendido pelos fiscais. Madeira da Mata Atlântica.	Repórter – Off	Ridículo/Autoridade

## APÊNDICE D

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS</b>		
Série: <b>A Nossa Mata</b>		Data: <b>27/05/2004</b>
Retranca: <b>Reportagem D</b>		
<b>Texto</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
O que não é parque florestal, protegido pelo governo, é área vulnerável. Na Mata Atlântica, as propriedades privadas ocupam metade dos 7% que restam da floresta original e o desafio é evitar que até isso desapareça. Uma das saídas é estimular a criação de RPPNs, Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Mesmo um pequeno pedaço de mata pode se tornar um parque ecológico, reconhecido pelo Ibama.	Repórter – Off	Fins/Meios
Serra do Teimoso, município de Jussari, na Bahia. A fazenda de 200 hectares foi transformada em RPPN. Hoje, é um dos pontos mais visitados da Mata Atlântica.	Repórter – Off	Exemplo
O compromisso mais importante do dono de uma reserva particular é com a preservação. Vantagens? São várias. A floresta pode se transformar numa fonte de renda. Dá para ganhar dinheiro, por exemplo, com o turismo ecológico e com a educação ambiental.	Passagem - Repórter	Sacrifício
Nas trilhas, professores e alunos de uma escola pública. Estão conhecendo, pela primeira vez, uma floresta nativa que não sofreu nenhuma alteração. A nascente nunca secou. Fornece água para a fazenda e para os vizinhos.	Repórter – Off	Ilustração
Monitora: Sem essa mata, essa nascente já teria desaparecido. Repórter - A mesma coisa teria acontecido com essa árvore, um dos nossos símbolos.	Sobe som  Repórter – Off	Pragmático/Exemplo/Vínculo causal
Monitora: Essa aqui, gente, é um pau-brasil, a árvore que deu nome ao nosso país. Infelizmente quase extinta.	Sobe som	

Muitas outras raridades são encontradas aqui. Embaixo da gameleira, um registro de outra espécie ameaçada.	Repórter - Off	Ilustração
Não parece, mas isso aqui é uma raiz gigante que curiosamente cresceu como um tronco na superfície da terra. Raiz de uma das árvores mais perseguidas pelos madeireiros: o jequitibá. Uma raridade hoje em dia. Esse aqui tem mais de 70 metros.	Repórter – Passagem	Ilustração
Repórter- E qual é a idade desse jequitibá?  Henrique Berbert, dono da fazenda – Foi feito um cálculo por um botânico, um pesquisador aqui da reserva, de 500 e poucos anos de idade para esse jequitibá.  Repórter - A idade do Brasil?  Henrique Berbert, dono da fazenda – É. Provavelmente quando Cabral chegou aqui, esse jequitibá estava nascendo.	Sobe som	Autoridade/Análises
Neste outro jequitibá, uma plataforma foi montada a 32 metros do chão. É de onde os turistas conseguem ver melhor toda a riqueza da reserva.	Repórter - Off	Ilustração
Não dá para entender como as pessoas têm coragem de destruir uma maravilha dessa. Isso é muito lindo.	Fonte Tatiana Viana, turista	Contração
Repórter: o que vocês aprenderam nessa aula?  - Eu aprendi que se a gente não cuidar da floresta, vai faltar água, oxigênio. Como é que poderíamos respirar sem ela?  Foi muito mais do que uma aula prática de biologia. Aqui, na verdade, é o exercício da formação do cidadão que vai aprender a preservar a natureza e preservar o seu futuro.	Sobe som  Fonte Marcelo Xavier, técnico  <i>SONORA sem crédito professor -</i>	Ilustração/ Autoridade - Fins/ Meios
Seu Francisco, vaqueiro da fazenda, é o guia dos pesquisadores. Esses biólogos estudam uma espécie rara de primatas. A Terra do Teimoso é um dos refúgios do macaco guigó.	Repórter – Off	Ilustração
Ó eles lá, ó, naqueles galhos lá, ó.	Sobe som Seu Francisco, guia dos	Ilustração

Eles ocupam os últimos galhos das árvores mais altas. Ali tem cinco macacos, uma família inteira, acabando de acordar.	pesquisadores Repórter - Off	
Esse comportamento assim, deles todos juntos, como eles estão agora, é justamente para impressionar o predador. O predador pensa que é um bicho maior e foge.	Fonte Binael Soares, biólogo	Autoridade
Em todo o Brasil, existem 520 RPPNs. Mais de 320 ficam na Mata Atlântica. Se não fosse uma reserva particular, provavelmente o maior primata das Américas estaria hoje só nos registros dos animais extintos. A RPPN de Caratinga, em Minas Gerais, salvou o macaco muriqui, o monocarvoeiro, como também é conhecido. A população aumentou mais de 100% nos últimos 20 anos: passou de 76 animais para mais de 200, graças ao trabalho dos biólogos e a conservação da mata.	Repórter - Off	Exemplo – Fins/Meios

## APÊNDICE E

<b>IDENTIFICAÇÃO DOS ARGUMENTOS</b>		
Série: <b>A Nossa Mata</b>		Data: <b>28/05/2004</b>
Retranca: <b>Reportagem E</b>		
<b>Texto</b>	<b>Autor</b>	<b>Tipo de Argumento</b>
Serra do Mar, sudeste do Brasil. Este é um dos pedaços menos destruídos da floresta. Talvez, por ser de difícil acesso. Especialistas em meio ambiente pretendem implantar nessa área um dos corredores ecológicos. Começa na região metropolitana de São Paulo, segue pela Serra da Mantiqueira, em Minas, e termina na Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro. O outro corredor vai do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo, onde é mais urgente a reposição florestal.	Repórter – Off	Exemplo
Tirar os animais silvestres do isolamento, permitir que eles circulem em toda a Mata Atlântica e assim evitar a extinção de muitas espécies. Esse é o desafio do projeto Corredores Ecológicos. Mas como fazer a ligação entre os fragmentos que restam da floresta em áreas de pastagens e de produção agrícola?	Repórter – Passagem	Fins/Meios
Os técnicos já começaram a identificar as pequenas ilhas de floresta que vão servir de base para as conexões. No mapa, eles avaliam o traçado dos corredores.	Repórter – Off	Autoridade
A área de floresta mais próxima fica a 10 quilômetros aqui. E nessa situação, a opção mais fácil de reconexão, é através desse rio aqui.	Fonte pesquisador sem identificação	Autoridade
É muito importante que os projetos de recuperação florestal estejam associados à recuperação dos recursos hídricos, rios, córregos porque a água é elemento essencial, não só para a fauna e para a flora, mas também para as comunidades humanas.	Fonte Luiz Paulo Pinto, biólogo	Autoridade
Serra da Jibóia, Recôncavo Baiano. Aqui, os biólogos buscam num pedaço de mata nativa, as sementes do reflorestamento.	Repórter – Off	Exemplo

<p>Márcia Luzia Nunes, bióloga - É um trabalhozinho bem ...</p> <p>Repórter - ... de investigação?</p> <p>Márcia Luzia Nunes, bióloga – De investigação. A gente está o tempo todo investigando, procurando onde é que está o fruto maduro. Se não for assim a gente não tem semente pra plantar.</p>	Sobe som	Autoridade
<p>Os mateiros ajudam. Os frutos da sapucaia, por exemplo, árvore em extinção, são colhidos a 40 metros de altura. As sementes são levadas para um viveiro.</p>	Repórter – Off	Exemplo
<p>Esta é uma sapucaia recém-nascida. Brotou há menos de seis meses. Mas pra chegar ao tamanho daquela que existe lá na mata, de 40 metros, se der sorte, ela vai levar 100 anos crescendo. Quer dizer: o que o homem destrói em três, quatro minutos de moto-serra, a natureza precisa de pelo menos um século para repor.</p>	Repórter - Passagem	Ilustração
<p>Este professor da Universidade Federal do Rio concluiu uma pesquisa que revela as vantagens da preservação. Ele cruzou dados econômicos do censo do IBGE com estudos do Ibama e da Fundação S.O.S Mata Atlântica.</p>	Repórter – Off	Autoridade
<p>Nos municípios onde havia mais desmatamento, não há nenhuma evidência de aumento de emprego. Pelo contrário, há uma leve tendência de diminuição de emprego acima da média. A gente ignora que o desmatamento traz um custo, perda de áreas de lazer, enchentes na época da chuva e seca na época do inverno. Você está com racionamento de água em São Paulo, porque nós temos perda de biodiversidade, nós temos processos de erosão. A grande mensagem é que é melhor, nessa região específica da Mata Atlântica, é melhor investir em conservação do que em desmatamento.</p>	Fonte Carlos Eduardo Young, professor	Autoridade/Análises/ Pragmático
<p>Não há outro jeito. É preciso replantar a floresta.</p>	Repórter – Off	Pragmático
<p>Quase 300 mil mudas de árvores já foram produzidas nesse viveiro. Elas são distribuídas de graça para as comunidades rurais. Seu Manoel é herdeiro de uma fazenda que foi totalmente desmatada. Mas há 15 anos ele</p>	Repórter – Off	Modelo

começou a mudar a paisagem dos pastos. Toda semana, ganha de presente espécies que foram destruídas no passado. Por enquanto, Seu Manoel tem uma pequena floresta em fase de crescimento. Tudo plantado por ele.		
Repórter: Pelo menos seus filhos vão ver? Não só meus filhos. Isso aqui é um bem para a humanidade.	Fonte Seu Manoel	Fins/Meios
O homem também ajuda só em não destruir. Esse ambientalista mostra numa foto o que aconteceu no sítio dele. Quando comprou, há sete anos, era tudo capim. A floresta cresceu sozinha.	Repórter – Off	Ilustração
Os pássaros, eles são os principais semeadores. Então, trazem sementes da floresta, jogam em cima do pasto e a mata começa a se regenerar.	Fonte Ambientalista sem crédito	Autoridade/Identificação
A família de seu Almir, que mora num assentamento, é um exemplo de como é possível se produzir sem precisar derrubar a mata. Plantou no lote que recebeu só árvores frutíferas. Contribuiu para os corredores ecológicos, trouxe os animais de volta e já começou a ganhar dinheiro com a produção. Por enquanto, três salários mínimos por mês. Seu Almir, agora quer convencer os vizinhos a fazer a mesma coisa.	Repórter – Off	Modelo/Sacrifício
Ele produzindo e preservando a natureza, ele está preservando a gente, tá preservando a família, tá preservando o vizinho e tá preservando os animais	Fonte Seu Almir, agricultor	Pragmático/Vínculo causal
A floresta que já foi a mais rica do planeta, mais do que nunca, precisa de socorro. O remédio depende de todos nós, de todo o povo brasileiro.	Repórter – Off	Propagação

## ANEXO

## TRANSCRIÇÃO DA SÉRIE A NOSSA MATA (24/05 a 28/05/2004)

**Reportagem A (exibida em 24/05/2004)**

**CABEÇA (William Bonner)** – O Jornal Nacional vai exibir nesta semana uma série de reportagens especiais sobre um patrimônio brasileiro ameaçado. Um retrato rico e atual da Mata Atlântica, registrado pelo repórter José Raimundo.

(vinheta)

(sobe som madeira / trilha sonora instrumental)

**OFF<sub>1</sub>** - Era desse jeito: exuberante, rica, o paraíso da fauna, fonte da vida, berço das nascentes. Essa floresta ocupava 15% do território brasileiro. Se estendia por um 1 milhão e trezentos mil quilômetros quadrados. Hoje, resta muito pouco, de acordo com as pesquisas da Fundação S.O.S Mata Atlântica.

**SONORA Mário Montovani (SOS Mata Atlântica)** - Nós fizemos uma destruição de 93% sem saber o que destruimos. Nós não sabemos o patrimônio que perdemos.

**OFF<sub>2</sub>** - E continuamos a perder mesmo com todas as proibições. Nenhuma árvore pode ser derrubada na Mata Atlântica. Nenhuma atividade madeireira pode funcionar.

**OFF<sub>3</sub>** - Serra do Condurú, sul da Bahia. Esta é uma reserva ecológica que deveria estar protegida. Mas basta percorrer algumas trilhas para se descobrir que as leis ambientais não estão sendo respeitadas.

**PASSAGEM<sub>1</sub>** - As trilhas sempre terminam em clareiras como esta aqui. É onde os madeireiros improvisam pequenas serrarias. As árvores derrubadas são beneficiadas aqui mesmo no meio da floresta. Vejam só aqui quanto pó de serra. Assim eles evitam o transporte das toras. Já levam tudo em forma de tábuas, pranchas, pra enganar a fiscalização.

Sobe som serrando madeira

**OFF<sub>4</sub>** - Mais uma clareira. Mais árvores no chão. O homem da moto-serra tentou se explicar.

Sobe som

*Repórter: Se a polícia chegar aqui dá tempo correr?*

*Homem: Não, que correr que dá?*

*Repórter: E aí?*

*Homem: Falo que só derrubei essa, porque tá aí amostra.*

*Repórter: E aquelas outras lá?*

*Homem: É a mesma.*

*Repórter: É a mesma árvore?*

*Homem: É a mesma.*

Sobe som boi apanhando

**OFF<sub>5</sub>** - O boi sofre para arrastar os troncos derrubados no meio da reserva. Este tem uns 10 metros.

Sobe som boi sendo maltratado

**OFF<sub>6</sub>** - Os botânicos dizem que essa região concentra a maior biodiversidade do planeta: 456 espécies vegetais por hectare. Uma raridade ameaçada de desaparecer.

**OFF<sub>7</sub>** - Os fiscais do Ibama descobrem um desmatamento recente, perto de um parque nacional. Até as nascentes e os riachos foram destruídos.

**SONORA Benevaldo Nunes (fiscalizador do Ibama)** - Eles fazem tudo isso na calada da noite. Infelizmente quando a gente descobre o crime já foi cometido e eles já fugiram.

**OFF<sub>8</sub>** - É também na calada da noite que a mata vira fumaça, carvão. Essa carvoaria já foi fechada, multada e insiste em não obedecer. No depósito mais de mil e quinhentos sacos. Na embalagem, uma mentira: produto de reflorestamento. A prova do crime está nos fornos.

**SONORA sem crédito (fiscal do Ibama)** - Aí temos Imbiruçu, temos pau-sangue, farinha seca. Tudo, tudo, tudo da Mata Atlântica.

**OFF<sub>9</sub>** - Caminhão carregado rodando no escuro? Sinal de que as serrarias também desrespeitam a lei. Esta já foi fechada duas vezes. Os fiscais tinham lacrado todas as máquinas.

**PASSAGEM<sub>2</sub>** - Um dos lacres do Ibama foi colocado aqui nessa serra. Não existe mais, foi estourado. E pelo pó aqui no chão a gente percebe que recentemente eles serraram madeira aqui nessa máquina. É que nos fins de semana os fiscais do Ibama não trabalham e as serrarias voltam a funcionar.

**OFF<sub>10</sub>** - Olhando do alto a paisagem se tem uma idéia melhor do estrago que as madeiras deixam. Matam rios, derrubam e abandonam árvores em fase de crescimento, destroem até as montanhas, áreas de preservação obrigatória. Isso ocorre em quase todos os estados onde existe a Mata Atlântica. Só no Paraná, em apenas um município, 16 mil hectares foram desmatados em menos de dois anos. Uma área quase do tamanho da cidade de Curitiba.

**SONORA Mário Montovani (SOS Mata Atlântica)** - Analisando as imagens, nós percebemos que desses 93% destruídos apenas 40% é usado pela agricultura. Os outros 50% estão abandonados.

**OFF<sub>11</sub>** - Pelo Código Florestal Brasileiro, toda propriedade rural é obrigada a manter pelo menos 20% de mata nativa.

**OFF<sub>12</sub>** - Seu Antônio já destruiu mais de 95% e quer transformar em pasto o pedacinho que sobrou.

Sobe som

*Repórter: Então, se o senhor tirar aquele resto de mata ali não vai lhe fazer falta nenhuma?*

**SONORA Seu Antônio (pecuarista)** – Não. Eu largando a água, vai fazer falta de quê? Nenhuma.

**OFF<sub>13</sub>** - Seu Antônio ainda não entendeu que em área de serra derrubar a mata pra plantar capim dá prejuízo.

**SONORA Raul Lomanto Neto (agrônomo)** - Aquilo que o animal vai ingerir de energia é muito menos do que ele gasta subindo e descendo o morro.

**OFF<sub>14</sub>** - Entre o extremo sul da Bahia e o Espírito Santo, a floresta foi substituída por mais de 500 mil hectares de eucalipto, matéria-prima das indústrias de celulose e papel.

**OFF<sub>15</sub>** - Este homem foi um dos primeiros a protestar e sofreu até ameaça de morte. Frans Krajcberg, escultor polonês naturalizado brasileiro, teve seu sítio incendiado duas vezes. Replantou tudo novamente. Ele transforma restos de árvores recolhidos nas queimadas em obras de arte. No museu que está construindo, quer deixar para as futuras gerações as imagens de sua revolta.

**SONORA Frans Krajcberg (escultor polonês)** - Que arte que eu devo fazer? Defender o que? As galerias ou a minha revolta? Isso é o meu grito.

(trilha sonora)

**OFF<sub>16</sub>** - Pelos cálculos dos ambientalistas, se a destruição continuar, nos próximos 30 anos, a Mata Atlântica vai desaparecer do mapa.

**SONORA Mário Montovani (SOS Mata Atlântica)** - É como se tivéssemos um doente com 7% de possibilidade de viver numa UTI e em vez de estar sendo colocado lá o sangue nós tivéssemos drenando o pouco que resta. Isso não pode continuar. Nós temos que tentar de todas as formas recuperar esse ser que é a Mata Atlântica, porque estaremos recuperando a nós mesmos.

### **Reportagem B (exibida em 25/05/2004)**

**CABEÇA<sub>1</sub> Fátima Bernardes** - O Jornal Nacional apresenta nesta semana uma série especial de reportagens sobre a agressão a um patrimônio brasileiro. A devastação impiedosa da Mata Atlântica.

**CABEÇA<sub>2</sub> William Bonner** - A destruição de uma floresta desequilibra todo o meio ambiente ao redor. E os primeiros a sofrer com isso são os animais. É o que José Raimundo nos mostra na reportagem de hoje.

(vinheta)

Sobe som – grito dos animais

**OFF<sub>1</sub>** - O grito é de desespero, tristeza. São vítimas da perversidade. Este macaco foi capturado na mata para pagar o conserto de um carro. Vivia preso numa oficina. Este outro ficou órfão na fase de amamentação.

**SONORA Elbano Pascoal (biólogo)** - Está abaixo do peso e do tamanho. Faltam proteínas, infelizmente. Isso são as consequências do tráfico, do comércio ilegal de animais silvestres.

**OFF<sub>2</sub>** - Traficantes, caçadores. São os maiores inimigos da fauna, além do desmatamento. Das 400 espécies ameaçadas de extinção no Brasil 70% estão na Mata Atlântica, em pequenas ilhas de floresta.

**OFF<sub>3</sub>** - Esta reserva biológica do Ibama é o único abrigo de um animal exclusivo do sul da Bahia. Aqui vivem os últimos grupos de micos-leões-de-cara-dourada.

Sobe som Gilvan – Ele tá bem perto. Se a gente tiver sorte, a gente vai ver ele.

**OFF<sub>4</sub>** - Gilvan é o anjo da guarda deles. Com um rádio transmissor, passa o dia nas trilhas, seguindo o rastro dos bichos.

**PASSAGEM<sub>1</sub>** - São territorialistas. Um grupo não pode ocupar a área do outro e, quando isso acontece, é briga feia. Essa floresta é pequena para todos eles. Por isso, os micos aqui vivem disputando espaço.

**OFF<sub>5</sub>** - A guerra é por comida, diz o chefe da reserva. Como a floresta encolheu, a população de micos também diminuiu. Eram 600, dois anos atrás. Hoje, são 500, pelo último censo do Ibama. O mais grave é que os biólogos descobriram, entre os grupos, indícios de canibalismo.

**SONORA Saturnino Neto (biólogo)** - O canibalismo é um indicador negativo muito ruim, porque a espécie já percebeu que não pode mais crescer, que não tem espaço físico, não tem floresta, não tem alimento, não tem nada.

*Repórter: E qual o futuro desses animais?*

**SONORA Saturnino Neto (biólogo)** - O futuro infelizmente é a extinção. Corremos o risco, daqui a 50 anos, não encontrar mais espécie em seu ambiente natural, na floresta.

**OFF<sub>6</sub>** - Esta é outra raridade que também pode sumir da Mata Atlântica.

Sobe som Vera Lúcia bióloga - Venha cá, venha, sua dorminhoca.

**OFF<sub>7</sub>** - A bióloga Vera Lúcia montou um hospital só para cuidar da preguiça-de-coleira. Esse bicho dócil ficou desprotegido com o avanço do desmatamento. É um dos mais perseguidos.

**SONORA Vera Lúcia (bióloga)** - Filhotes com unhas cortadas. Então é o mesmo que cortar nossos pés. O animal fica mutilado.

**OFF<sub>8</sub>** - Remédio, mamadeira, carinho. Ela faz tudo o que pode para recuperar os doentes.

**PASSAGEM<sub>2</sub>** - Muitas dessas preguiças não resistem aos maus-tratos. Metade das que são internadas aqui no hospital morre antes de terminar o tratamento. É que esse é um animal muito sensível, dificilmente sobrevive fora da floresta. Até a alimentação é especial.

**OFF<sub>9</sub>** - Das folhas, elas tiram a água e todas as proteínas de que precisam.

**SONORA Vera Lúcia (bióloga)** - O alimento já tem baixo teor energético e, com poucas espécies de plantas de que se alimenta, por ser seletiva, então a preguiça termina enfraquecida.

**OFF<sub>10</sub>** - Mais de 90 preguiças já foram salvas pelas mãos de Vera. Ela se emociona quando consegue devolver à natureza um animal que estava condenado à morte. Mas fica apreensiva:

**SONORA Vera Lúcia (bióloga)** - Cada vez que a mata vai embora, ele também está indo embora. Dá uma dor no coração em saber que é uma espécie que nós vamos conhecer em museu.

**OFF<sub>11</sub>** - Caititus, primatas, aves e pássaros. Eles estão sempre na mira da caça e do tráfico. A grande maioria morre em cativeiros. Na Mata Atlântica, apenas 30% dos animais que passam pelos centros de reabilitação ganham a liberdade de volta.

**SONORA Elbano Pascoal (biólogo)** - Daí para frente é a luta pela sobrevivência. Eles terão que se adaptar ao ambiente, estabelecer seus territórios e se defender dos predadores.

*Repórter – Mas não há garantia de que serão novamente capturados, não, né?*

**SONORA Elbano Pascoal (biólogo)** - Infelizmente, não há nenhuma garantia de que eles não serão recapturados.

**OFF<sub>12</sub>** - Nem as cobras escapam dos traficantes. E com tanta destruição, elas também se tornam presas fáceis. A jiboia passou dois meses em tratamento e quando se viu livre do cativeiro mostrou ao biólogo que reaprendeu a se defender.

(a cobra pica o biólogo, que retira a mão imediatamente)

**SONORA Elbano Pascoal (biólogo)** - Por mais dóceis que eles pareçam, eles vão continuar se defendendo, tá vendo aí?

**OFF<sub>13</sub>** - A sorte do biólogo é que essa jiboia não é venenosa.

**OFF<sub>14</sub>** - Esta reunião foi convocada por ambientalistas baianos e o Ministério Público Estadual. Diante do promotor, mais de cem caçadores. Eles foram alertados sobre os riscos da matança de animais e ficaram sabendo quais são as penas para esse tipo de crime.

**Sobe som promotor do Ministério Público** - Matar, perseguir, caçar ou apanhar animais silvestres em rota, que esteja em rota migratória, isso é crime, com penas que podem chegar a detenção de seis meses a um ano e multa.

**OFF<sub>15</sub>** - A reação de alguns caçadores foi surpreendente: entregaram suas armas de caça.

Sobe som palmas

**OFF<sub>16</sub>** - Depois da reunião, uma promessa. Espingardas, gaiolas, tudo no fogo, para simbolizar o fim da perseguição aos animais. Tomara que seja verdade.

**NOTA PÉ** - A Fundação SOS Mata Atlântica fez uma relação das 100 cidades que mais preservaram a floresta até agora e destacou 10 onde há mais áreas de mata nativa. Na Bahia, Barro Preto e Uruçuca; em São Paulo, Ilha Bela, Ubatuba, Iporanga, Tapiraí e Pedro de Toledo. No Paraná, Morretes e Antonina. No Rio Grande do Sul, Riozinho. E a capital da Mata Atlântica, segundo a pesquisa, é Florianópolis.

### **Reportagem C (exibida em 26/05/2004)**

**CABEÇA (William Bonner)** - Na série de reportagens especiais que o Jornal Nacional apresenta nesta semana sobre a Mata Atlântica, o repórter José Raimundo mostra hoje as provas de um crime: onde foi parar a madeira extraída legalmente.

(vinheta)

**OFF<sub>1</sub>** - Quem vê tanta terra abandonada onde a mata crescia, não imagina qual foi o destino de milhões de árvores que tombaram. Galho de jequitibá virou pé de mesa. A peroba foi parar no chão da sala.

**OFF<sub>2</sub>** - Uma farra de madeira só pra satisfazer caprichos de fazendeiros. Vejam as cercas que protegem os pastos: na horizontal, em vez de arame, quilômetros de braúna. Talvez por isso, a espécie esteja ameaçada de extinção.

**OFF<sub>3</sub>** - Do outro lado, o espaço entre as estacas é tão pequeno que revoltou o técnico do Ibama.

**SONORA José Augusto Tosato (técnico do IBAMA)** - Olha aqui: tem cerca de 30 centímetros de uma estaca pra outra. Isso é um absurdo. A distância normal poderia ser dois, dois metros e meio. Quem tem dinheiro pra gastar com tanta madeira, poderia muito bem fazer uma cerca como aquela, uma cerca de concreto. Desta forma, estaria preservando muito mais a Mata Atlântica.

**OFF<sub>4</sub>** - Preservaria também se construísse uma cerca viva, como esta. Bonita e barata. Mas o exagero acaba prevalecendo.

**PASSAGEM<sub>1</sub>** - Algumas extravagâncias revelam o nível de consciência ecológica de muitos brasileiros. Isso aqui poderia ser uma cerca normal, mas o dono desse sítio resolveu sacrificar a mata para cercar toda a propriedade dele com esse muro imenso de madeira.

**OFF<sub>5</sub>** - Ele contorna toda a área do sítio. Pelo menos mil e quinhentos metros de extensão. Só aqui, são mais de cinco mil estacas.

**SONORA José Augusto Tosato (técnico do IBAMA)** - Isso demonstra que uma mata recentemente foi destruída, provavelmente aqui mesmo no sul da Bahia.

**OFF<sub>6</sub>** - Nas margens das estradas, árvores nobres são exibidas como peças de artesanato. Produção industrial, distribuída para todo o país.

Sobe som

*Repórter – O que é isso aqui?*

*Artesão – Isso aqui é uma trevesa, em formato de peixe.*

*Repórter – Uma bandeja em formato de peixe. Que madeira é?*

*Artesão - Parajú.*

*Repórter – E pra onde é que vocês mandam isso aqui?*

*Artesão – Isso aqui nós manda pra qualquer lugar do Brasil que nós achar comprador nos estamos mandando.*

**OFF<sub>7</sub>** - Nem os equipamentos públicos economizam. A rodoviária de Porto Seguro é também um exemplo de extravagância. Em muitas cidades do litoral brasileiro a Mata Atlântica parece ser a única matéria-prima da construção civil.

**OFF<sub>8</sub>** - Neste hotel, pra qualquer lado que se olhe, se vê pedaços da floresta. Até a cachoeira cai sobre peças de madeira.

Sobe som

*Repórter: O senhor tem uma ideia de quantos metros de madeira o senhor tem aqui no seu hotel?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel - Assim, de cabeça, não. Mas, acredito que alguns, uns 300 metros cúbicos ou mais.*

*Repórter: Uma floresta tem aqui dentro, não é?*

*Ivan Costa Rodrigues, dono do hotel: Uma floresta, bem aproveitada.*

**OFF<sub>9</sub>** - Seu Ivan fez questão de mostrar em sua floresta morta, uma preciosidade que não existe mais. Os quartos do hotel são de jacarandá.

**OFF<sub>10</sub>** - Passarelas de casas de shows, pistas de dança, barracas de praias. É só prestar atenção: em todos os lugares se encontra lembranças da mata.

**PASSAGEM<sub>2</sub>** - Nessa barraca, não há um metro sequer de alvenaria ou concreto. O que não é vidro é só madeira. No piso, na estrutura, paredes, telhados. Os esteios das varandas são de uma árvore rara da Mata Atlântica: a quari-quara, madeira nobre.

**OFF<sub>11</sub>** - A construção é recente e ilegal. Pelas leis ambientais, a Mata Atlântica não pode mais fornecer madeira. Para o técnico do Ibama, crimes como este poderiam ser evitados.

**SONORA José Augusto Tosato (técnico do IBAMA)** - O consumidor deve exigir do fornecedor que ele comprove que aquela madeira é de origem legal. Se não comprovar, ele deve procurar outro fornecedor. Assim ele está exercendo o seu papel preservacionista.

**OFF<sub>12</sub>** - As madeireiras da região sempre dão um jeito de funcionar. Os donos dizem que seus estoques estão vindo de muito longe. De Rondônia, do Pará, de quase toda a Amazônia.

Sobe som

*Repórter - Todo esse estoque que tem aqui vem de lá?*

*Gerente de uma madeireira – Todo vem de lá.*

*Repórter – Não tem madeira da Mata Atlântica?*

*Gerente de uma madeireira - Não tem madeira da Mata Atlântica.*

**OFF<sub>13</sub>** - Ele só não soube explicar por que a madeireira há poucos dias foi multada pelo Ibama. Este lote de parajú foi apreendido pelos fiscais. Madeira da Mata Atlântica.

### **Reportagem D (exibida em 27/05/2004)**

**CABEÇA (Fátima Bernardes)** - Na quarta reportagem especial sobre a Mata Atlântica, o repórter José Raimundo mostra a importância das reservas particulares. Como é possível lucrar com a floresta sem derrubá-la.

(vinheta)

**OFF<sub>1</sub>** - O que não é parque florestal, protegido pelo governo, é área vulnerável. Na Mata Atlântica, as propriedades privadas ocupam metade dos 7% que restam da floresta original e o desafio é evitar que até isso desapareça. Uma das saídas é estimular a criação de RPPNs, Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Mesmo um pequeno pedaço de mata pode se tornar um parque ecológico, reconhecido pelo Ibama.

**OFF<sub>2</sub>** - Serra do Teimoso, município de Jussari, na Bahia. A fazenda de 200 hectares foi transformada em RPPN. Hoje, é um dos pontos mais visitados da Mata Atlântica.

**PASSAGEM<sub>1</sub>** - O compromisso mais importante do dono de uma reserva particular é com a preservação. Vantagens? São várias. A floresta pode se transformar numa fonte de renda. Dá para ganhar dinheiro, por exemplo, com o turismo ecológico e com a educação ambiental.

**OFF<sub>3</sub>** - Nas trilhas, professores e alunos de uma escola pública. Estão conhecendo, pela primeira vez, uma floresta nativa que não sofreu nenhuma alteração. A nascente nunca secou. Fornece água para a fazenda e para os vizinhos.

Sobe som

*Monitora: Sem essa mata, essa nascente já teria desaparecido.*

**OFF<sub>4</sub>** - A mesma coisa teria acontecido com essa árvore, um dos nossos símbolos.

Sobe som

*Monitora: Essa aqui, gente, é um pau-brasil, a árvore que deu nome ao nosso país. Infelizmente quase extinta.*

**OFF<sub>5</sub>** - Muitas outras raridades são encontradas aqui. Embaixo da gameleira, um registro de outra espécie ameaçada.

**PASSAGEM<sub>2</sub>** - Não parece, mas isso aqui é uma raiz gigante que curiosamente cresceu como um tronco na superfície da terra. Raíz de uma das árvores mais perseguidas pelos madeireiros: o jequitibá. Uma raridade hoje em dia. Esse aqui tem mais de 70 metros.

Sobe som

*Repórter- E qual é a idade desse jequitibá?*

*Henrique Berbert, dono da fazenda – Foi feito um cálculo por um botânico, um pesquisador aqui da reserva, de 500 e poucos anos de idade para esse jequitibá.*

*Repórter - A idade do Brasil?*

*Henrique Berbert, dono da fazenda – É. Provavelmente quando Cabral chegou aqui, esse jequitibá estava nascendo.*

**OFF<sub>6</sub>** - Neste outro jequitibá, uma plataforma foi montada a 32 metros do chão. É de onde os turistas conseguem ver melhor toda a riqueza da reserva.

**SONORA Tatiana Viana (turista)** - Não dá para entender como as pessoas têm coragem de destruir uma maravilha dessa. Isso é muito lindo.

Sobe som

*Repórter: o que vocês aprenderam nessa aula?*

**SONORA Marcelo Xavier (técnico)** - Eu aprendi que se a gente não cuidar da floresta, vai faltar água, oxigênio. Como é que poderíamos respirar sem ela?

**SONORA sem crédito professor** - Foi muito mais do que uma aula prática de biologia. Aqui, na verdade, é o exercício da formação do cidadão que vai aprender a preservar a natureza e preservar o seu futuro.

**OFF<sub>7</sub>** - Seu Francisco, vaqueiro da fazenda, é o guia dos pesquisadores.

**OFF<sub>8</sub>** - Esses biólogos estudam uma espécie rara de primatas. A Terra do Teimoso é um dos refúgios do macaco guigó.

Sobe som

*Seu Francisco, guia dos pesquisadores: Ó eles lá, ó, naqueles galhos lá, ó.*

**OFF<sub>9</sub>** - Eles ocupam os últimos galhos das árvores mais altas. Ali tem cinco macacos, uma família inteira, acabando de acordar.

**SONORA Binael Soares (biólogo)** - Esse comportamento assim, deles todos juntos, como eles estão agora, é justamente para impressionar o predador. O predador pensa que é um bicho maior e foge.

**OFF<sub>10</sub>** - O difícil é encontrar esses bichos depois que eles descem da árvore. Nunca dormem no mesmo lugar.

Sobe som

*Repórter - Por que será isso?*

*Seu Francisco (vaqueiro, guia dos pesquisadores) - Não sei. Acho que ficam com medo, né?*

*Repórter: Segurança?*

*Seu Francisco (vaqueiro, guia dos pesquisadores) - É, por segurança.*

**OFF<sub>11</sub>** - Em todo o Brasil, existem 520 RPPNs. Mais de 320 ficam na Mata Atlântica. Se não fosse uma reserva particular, provavelmente o maior primata das Américas estaria hoje só nos registros dos animais extintos. A RPPN de Caratinga, em Minas Gerais, salvou o macaco muriqui, o monocarvoeiro, como também é conhecido. A população aumentou mais de 100% nos últimos 20 anos: passou de 76 animais para mais de 200, graças ao trabalho dos biólogos e a conservação da mata.

### **Reportagem E (exibida em 28/05/2004)**

**CABEÇA (William Bonner)** - O Jornal Nacional conclui hoje um retrato atual da Mata Atlântica. Na última reportagem da série especial, José Raimundo apresenta o projeto corredores ecológicos, que pretende reflorestar a região e trazer de volta os animais que desapareceram.

(vinheta)

**OFF<sub>1</sub>** - Serra do Mar, sudeste do Brasil. Este é um dos pedaços menos destruídos da floresta. Talvez, por ser de difícil acesso. Especialistas em meio ambiente pretendem implantar nessa

área um dos corredores ecológicos. Começa na região metropolitana de São Paulo, segue pela Serra da Mantiqueira, em Minas, e termina na Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro.

**OFF<sub>2</sub>** - O outro corredor vai do sul da Bahia ao norte do Espírito Santo, onde é mais urgente a reposição florestal. O objetivo é criar conexões vegetais entre o que ficou da mata e as áreas que foram destruídas.

**PASSAGEM<sub>1</sub>** - Tirar os animais silvestres do isolamento, permitir que eles circulem em toda a Mata Atlântica e assim evitar a extinção de muitas espécies. Esse é o desafio do projeto Corredores Ecológicos. Mas como fazer a ligação entre os fragmentos que restam da floresta em áreas de pastagens e de produção agrícola?

**OFF<sub>3</sub>** - Os técnicos já começaram a identificar as pequenas ilhas de floresta que vão servir de base para as conexões. No mapa, eles avaliam o traçado dos corredores.

Sobe som

*Sem crédito - A área de floresta mais próxima fica a 10 quilômetros aqui. E nessa situação, a opção mais fácil de reconexão, é através desse rio aqui.*

**SONORA Luiz Paulo Pinto (biólogo)** - É muito importante que os projetos de recuperação florestal estejam associados à recuperação dos recursos hídricos, rios, córregos porque a água é elemento essencial, não só para a fauna e para a flora, mas também para as comunidades humanas.

**OFF<sub>4</sub>** - Serra da Jibóia, Recôncavo Baiano. Aqui, os biólogos buscam num pedaço de mata nativa, as sementes do reflorestamento.

Sobe som

*Márcia Luzia Nunes, bióloga - É um trabalhozinho bem ...*

*Repórter - de investigação?*

*Márcia Luzia Nunes, bióloga - De investigação. A gente está o tempo todo investigando, procurando onde é que está o fruto maduro. Se não for assim a gente não tem semente pra plantar.*

**OFF<sub>5</sub>** - Os mateiros ajudam. Os frutos da sapucaia, por exemplo, árvore em extinção, são colhidos a 40 metros de altura. As sementes são levadas para um viveiro.

**PASSAGEM<sub>2</sub>** - Esta é uma sapucaia recém-nascida. Brotou há menos de seis meses. Mas pra chegar ao tamanho daquela que existe lá na mata, de 40 metros, se der sorte, ela vai levar 100 anos crescendo. Quer dizer: o que o homem destrói em três, quatro minutos de moto-serra, a natureza precisa de pelo menos um século para repor.

**OFF<sub>6</sub>** - Este professor da Universidade Federal do Rio concluiu uma pesquisa que revela as vantagens da preservação. Ele cruzou dados econômicos do censo do IBGE com estudos do Ibama e da Fundação S.O.S Mata Atlântica.

**SONORA Carlos Eduardo Young (pesquisador UFRJ)** - Nós municípios onde havia mais desmatamento, não há nenhuma evidência de aumento de emprego. Pelo contrário, há uma leve tendência de diminuição de emprego acima da média. A gente ignora que o desmatamento traz um custo, perda de áreas de lazer, enchentes na época da chuva e seca na época do inverno. Você está com racionamento de água em São Paulo, porque nós temos perda de biodiversidade, nós temos processos de erosão. A grande mensagem é que é melhor, nessa região específica da Mata Atlântica, é melhor investir em conservação do que em desmatamento.

**OFF<sub>7</sub>** - Não há outro jeito. É preciso replantar a floresta.

Sobe som

*Mulher: dez mudas de sapucaia, trinta mudas de pau paraíso, trinta mudas de aroeira, dez mudas de vinhático.*

**OFF<sub>8</sub>** - Quase 300 mil mudas de árvores já foram produzidas nesse viveiro. Elas são distribuídas de graça para as comunidades rurais. Seu Manoel é herdeiro de uma fazenda que foi totalmente desmatada. Mas há 15 anos ele começou a mudar a paisagem dos pastos. Toda semana, ganha de presente espécies que foram destruídas no passado.

Sobe som

*Seu Manuel: Chegou reforço aqui agora.*

**OFF<sub>9</sub>** - Por enquanto, Seu Manoel tem uma pequena floresta em fase de crescimento. Tudo plantado por ele.

**SONORA Seu Manuel** – É a minha grande paixão hoje é isso aqui.

*Repórter: Pelo menos seus filhos vão ver?*

**SONORA Seu Manuel** – Não só meus filhos. Isso aqui é um bem para a humanidade.

**OFF<sub>10</sub>** - O homem também ajuda só em não destruir. Esse ambientalista mostra numa foto o que aconteceu no sítio dele. Quando comprou, há sete anos, era tudo capim. A floresta cresceu sozinha.

**SONORA sem crédito ambientalista** - Os pássaros, eles são os principais semeadores. Então, trazem sementes da floresta, jogam em cima do pasto e a mata começa a se regenerar.

**OFF<sub>11</sub>** - E com a regeneração, até as nascentes voltam a jorrar.

**OFF<sub>12</sub>** - A família de seu Almir, que mora num assentamento, é um exemplo de como é possível se produzir sem precisar derrubar a mata. Plantou no lote que recebeu só árvores frutíferas. Contribuiu para os corredores ecológicos, trouxe os animais de volta e já começou a ganhar dinheiro com a produção. Por enquanto, três salários mínimos por mês.

**OFF<sub>13</sub>** - Seu Almir, agora quer convencer os vizinhos a fazer a mesma coisa.

**SONORA Seu Almir** - Ele produzindo e preservando a natureza, ele está preservando a gente, tá preservando a família, tá preservando o vizinho e tá preservando os animais.

**OFF<sub>14</sub>** - A floresta que já foi a mais rica do planeta, mais do que nunca, precisa de socorro. O remédio depende de todos nós, de todo o povo brasileiro.